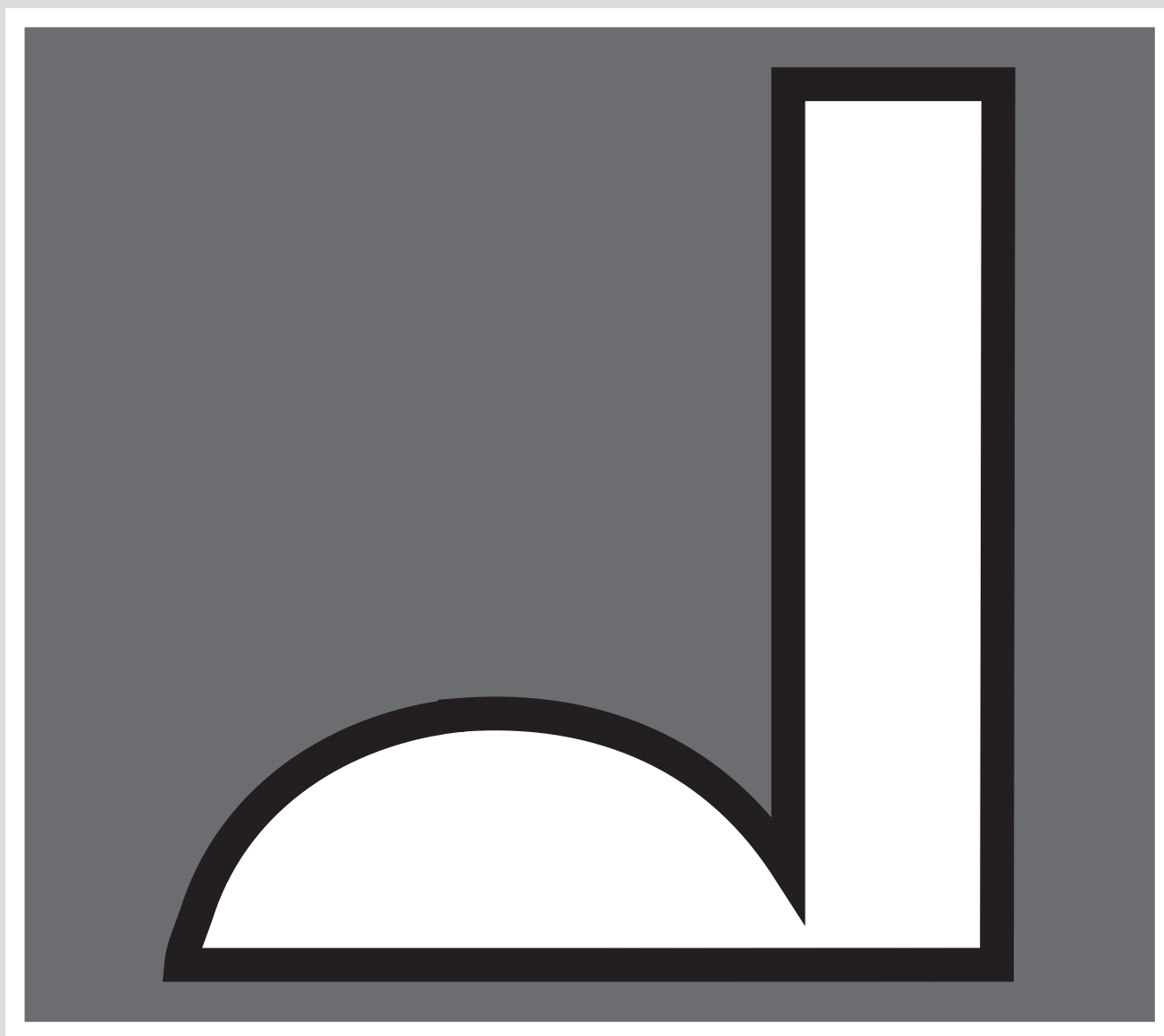




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 217 - QUARTA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário

Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva</p>	<p style="text-align: center;">BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB)- 19</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Alvaro Dias– PSDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p style="text-align: center;">LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO P-SOL – 1 Heloisa Helena</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 478, DE 2006

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Marco Zero Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laranjal do Jari, Estado do Amapá.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 294, de 4 de julho de 2005, que outorga permissão à Rádio Marco Zero Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laranjal do Jari, Estado do Amapá.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 5 de dezembro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 479, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Cultural Itauense (ACECI) ITAÚ – RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 29, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Cultural Itauense – (ACECI) Itaú – RN a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 5 de dezembro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 480, DE 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Firminópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 727, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Firminópolis a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 5 de dezembro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 199ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 5 DE DEZEMBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Designação das Sras. e dos Srs. Senadores, conforme indicações das lideranças, que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 1.182, de 2006, destinada a apurar, no prazo de 60 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 2003 a dezembro de 2006..... 37041

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2006 (nº 2.042/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Marco Zero Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jari, Estado do Amapá, que tendo sido aprovado pela Comissão de Educação, vai à promulgação.. 37041

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2006 (nº 2.150/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Cultural Itauense (Aceci) Itaú – RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú, Estado do Rio Grande do Norte, que tendo sido aprovado pela Comissão de Educação, vai à promulgação..... 37041

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2006 (nº 1.600/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Firminópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás, que tendo sido aprovado pela Comissão de Educação, vai à promulgação..... 37041

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos por um décimo dos representantes de cada Casa, para que os Projetos de Decretos Legislativos nºs 9 a 19, de 2006-CN, sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, tendo em vista a publicação em avulso, nesta data, dos pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 37041

1.2.2 – Pareceres

Nº 1.237, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 241, de 2006 (nº 1.009/2006, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado de Pernambuco solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, destinada ao financiamento adicional ao Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado de Pernambuco. (**Projeto de Resolução nº 56, de 2006**)..... 37042

Nº 1.238, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera e acrescenta artigos à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no que diz respeito ao processo disciplinar. 37050

1.2.3 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 71/06, de 29 de novembro, comunicando a aprovação, em reunião realizada naquela data, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2006, que altera e acrescenta artigos à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no que diz respeito ao processo disciplinar..... 37053

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 56, de 2006, resultante de parecer lido anteriormente..... 37054

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 37054

1.2.5 – Ofício

Nº 49/2006, de 5 do corrente, da Liderança do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para compor na qualidade de suplente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. *Designação do Senador Antonio Carlos Valadares, para compor a referida comissão.* 37054

1.2.6 – Discurso do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Registro da importância para o Congresso Nacional, da visita de representantes das centrais sindicais, em movimento de aumentos reais para o salário mínimo. Discussão, amanhã, na Comissão de Assuntos Sociais do projeto de lei de autoria de S.Exa. que versa sobre a contribuição assistencial. Enfatiza a importância da presença no Estado do Rio Grande do Sul, do Senador Valdir Raupp, relator geral do Orçamento, quando foi debatida com a sociedade civil, a importância do orçamento numa visão de País e do Rio Grande do Sul. Comentários sobre a entrevista de S.Exa. concedida à revista **Carta Capital**, sobre o combate ao preconceito e racismo. 37054

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 1.212, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de pesar à família do músico florianopolitano João Batista Almeida (Tião), falecido ontem. Usa da palavra a Senadora Ideli Salvatti. 37059

Nº 1.213, de 2006, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2006, de sua autoria, com o Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, por tratarem sobre matéria correlata. 37060

Nº 1.214, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jogador Rogério Ceni, do São Paulo Futebol Clube, eleito por um júri especial escolhido pela CBF, o melhor jogador do Campeonato Brasileiro de 2006 e o craque do Ano. 37060

Nº 1.215, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Waldir Salles Couto, no dia 3 de dezembro último, na cidade de Miami, nos Estados Unidos da América – USA. 37060

Nº 1.216, de 2006, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1999, com o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002, por versarem sobre o mesmo assunto. 37060

Nº 1.217, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1.124, de 2006, de sua autoria. **Deferido.** 37060

Nº 1.218, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de aplauso ao cineasta pernambucano Cláudio Assis, pelo Troféu Candango de melhor filme, concedido pelo Júri Oficial do 39º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, com o longa-metragem, “Baixio das Bestas” 37061

Nº 1.219, de 2006, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a retirada de tramitação, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2006, de sua autoria. **Deferido.** 37061

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Apelo em favor das cidades da Paraíba que estão em estado de calamidade pública, em razão da falta de água. 37061

SENADOR MAGUITO VILELA – Registro da aprovação, pela Câmara, do projeto de recriação da Sudeco, de grande importância para a região Centro-Oeste. 37061

SENADOR PAPALÉO PAES – Críticas ao governo federal pela situação na agricultura de grãos do País. 37062

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem pela passagem do “Dia do Maçom”. 37064

SENADORA IDELI SALVATTI – Considerações sobre a elevação das vendas do arroz e do feijão, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e diversas outras entidades. Elogios ao jornalista Mino Carta, por ter sido escolhido como Jornalista do Ano, pela Associação dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira. 37065

SENADOR LEONEL PAVAN – Reiteração de apelo ao Ministro do Turismo no sentido da liberação dos recursos das emendas ao Orçamento da União, para o Estado de Santa Catarina. 37067

SENADOR SIBÁ MACHADO – Resultado das negociações entre Brasil e a Bolívia, com a homologação dos contratos de gás pelo Presidente Evo Morales. 37069

SENADORA IDELI SALVATTI – Divergência de opinião entre S.Exa. e o Senador Antonio Carlos Magalhães, relativo ao jornalista Mino Carta. 37069

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Reitera, sobre a pessoa do jornalista Mino Carta. Considerações sobre o péssimo estado das rodovias brasileiras e sucateamento das ferrovias e portos. 37069

SENADOR AELTON FREITAS, como Líder – Homenagem à Fecomércio, entidade sindical patronal, que há várias décadas contribui para o

progresso do Estado de Minas, pela passagem dos 68 anos de sua criação. 37071

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Defesa da aprovação, pela Câmara dos Deputados, de três projetos da autoria de S. Exa. , todos de grande alcance político, social e institucional para o país. 37071

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Comentários sobre dados do IBGE, segundo os quais as mortes violentas de jovens na faixa dos 16 aos 24 anos estão crescendo, inclusive no Estado do Paraná. 37075

SENADOR SIBÁ MACHADO – Satisfação com dados do IBGE que dão conta de que a arrecadação da Previdência atingiu 14,23 bilhões, valor superior ao mesmo período no ano de 2005..... 37077

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Convite ao governo federal para discussão da retomada do crescimento econômico do país. 37080

SENADOR NEY SUASSUNA – Comemora aprovação, pela Comissão de Educação, de projeto de lei que inclui o empreendedorismo como componente curricular para os cursos técnicos e profissionalizantes no País. 37085

SENADOR ALMEIDA LIMA – Considerações sobre o processo de eleição dos membros do Congresso Nacional. 37086

SENADOR ROMEU TUMA – Satisfação pela premiação do projeto “Siga Brasil”, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, considerado o melhor projeto de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil..... 37088

SENADOR MÃO SANTA – Participação de S. Exª na IV Sessão da Conferência Interparlamentar de Direitos Humanos e Liberdades Religiosas, realizada em Roma, Itália. 37090

SENADOR JOSÉ SARNEY – Censura à aprovação, pelo Senado Federal, de dispositivo alterando a impenhorabilidade da casa própria e dos salários. 37092

SENADOR CÉSAR BORGES – Considerações sobre o baixo crescimento econômico do Brasil durante o governo Lula. A crise no setor de transporte aéreo. 37094

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Comentários ao artigo do articulista Vinícius Torres Freire, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, do dia 19 de novembro, que faz um comparativo entre o crescimento econômico nos governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Presidente Lula. 37096

SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Considerações sobre a atuação do Ministério da Educação. 37097

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 316, de 2006),

que altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991 e 9.796, de 5 de maio de 1999, aumenta o valor dos benefícios da previdência social; revoga a Medida Provisória nº 316, de 11 de agosto de 2006; dispositivos das Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.444, de 20 de julho de 1992 e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e da Lei nº 10.699, de 9 de julho de 2003. **Apreciação transferida para amanhã.**..... 37102

Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 317, de 2006), que altera dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 37102

Item 3

Medida Provisória nº 318, de 2006, que abre crédito extraordinário no valor global de oitocentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Educação, da Justiça, das Relações Exteriores, da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.**..... 37102

Item 4

Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 319, de 2006), que institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 37102

Item 5

Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 320, de 2006), que dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira; alterando as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.019, de 30 de março de 1995, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.716, de 26 de novembro de 1988, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 10.893, de 13 de julho de 2004, e os Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, 1.455, de 7 de abril de 1976,

e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revogando dispositivos dos Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, e 2.472, de 1º de setembro de 1988, e das Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, e 10.893, de 13 de julho de 2004; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 37102

Item 6

Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 321, de 2006), que acresce art. 18-A à Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 37103

Item 7

Medida Provisória nº 322, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, no valor global de vinte e quatro milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.** 37103

Item 8

Medida Provisória nº 323, de 2006, que autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde – OMS, destinada a apoiar a viabilização da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose – Cicom/Unitaid, no valor de até treze milhões e duzentos mil reais. **Apreciação sobrestada.** 37103

Item 9

Medida Provisória nº 324, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, da Justiça, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, da Defesa, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Cidades, no valor global de um bilhão, quinhentos e quatro milhões, trezentos e vinte e quatro mil e quinhentos e setenta e quatro reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.** 37103

Item 10

Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2006, que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006. **Apreciação sobrestada.** 37103

Item 11

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). **Apreciação sobrestada.** 37103

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder

Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Apreciação sobrestada. 37104

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge, que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. **Apreciação sobrestada.** 37104

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social). **Apreciação sobrestada.** 37104

Item 15

Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que altera os arts. 14 e 82 da Constituição Federal, para aumentar o prazo do mandato do Presidente da República e proibir a reeleição. **Apreciação sobrestada.** 37104

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que dá nova redação ao § 5º do artigo 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para Prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos. **Apreciação sobrestada.** 37104

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos e fixa em cinco anos a duração de seus mandatos. **Apreciação sobrestada.** 37105

Item 18 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos. **Apreciação sobrestada.** 37105

Item 19 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 70, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 1999, tendo como primeiro signatário o Sena-

dor Carlos Patrocínio, que dá nova redação ao § 5º do art. 14 e ao inciso II do art. 29 da Constituição Federal, vedando a reeleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos, e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos, a partir de 2006. **Apreciação sobrestada.** 37105

Item 20 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 41, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais. **Apreciação sobrestada.** 37105

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005 (nº 3.605/2004, na Casa de origem), que modifica o art. 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, conferindo efeito devolutivo à apelação, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 37105

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais). **Apreciação sobrestada.** 37106

Item 23

Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias. **Apreciação sobrestada.** 37106

Item 24

Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências” (torna obrigatória a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas). **Apreciação sobrestada.** 37106

Item 25

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição

de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito). **Apreciação sobrestada.** 37106

Item 26

Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle. **Apreciação sobrestada.** 37106

Item 27

Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 37106

Item 28

Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006 – Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar. **Apreciação sobrestada.** 37106

Item 29

Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, que dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 37106

Item 30

Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho processório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 37106

Item 31

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997. **Apreciação sobrestada.** ... 37107

Item 32

Requerimento nº 1.163, de 2006, solicitando que sejam apresentados votos de solidariedade para com todos os que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante e para com os valores democráticos e liberdades defendidos pelos pais fundadores da nação estadunidense, que podem estar ameaçados por medidas arbitrá-

rias sob a égide das necessidades de segurança.

Apreciação sobrestada. 37107

Item 33 (Matéria a ser declarada prejudicada)

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho. **Apreciação sobrestada.** 37107

Item 34 (Matéria a ser declarada prejudicada)

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal. **Apreciação sobrestada.** 37107

1.3.1 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário sobre a matéria intitulada “Wagner faz apologia da mentira”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 25 de outubro último. 37107

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Registro da matéria intitulada “CPI só ouvirá petistas após eleição”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 19 de outubro último. Comentário sobre a matéria intitulada “Heloísa compara PT a facção criminosa por elo com dossiê”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 18 de setembro último. 37108

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro do artigo intitulado “Voto pela democracia”, de autoria do ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 1º de outubro último. 37111

SENADOR ALVARO DIAS – Registro do artigo intitulado “Pior que república bananeira”, do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 21 de setembro último. 37112

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “Grampos no tribunal”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 20 de setembro último. 37113

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição nos Anais do Senado Federal, do texto da entrevista concedida pelo presidente da Radiobrás, jornalista Eugênio Bucci, à jornalista Vera Magalhães, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 29 de novembro último. Bruno Maranhão, “estrela ascendente” em recente encontro do PT em São Paulo. 37113

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários à publicação editada pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) comemorativa do décimo aniversário de sua fundação. 37118

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 37119

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 5-12-2006

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 199ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 5 de dezembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza, Papaléo Paes,
da Sra. Serys Slhessarenko, dos Srs. Romeu Tuma e Mozarildo Cavalcanti*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 5/12/2006 07:43:08 até 5/12/2006 20:30:21

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA		X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO		X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO		X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA		X
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	SC	LEONEL PAVAN		X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X
PMDB	GO	MAGUITO VILELA		X
PMDB	PI	MÃO SANTA		X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
PFL	PE	MARCO MACIEL		X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X
PDT	PR	OSMAR DIAS		X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES		X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO		X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
PFL	SP	ROMEU TUMA		X
PFL	MA	ROSEANA SARNEY		X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO		X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X

Compareceram: 63 Senadores

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Conforme indicações das Lideranças, a Presidência designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do **Requerimento nº 1.182, de 2006**, destinada a apurar, no prazo de 60 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 2003 a dezembro de 2006.

Titulares

Suplentes

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

Efraim Moraes	1. Demóstenes Torres
Heráclito Fortes	2. Lúcia Vânia
Álvaro Dias	
Flexa Ribeiro	

PMDB

Gilvam Borges	1. Valdir Raupp
João Alberto Souza	2. Wellington Salgado
Valter Pereira	

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL/PRB)

Sibá Machado	1. Fátima Cleide
Flávio Arns	2. Eduardo Suplicy
Ideli Salvatti	

PDT/PTB/P-SOL/PCdoB

Mozarildo Cavalcanti	1.
----------------------	----

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2006** (nº 2.042/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Marco Zero Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jari, Estado do Amapá*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2006** (nº 2.150/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Cultural Itauense (Aceci) Itaú – RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú, Estado do Rio Grande do Norte*; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2006** (nº 1.600/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Firminópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás*.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003 (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recursos por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por 5 (cinco) dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 9 a 19, de 2006 – CN**, tendo em vista a publicação em avulso, nesta data, dos pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 1.237, DE 2006

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 241, de 2006 (nº 1 009/2006, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado de Pernambuco solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento adicional ao Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado de Pernambuco (PCR II).

RELATOR: Senador ROMERO JUCÁ

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado de Pernambuco, por intermédio da Mensagem nº 241, de 2006, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento adicional ao Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado de Pernambuco (PCR II).

Ressalte-se que esse financiamento adicional visa dar prosseguimento às ações implementadas na primeira fase desse programa, que também contou com empréstimos do BIRD no ano de 2002. Prevê-se que essa segunda fase do programa deverá promover a melhoria da condição de vida de cerca de 80.000 famílias no período de 2007 a 2009, por meio do acesso a subprojetos de infra-estrutura e de desenvolvimento humano. Nessa etapa,

deverão ainda ser beneficiadas as populações indígenas e quilombadas, por meio de geração de renda e de trabalho.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo dessa etapa do programa está orçado em US\$ 39,130 milhões, financiado parcialmente com o presente empréstimo do BIRD, a ser desembolsado nos anos de 2007 a 2009, com a contrapartida de recursos do Estado, estimada no montante de até US\$ 6,013 milhões, e com a participação da comunidade, que contribuirá com até US\$ 3,117 milhões.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA391245. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta de credenciamento Decic/Diope/Suaut-2006/152, de 11 de agosto de 2006.

Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo BIRD, que, geralmente, apresentam condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas.

A presente operação de crédito com o BIRD se processará na modalidade de empréstimo com margem variável (*EMV*), na qual incidem juros vinculados à LIBOR de seis meses, mais despesas e margem variável relativa à remuneração de seu capital ordinário.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 6,30% ao ano.

II – ANÁLISE

As operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nº 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, bem como das disposições constantes da denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000).

Atendendo às determinações desses normativos, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União a essa operação de crédito externo.

Nos pareceres, são fornecidas informações acerca da situação do Estado do Pernambuco no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na referida Resolução nº 43, de 2001, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas na concessão de garantias pela União.

Assim, para que possa ser concedida garantia da União, é necessário o cumprimento das seguintes condições:

- 1) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia; e
- 2) adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Parecer GERFI/COREF/STN nº 664, de 11 de outubro de 2006, informa que *consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, não indicou a existência de débito em nome da Administração Direta do Estado do Pernambuco com a União ou a suas entidades controladas*. Assim, é atendido o disposto no §1º do art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Ademais, como ressaltado no citado Parecer, não há registro de pendência do Estado de Pernambuco, no âmbito do SIAFI, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União, o que caracteriza cumprimento do disposto no § 2º do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por outro lado, é de se destacar que há previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Estado de Pernambuco. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas *receitas tributárias* de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos, da Constituição Federal, e outras em direito admitidas.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Estado. De acordo com estudo elaborado pela Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional (COREM/STN), o Estado encontra-se adimplente com os compromissos e metas contratuais assumidos com a União, conforme última avaliação efetuada para o exercício de 2004.

Entendemos, assim, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas, e (ii) o Estado de Pernambuco conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do Estado, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Por outro lado, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado de Pernambuco nos últimos anos, decorrentes de garantias concedidas.

Dessa forma, entendemos que estão sendo observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados na referida Resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme informado no referido Parecer GERFI/COREF/STN nº 664, de 2006;

b) o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/Nº 2197, de 6 de novembro de 2006, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam na Lei nº 12.427, de 25 de setembro de 2003, que dispõe sobre o Plano Plurianual Estadual, para o período 2004-2007, em que se inserem as ações do programa em exame.

Ainda de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei Estadual nº 12.933, de 7 de dezembro de 2005, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Pernambuco para o exercício financeiro de 2006, contempla dotações caso a execução do projeto se desse no ano em curso.

Enfatiza também, de acordo com informações prestadas pela Secretaria de Planejamento do Estado do Pernambuco, que essas dotações são relativas ao ingresso de recursos externos, à contrapartida do Estado e para o pagamento de juros e demais serviços da dívida.

Como ressaltado pela STN, considerando as declarações apresentadas pelo Estado e o cronograma de utilização de recursos, entendemos que o mutuário disporá de dotações necessárias ao início da execução do programa.

d) os limites de endividamento do Estado de Pernambuco, estipulados nas referidas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, foram calculados e considerados atendidos, conforme demonstrado no Parecer STN/GTREC nº 9, de 16 de março de 2006, da Coordenação de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM).

Dessa forma, a operação de crédito em exame atende a todas as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2006, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, são atendidas pelo Estado de Pernambuco, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – VOTO

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de Pernambuco encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 56, DE 2006

Autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado de Pernambuco autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado de Pernambuco (PCR II).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor:** Estado de Pernambuco;
- II – credor:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);
- III – garantidor:** República Federativa do Brasil;
- IV – valor:** até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- V – prazo de desembolso:** até 15 de agosto de 2009;
- VI – amortização:** vinte e quatro parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento nos dias 15 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, iniciando em 15 de fevereiro de 2012 e terminando em 15 de agosto de 2023;
- VII – juros:** exigidos semestralmente nos dias 15 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo a uma taxa anual flutuante composta pela LIBOR semestral para o dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de *spread* composto de 0,25% ao ano, somado ou diminuído da diferença entre a margem média ponderada de captação do BIRD para cobertura de empréstimos EMV e a LIBOR, apurados durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos;
- VIII – comissão de compromisso:** até 0,75% ao ano sobre o valor do principal do empréstimo não desembolsado, sujeito a um desconto parcial, por ato discricionário do BIRD;
- IX – comissão à vista (*front-end-fee*):** até 1% sobre o montante total do empréstimo, a ser debitada da conta do empréstimo na data em que o contrato entrar em efetividade.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como o prazo de desembolso, poderão ser alterados em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Pernambuco na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado de Pernambuco celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155, e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2007.

Sala da Comissão, 05 de dezembro de 2006.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 241, DE 2006
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/12/06 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: _____

RELATOR(A): _____

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7-JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11 - VAGO

PMDB

VALTER PEREIRA	1-ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2-GEOVANI BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5-MAGUITO VILELA
GILBERTO MESTRINHO	6- GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-DELCÍDIO AMARAL (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SILESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

* Vaga cedida pelo PMDB.

PARECER Nº 1.238, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias que altera e acrescenta artigos à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no que diz respeito ao processo disciplinar.

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

Relator **ad hoc**: Senador **Antonio Carlos Valadares**

I – Relatório

A Comissão examina o Projeto de Lei do Senado Federal (PLS) nº 266, de 2006, de autoria do ilustre Senador Alvaro Dias, baseado no que consta do Processo nº 42, de 2006, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no qual é proposta, ao Conselho Pleno, a reforma do Estatuto da entidade, com vistas ao aperfeiçoamento dos instrumentos concernentes à competência ético-disciplinar.

Para modificar o sistema ético-disciplinar da OAB, o autor da proposição objetiva:

a) acrescentar o inciso IX-A ao art. 54 do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, a fim de incluir entre as competências do Conselho Federal a de julgar processos ético-disciplinares;

b) retirar do **caput** do art. 70 do Estatuto a expressão “salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal”, com o que se reserva a dispositivos propostos mais adiante (arts. 70-A e 70-B) a pormenorização das situações em que será atribuído ao mencionado Conselho o poder de punir disciplinarmente os inscritos na Ordem;

c) desdobrar a redação do atual § 3º do art. 70 do Estatuto ao longo dos §§ 4º ao 7º, ora aventados, tomando-a mais coesa, e igualmente promover sua alteração, de modo a atribuir, ao Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional competente para promover a punição disciplinar, a faculdade de suspender, preventivamente, o advogado submetido a processo disciplinar, desde que esse seja ouvido em sessão especial, e contanto que possa haver repercussão prejudicial à dignidade da advocacia;

d) acrescenta ao Estatuto o art. 70-A, para concentrar, no Conselho Federal, a competência para processar e julgar, originariamente, as faltas cometidas perante esse Conselho ou imputadas a membro de sua diretoria, a conselheiro federal ou a presidente de Conselho Seccional;

e) adicionar ao Estatuto o art. 70-B, com o fito de autorizar ao Conselho Federal tanto a instauração de processos disciplinares, na hipótese de a infração ultrapassar a base territorial do Conselho Seccional em que praticada, quanto a aplicação da pena de suspensão contra advogados.

f) determinar a vigência de tais alterações a partir da publicação da lei que porventura decorra do projeto em análise.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

II – Análise

O PLS nº 266, de 2006, não apresenta vício de regimentalidade, consoante o crivo do art. 101, incisos I e II, alínea **d**, do Regimento Interno desta Casa (RISF).

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade estão presentes, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil e processual civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I da Constituição Federal (CF), bem como por não haver sido vulnerada cláusula pétrea.

A matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o **caput** do art. 48 da Carta Magna, sendo livre a iniciativa dos Senhores Deputados e Senadores.

No que concerne à juridicidade, o projeto apresenta-se adequado ao objetivo, porquanto está versado sob a forma de lei ordinária; a matéria nele tratada inovará o ordenamento jurídico; contém o atributo de generalidade da norma e coercitividade potencial; e revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No mérito, o Projeto de Lei nº 266, de 2006, inspira-se no teor do Processo nº 42, de 2006, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mediante o qual foi proposta ao Conselho Pleno da OAB a reforma do art. 70 do Estatuto da Advocacia e da OAB, com o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos de natureza ético-disciplinar e permitir a suspensão preventiva do advogado que atente contra a dignidade da Advocacia.

A proposição, porém, não se limita ao parâmetro contido no Processo nº 42/006 (OAB) e pugna, também, pelo acréscimo dos arts. 70-A e 70-B ao mencionado Estatuto e pela inserção, em seu art. 54, do inciso IX-A, incluindo, desse modo, o julgamento de processo ético-disciplinar no conjunto de competências do Conselho Federal da Ordem.

Considerando o papel fundamental e digno desempenhado pelos advogados na história das sociedades e consagrado, no ordenamento jurídico pátrio, pelo art. 133 da Constituição, parece pertinente buscar impedir que, em razão de desvios na conduta profissional de alguns poucos, fique comprometida a percepção que toda uma coletividade tem da classe advocatícia, historicamente honrada. Por tais motivos, impende, de fato, facilitar à OAB a punição daquela parcela de seus quadros disposta a comungar com a delinquência, do que resulta bastante oportuna a reformulação

da regra de competência para o julgamento e punição de delitos de natureza ético-disciplinar perpetrados por causídicos.

III – Voto

Diante das razões expendidas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2006. Sala da Comissão, 29 de novembro de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 266 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29 / 11 / 2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR "AD HOC": SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾ , PL, PPS e PRB ⁽⁵⁾)	
ALOIZIO MERCADANTE	1- DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPICY	2- PAULO PATIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
VALTER PEREIRA	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-GEOVANI BORGES
ROBERTO CAVALCANTI	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 23/11/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PMDB ao PRB.

(5) O Partido Republicano Brasileiro (PRB) passou a integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 16.08.2006.

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 266, DE 2006

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	<i>Deixou de votar</i>				1 - ROMEU TUMA				
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES					3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO					4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE	X				5 - RODOLPHO TOURINHO	X			
JOÃO BATISTA MOTTA					6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS					7 - EDUARDO AZEREDO	X			
ARTHUR VIRGÍLIO			X		8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				9 - LÚCIA VÂNIA				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL, PPS e PRB ⁽²⁾)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL, PPS e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE					1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY					2 - PAULO PAIM	X			
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
MAGNO MALTA	X				4 - PATRÍCIA SABOYA GOMES				
IDELI SALVATTI					5 - SIBÁ MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MOZARILDO CAVALCANTI				
SERY S LHESSARENKO					7 - MARCELO CRIVELLA (PRB)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALTER PEREIRA	X				1 - LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				2 - GEOVANI BORGES				
ROBERTO CAVALCANTI ⁽¹⁾	X				3 - SÉRGIO CABRAL				
ROMERO JUCA	X				4 - ALMEIDA LIMA				
AMIR LANDO					5 - WELLINGTON SALGADO				
PEDRO SIMON	X				6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PÉRES	X				1 - OSMAR DIAS				
TOTAL: 16 SIM: 14 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: 1 PRESIDENTE 1									

SALA DAS REUNIÕES, EM 29 / 11 / 2006

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\20063\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 23/11/2006)

(1) Vaga cedida pelo PMDB ao PRB.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2000)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, 1. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

.....
Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
.....

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994

Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

.....
Art. 70. O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.

.....
§ 3º O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal pode suspender-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Neste caso, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias.

Art. 71. A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.

Art. 72. O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada.

§ 1º O Código de Ética e Disciplina estabelece os critérios de admissibilidade da representação e os procedimentos disciplinares.

§ 2º O processo disciplinar tramita em sigilo, até o seu término, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente.

.....
O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 71/06 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 29 de novembro de 2006

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2006, que “Altera e acrescenta artigos à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no que diz respeito ao processo disciplinar”, de autoria do Senador Álvaro Dias.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.237, de 2006**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do **Projeto de Resolução nº 56, de 2006** (MSF 241/2006), que *autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América*.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2006**, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 49/2006 – GLDBAG_CSCOM

Brasília, 5 de dezembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Antonio Carlos Valadares, para compor na qualidade de Suplente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência designa o Sr. Senador Antonio Carlos Valadares como suplente, para compor a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, do PMDB de Goiás.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito em primeiro lugar e falará logo após a palavra do ilustre Senador Paulo Paim.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza; Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para falar da presença, no Rio Grande do Sul, nesta segunda-feira, do Senador Valdir Raupp, Relator da Peça Orçamentária.

Antes disso, quero registrar a importância do evento que ocorrerá no Congresso amanhã, quando visitarão a Câmara e o Senado representantes de seis centrais sindicais, com cerca de 10 mil trabalhadores, fazendo um movimento a favor de aumentos reais para o salário mínimo, bandeira que vem ao encontro daquilo que temos pregado e defendido aqui na Casa, ao longo destes vinte anos.

Sr. Presidente, considero esse movimento muito importante, porque elevar o salário mínimo é elevar o salário daqueles que mais precisam. Por isso é que estarei amanhã acompanhando as centrais sindicais nesse grande movimento.

Estarei também, Sr. Presidente, no dia de amanhã, na Comissão de Assuntos Sociais e, mais uma vez, com o Senador Valdir Raupp, para discutir o projeto de lei de minha autoria sobre a contribuição assistencial, que é uma decisão soberana da assembléia dos trabalhadores para as suas respectivas entidades sindicais na hora de decidir sobre o acordo coletivo ou, se a questão chegar às vias da Justiça, sobre o dissídio coletivo.

Além desses dois registros, Sr. Presidente, quero enfatizar a importância, no dia de ontem, da presença, lá no Rio Grande do Sul, do nobre Senador Valdir Raupp, Relator Geral do Orçamento. Estive com S. Ex^a juntamente com os Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi. Foi uma agenda ampla, conversamos com a sociedade civil do nosso Estado sobre a importância do Orçamento, numa visão de País e naturalmente também na visão do Rio Grande do Sul. Estivemos na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), quando fomos recebidos pelo seu Presidente, Paulo Tigre, e por toda a diretoria. Ali foi entre-

que ao Senador Valdir Raupp um documento no qual estão listadas as onze emendas que a Fiergs entende mais importantes, como a implantação de projetos de irrigação, a construção de trechos rodoviários e a extensão da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho, como investimento em todas as áreas para desenvolver a exportação e a produção no nosso Estado.

Destaco também que a Bancada gaúcha apresentou vinte emendas ao Orçamento, que foram entregues também ao Relator, todas de interesse do Estado.

Sr. Presidente, nessa extensa agenda, houve destaque especial para a reunião que realizamos com o Presidente da Assembléia Legislativa, Sr. Fernando Záchia, e que contou com a participação, além dos três Senadores, do Secretário Estadual do Meio Ambiente, dos prefeitos da região do Vale dos Sinos e também de uma comissão de ambientalistas.

A pauta, como não poderia deixar de ser, foi sobre a emenda de nossa autoria, já aprovada na Comissão de Meio Ambiente do Senado, que destina R\$200 milhões para recuperação do rio dos Sinos, emenda essa que teve assinatura do nobre Senador Sibá Machado. Em outubro passado, infelizmente, ocorreu uma grande tragédia ambiental, na qual 86 toneladas de peixes morreram lá no rio dos Sinos.

É importante salientar que a inclusão dessa emenda no Orçamento está mobilizando toda a região do Vale dos Sinos, o Rio Grande, prefeitos, vereadores, deputados estaduais, federais, senadores e, eu diria, o conjunto da população do País, não só a que está preocupada com o rio dos Sinos, o rio Guaíba, mas também com as nossas águas.

Os principais veículos de comunicação do Estado, como o Grupo Sinos, Diário de Canoas, VS e NH, dão destaque, no dia de hoje, em suas capas: “Senadores mobilizados pelo Rio dos Sinos”; “Senadores se unem para aprovar verba para o Rio dos Sinos”; e, como diz o jornalista Adriano Barcellos, “O caráter histórico da mobilização política de recuperação do Rio dos Sinos une todos os partidos no Rio Grande do Sul”.

Após a audiência, Sr. Presidente, ainda recebemos na Assembléia um grupo de líderes representando a campanha “Viva Guaíba”, que pede a criação da área de Proteção Ambiental do Lago Guaíba, já preocupado com o que aconteceu, infelizmente, com o nosso rio dos Sinos.

Quero dizer que nos comprometemos a marcar uma audiência com a Ministra Marina Silva, quando os ambientalistas entregarão um abaixo-assinado com mais de dez mil assinaturas em defesa do lago Guaíba.

Sr. Presidente, destaco ainda que, às 14 horas e 30 minutos, juntamente com o Senador Relator, Valdir

Raupp, fomos ao Palácio Piratini, onde fomos recebidos pelo Governador Germano Rigotto, quando voltamos a tratar da importância da aprovação dessas emendas aqui listadas por mim para o Estado, num total de 21 emendas, vinte da Bancada e uma da Comissão de Meio Ambiente, encaminhada por mim e assinada pelo Senador Sibá Machado.

Destaco ainda que a conversa com o Governador Germano Rigotto foi muito importante, de acordo com minha avaliação. Nessa ocasião, ele destacou a importância das obras de infra-estrutura do porto de Rio Grande, estradas como a chamada Rodovia do Inferno, em São José do Norte, a BR-470, a BR-285, que liga Santa Catarina ao Rio Grande do Sul. Falamos também da BR-101 e é claro que falamos dos investimentos em universidades, na saúde, na questão dos rios, como também do meio ambiente. Discutimos ainda a importância da bacia hidrográfica do Rio Santa Maria.

Sr. Presidente, aproveito este momento para dizer que conversei muito com o Governador e com o Presidente da Assembléia, Deputado Záchia, sobre o projeto que vai garantir a aposentadoria especial para os policiais civis do Estado. Ambos, tanto o Governador quanto o Presidente da Assembléia, nos garantiram que o projeto nesta semana estará na Assembléia Legislativa para discussão.

Termino, Sr. Presidente, agradecendo muito ao Relator Geral do Orçamento da União, Senador Valdir Raupp, pela sua ida ao nosso Estado, a sua paciência de escutar os pleitos e as reivindicações de toda a comunidade lá do meu Rio Grande.

Quero também dizer que, durante toda essa agenda, além do Senador Valdir Raupp, estiveram conosco o Senador Simon e o Senador Zambiasi.

Sr. Presidente, acredito que a presença do Senador Valdir Raupp foi um dos marcos para a economia gaúcha, porque foi a primeira vez que um Relator que foi convidado, não só pela Fiergs – falei aqui do Governador do Estado, do Presidente da Assembléia, de ambientalistas -, compareceu. De pronto, ele esteve lá e conversou com todos sobre vários temas: salário mínimo, meio ambiente, investimento no porto do Rio Grande, no aeroporto, nas rodovias, em todas as áreas. Então, meus cumprimentos aqui ao Senador Valdir Raupp.

Sr. Presidente, para concluir o meu tempo, quero registrar ainda que fiquei muito contente com a entrevista da revista **CartaCapital**. Por que quero dar este depoimento? Porque o jornalista que fez a matéria reproduziu, na íntegra, tudo o que eu disse a ele. E isso é bom, Senador Ney Suassuna, quando damos uma entrevista, principalmente quando tocamos em tema

tão polêmico, de tanto conflito como é o combate ao preconceito e ao racismo. Falei sobre o Estatuto da Igualdade Racial, e não houve uma distorção. Não existe uma linha aqui que seja do editorial ou do jornalista. Ele reproduziu, na íntegra, tudo o que foi dito para ele.

Por isso, quero cumprimentar a revista **CartaCapital** pela forma como fez esse debate: ouviu o Presidente da Câmara dos Deputados, ouviu a mim, ouviu várias pessoas. Li o texto e, como conheço as pessoas que deram a entrevista, pude ver que ele reproduziu com fidelidade ímpar, eu diria, tudo o que foi dito de um tema muito polêmico não aqui no Senado, porque o Estatuto da Igualdade, que combate os preconceitos, nós o aprovamos aqui por unanimidade, com a maior tranquilidade – a Senadora Ideli, a própria Liderança do Governo participou, articulou, e foi aprovado com a maior tranquilidade; todavia, não entendemos qual é a força invisível que não permite nem que ele seja debatido lá na Câmara. Não precisam aprovar exatamente como aprovamos; que façam o debate do Estatuto na Câmara, que o alterem, se assim o entenderem, e o mandem de volta aqui para nós. Com certeza, votaremos com a rapidez que esse tema exige. Eu falava hoje com o Frei Davi, que estaria propondo uma audiência com o Presidente da Câmara para nós discutirmos a importância da votação dessa matéria. E solicito que ela fique nos Anais da Casa, pela importância do debate do Estatuto da Igualdade.

Termino, Sr. Presidente, informando a V. Ex^a que, aproveitando essa viagem que fiz para o meu Rio Grande com os Senadores, estive também em Gravataí e participei do Primeiro Festival de Música Cantando as Diferenças. Foi entregue o Troféu Periquito para aqueles homens, mulheres e grupos que dedicam a sua vida ao combate ao preconceito, às discriminações em todos os setores. Recebi o prêmio com muita alegria.

Algumas pessoas me perguntam, Sr. Presidente, se não me canso de vir à tribuna defender idoso, defender índio, defender negro, defender pobre, defender as mulheres, defender as crianças, defender o meio ambiente, defender as pessoas com deficiência, defender distribuição de renda, defender o ensino técnico profissionalizante. Eu digo que não, porque essa é uma bonita causa à qual dedico a minha vida. Procuro dar palco para quem não tem palco, tento buscar a inclusão daqueles que são discriminados.

Então, quero dizer que foi com muita alegria que estive lá recebendo esse prêmio dado para aqueles que atuam casualmente na mesma área que atuamos: no combate a todo o tipo de discriminação, seja por orientação sexual, seja por ser mulher, índio, negro, branco, pobre, idoso, criança, deficiente, por ganhar

um salário baixíssimo, por estar desempregado. Enfim, atuamos em prol daqueles que buscam oportunidade de forma muito legítima.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sábado passado estive participando na cidade de Gravataí no Rio Grande do Sul do Primeiro Festival de Música Cantando as

Diferenças, realizado no teatro da Escola Dom Feliciano.

O lastro desta promoção é o Projeto Cantando as Diferenças que tem como objetivo a inclusão social, cultural e individual, reconhecendo as diferenças; trazendo à cena pública os sujeitos invisíveis e suas ações fomentando as suas potencialidades, resgatando a auto-estima e a dignidade daqueles que são excluídos da sociedade.

Na prática é dar palco para quem não tem palco.

Tive a honra de ser agraciado juntamente com os participantes e parceiros com o Troféu Periquito símbolo do festival e do Projeto Cantando as Diferenças.

Neste festival todos são vencedores.

Este troféu foi talhado em madeira pelos índios Guarany da Aldeia Cantagalo de Viamão e é totalmente identificado com a filosofia do Projeto Cantando as Diferenças.

O periquito é um pássaro de rara beleza, pela diversidade de cores. Seu canto perfeito é entoado com todo o bando, pois se um parar, os

Outros ajudam a manter a cantoria, e isto também é reflexo do sentido de viverem em grupo, em família.

Os índios por sua integração com a natureza e, observarem todo o seu ecossistema e assim aprendendo com ela, tem por tradição passarem os filhotes desses pássaros, vivos, no pescoço de suas crianças, para que elas tenham uma voz perfeita e forte, falem cedo e cantem bem.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, participamos no dia de ontem~ lá no Rio Grande do Sul, juntamente com os senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi e com o Relator-Geral do Orçamento da União, Valdir Raupp, de uma ampla agenda com a sociedade civil para definir as priorida-

des do estado de forma que sejam contempladas nas emendas à Lei Orçamentária para 2007.

Na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) fomos recebidos pelo seu presidente, Paulo Tigre, e por toda a diretoria, onde foi entregue ao Senador Valdir Raupp um documento no qual estão listadas as 11 emendas que a Fiergs considera mais importantes, como a implantação de projetos de irrigação, a construção de trechos rodoviários e a extensão da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho.

É importante informar que a bancada gaúcha apresentou 20 emendas prioritárias para o estado.

Nessa extensa agenda tivemos um destaque especial para a reunião que realizamos com o Presidente da Assembléia Legislativa. O futuro chefe da Casa Civil do estado, Fernando Zachia, e que contou com a participação, além dos senadores, do secretário estadual do Meio Ambiente, de prefeitos da região do Vale dos Sinos e de ambientalistas.

A pauta como não poderia deixar de ser foi sobre a emenda de nossa autoria e já aprovada pela Comissão de Meio Ambiente aqui do Senado Federal que destina 200 milhões de reais para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, tendo em vista que em outubro deste ano ocorreu uma tragédia ambiental onde 86 toneladas de peixes morreram.

É importante salientar que a inclusão desta emenda no Orçamento está mobilizando toda a região do vale dos Sinos, prefeitos, vereadores, ambientalistas e também a bancada gaúcha de senadores.

Os próprios veículos de comunicação, especialmente do Grupo Sinos, como o Diário de Canoas, VS e NH, dão destaque no dia de hoje nas suas capas, como “Senadores mobilizados pelo Rio dos Sinos” ou “Senadores se unem para aprovar verba para o Rio dos Sinos” ou como diz o jornalista Adriano Barcellos “O caráter histórico da mobilização política que o Rio dos Sinos provocou”.

Após a audiência na Assembléia, nós Senadores recebemos um grupo de representantes da Campanha VIVA GUAIBA que pede à criação da Área de Proteção Ambiental do Lago Guaíba.

Nos comprometemos em marcar uma audiência com a ministra Marina Silva onde os ambientalistas entregarão um abaixo-assinado com mais de dez mil assinaturas em defesa do lago Guaíba.

A tarde, antes de voltarmos para Brasília, nos encontramos no Palácio Piratini com o governador do estado, Germano Rigotto, onde voltamos a intensificar a importância da aprovação das emendas para o estado.

A conversa com o Governador Rigotto convergiu com as realizadas na Fiergs e na Assembléia, ou seja, a importância do estado ter disponibilizados no Orçamento da União recursos para a continuidade de obras de infra-estrutura como o porto de Rio Grande, estradas como a chamada rodovia do Inferno, em São José do Norte, a BR 470, a 285 (que liga Santa Catarina ao Rio Grande do Sul), a ampliação da pista do aeroporto Salgado Filho (mil metros de pista), universidades, saúde, despoluição dos rios, meio ambiente, saneamento da bacia do rio dos Sinos, e investimentos em irrigação na barragem da bacia hidrográfica do rio Santa Maria.

Destaco ainda que conversamos com o governador Rigotto e com o deputado Zachia sobre projeto de lei que trata da aposentadoria especial para os policiais civis do estado. Os dois nos garantiram que o projeto estará ainda esta semana na Assembléia legislativa para discussão.

Sr. Presidente, gostaria de agradecer ao relator-geral do Orçamento da União, Senador Valdir Raupp, a sua ida ao nosso estado e a sua paciência em escutar os pleitos e reivindicações que não são do Senador Paulo Paim, ou Pedro Simon ou Sérgio Zambiasi, mas sim, de toda a sociedade gaúcha.

Acredito que a agenda que focalizamos lá no Rio Grande do Sul com a presença do Senador Valdir Raupp foi uma das mais importantes destes últimos quatro anos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar aqui na tribuna, matéria veiculada na última edição da revista Carta Capital que traz o título “Motivação Racista? Senador petista diz que Estatuto da Igualdade Racial foi boicotado na Câmara”.

Quero cumprimentar o editor e o repórter pela clareza como foi abordado o tema Estatuto da Igualdade Racial.

Entendo que o texto publicado foi o mais fiel possível a minha fala e sem dúvida ele retrata exatamente o que acontece hoje no país.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MOTIVAÇÃO RACISTA?

IGUALDADE Senador petista diz que Estatuto da Igualdade Racial foi boicotado na Câmara

Era para ser somente umas das atividades da Semana da Consciência Negra dentro do Congresso Nacional, onde iria se discutir a presença dos negros nas Forças Armadas. O evento, requerido pelo deputado Raul Jungmann (PPS-PE), acontecia em um pequeno auditório da Câmara dos Deputados, na presença de militares, militantes do movimento negro e outros convidados. Na mesa, além de Jungmann, o senador Paulo Paim (PT-RS) aproveitou para subir o tom e fazer um surpreendente desabafo. Autor do projeto de lei do Estatuto da Igualdade Racial, ele acusou a Câmara de, deliberadamente, boicotar o texto. "Já votaram todos os estatutos, menos o da Igualdade Racial", bradou Paim, diante da plateia. O senador desconfia de racismo.

"Foi mesmo um desabafo, porque alguma coisa está acontecendo aí", diz o senador, ex-metalúrgico de Canoas, no Rio Grande do Sul, há 20 anos no Congresso Nacional. De fato, é de se estranhar a má vontade dos deputados com o projeto de lei, cujo primeiro texto foi boicotado em 1995, quando Paulo Paim ainda era deputado federal. Em 2002, ao eleger-se para o Senado, ele decidiu apresentar o projeto na Casa. Lá, o estatuto foi aprovado por unanimidade e enviado para a Câmara, onde foi engavetado pela mesa diretora. Desde então, aguarda ser colocado em pauta para votação.

Embora seja um documento quase exclusivamente conceitual, o Estatuto da Igualdade Racial levantou algumas polêmicas. Uma delas diz respeito à obrigatoriedade de autodeclarar a cor e a raça na hora de tirar documentos, além da in-

clusão da disciplina História Geral da África e do Negro no Brasil nos colégios. O projeto determina, ainda, a presença de ao menos 20% de atores e figurantes afro-brasileiros em programas e propagandas de TV. O artigo que previa a reserva de 20% de vagas para afro-descendentes em cargos do serviço público foi retirado da proposta original.

Para garantir uma aprovação tranqüila no Senado, Paulo Paim aceitou tirar do texto a polêmica sobre as cotas para negros nas universidades públicas, que passaram a ser tratadas em um projeto de lei em separado. Também ficou de fora a criação do Fundo Nacional de Igualdade Racial, a ser gerenciado pelo Ministério da Fazenda, transformado em Proposta da Emenda Constitucional (PEC). "Técnicamente, a Câmara pode votar o esta-

tuto a qualquer momento, basta querer", diz Paim. "Essa má vontade, pode acreditar, tem a ver com a cultura do racismo da sociedade brasileira", acusa.

Paulo Paim afirma ter o apoio dos movimentos negros, muitos dos quais o acompanharam, recentemente, ao gabinete do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), presidente da Câmara. Rebelo tem o poder de, a qualquer momento, colocar o assunto em votação, mas tem reservas em relação ao texto. Ele é um dos parlamentares favoráveis a uma discussão de base social, não racial, como a que se baseia o Estatuto. A Paim, no entanto, Rebelo pro-

meteu agilizar a tramitação do projeto, mas não há esperança de votá-lo ainda este ano. De acordo com o presidente da Câmara, é preciso fazer essa discussão com os parlamentares da Legislativa que se inicia em janeiro do ano que vem.

A hipótese racista não é a única passível de justificar o engavetamento do projeto na Câmara. A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial tem tudo para ser um marco histórico nas relações sociais do País. Isso traria grande notoriedade ao autor do texto, senador Paulo Paim, inclusive com previsíveis dividendos eleitorais. Essa foi uma das razões alegadas por Aldo Rebelo para não colocá-lo em pauta durante o período eleitoral passado.

"Tem muita gente botando fogo nessa fogueira de vaidades", afirma Paulo Paim. O senador nega a possibilidade de se tornar uma espécie de "salvador" temporário dos negros brasileiros, mas admite que a aprovação do Estatuto vá deixar muita gente com ciúme. "Isso é insuflado mais por gente temerosa de que os negros vão ocupar mais espaço na sociedade", diz Paim. Segundo ele, a urgência do Estatuto pode ser medida pela última pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. De acordo com o IBGE, os negros ganham, em média, metade dos salários dos brancos, no Brasil.

— LEANDRO FORTES

Paim acredita em temor de que os negros ocupem mais espaço na sociedade

DEBATE

CARTACAPITAL 5 DE DEZEMBRO DE 2006 31

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Eu ia conceder a palavra ao Senador Maguito Vilela, mas ele concordou que eu a concedesse ao Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria apresentar um voto de pesar, já encaminhei o requerimento à Mesa. Ontem, fiz um pronunciamento em homenagem ao Dia Nacional do Samba, que transcorreu no dia 2 de dezembro; porém, quando o fiz, eu ainda não tinha

recebido a notícia do falecimento de um grande sambista catarinense que faleceu ontem pela manhã, João Batista Almeida, conhecido como Tião, uma personalidade do mundo artístico do nosso Estado, que teve a oportunidade de comparecer a uma sessão no dia 2 de dezembro de 2004.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora Ideli, eu gostaria de ler o requerimento, e V. Ex^a então o encaminharia.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTOS Nº 1.212, DE 2006

Requeiro, nos termos da lei, inserção em ata de Voto de Pesar à família do músico florianopolitano João Batista Almeida (Tião), falecido às 13 horas de ontem, aos 72 anos, após uma casa de samba pequena e discreta freqüentada há 15 anos por artistas de vários lugares do país. O enterro foi hoje no Cemitério Jardim da Paz.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Souza. PMDB – MA) – Permita-me, Senador Ney Suassuna, conceder a palavra à Senadora Ideli Salvatti para encaminhar o requerimento, e V. Ex^a falará logo em seguida.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sem problema algum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Souza. PMDB – MA) – Com a palavra V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, para encaminhar o requerimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço.

Eu gostaria de deixar registrado que, além de ser uma figura do mundo artístico catarinense reconhecido e querido por todos, ele nos brindou aqui neste plenário no dia 2 de dezembro de 2004, quando tivemos várias personalidades do samba, inclusive o Neginho da Beija

Flor, representantes de várias escolas, em uma homenagem que prestamos ao Dia Nacional do Samba naquele ano. A sessão foi interrompida, e o Tião teve oportunidade de cumprimentar a Presidência da Mesa.

Naquele mesmo dia, tivemos oportunidade de estar com o Ministro Gilberto Gil em ato realizado pelo Ministério da Cultura, também em homenagem ao samba. No ano de 2004, o Ministério havia encaminhado proposta, que depois foi aprovada, de o samba ser considerado bem cultural intangível da humanidade.

Eu não poderia deixar de prestar esta homenagem e os sentimentos a essa figura cuja morte entristece a todos em Santa Catarina e no Brasil que também tiveram oportunidade de conviver com o nosso querido Tião.

Solicito que seja registrado o artigo que a nossa querida Ângela Bastos, reconhecida jornalista do nosso Estado, publica no dia de hoje, com o título “Não Deixem o Samba Morrer”, também em homenagem ao Tião. Passarei depois à Mesa o artigo, que é muito bonito, para que fique registrado nos Anais do Senado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Gente

Não deixem o samba morrer...
ÂNGELA BASTOS

Não lembro quem me apresentou o Bar do Tião. Mas sou grata por isso. Sou contemporânea de um autêntico reduto de samba, que não perde em nada para casas do Rio de Janeiro tal a qualidade da música ali tocada. Como tantos freqüentadores, fui surpreendida também pela simplicidade do lugar: mesas de plástico, toalhas em xadrez, o vaivém de gente anônima ou famosa. E o melhor: sem confusão. Quem ia no Tião, na Rua do Marfim, Bairro Monte Verde, *

No começo, não tinha o puxadinho de hoje. Era a casa do Tião e de dona Ivonete. Numa das vezes, conversei com Tião. A boa música era o motivo. Conteí para ele sobre o hino do Grêmio, meu time, composto por Lupicínio Rodrigues. Tião tomou um gole de vinho, aproximou o violão do peito e brindou o "público saideiro" com Esses Moços. Coisas de Lupi, coisas de Tião.

Quem também me conquistou foi Ana, e seus quitutes capazes de dar o equilíbrio necessário para as noites de samba de raiz, de chorinho, de serestas. Era simples explicar para os recém-chegados ou de passagem pela Ilha onde ficava o Bar do Tião: segue pela SC, passa o jornal O Estado, alcança o viaduto. Para os mais íntimos, era possível fazer um trocadilho: de um lado o cemitério, de outro o Tião.

Morte na certa: do estresse, das preocupações do dia-a-dia, de uma eventual tristeza. No Bar do Tião erguia-se uma barreira natural entre, por exemplo, uma dor de cotovelo, e o talento de cantores, violonistas, percussionistas, flautistas, clarinetistas. Fica o desejo de que seu espírito encontre a paz. E que não se deixe o samba morrer...

Judiciário

Aumento de salário vai parar no STF

Decisão do CNMP fere a Constituição, diz procurador-geral

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendida.

A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2006

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro que, por tratarem sobre a mesma matéria, o PLS 67, de 2006, de minha autoria, passe a tramitar em conjunto com o PLS Nº 64, de 2006, de autoria do Senador José Jorge.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 2006. – Senador **Juvêncio da Fonseca**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, “c”, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.214, DE 2006

Requer Voto de Aplauso a Rogério Ceni, do São Paulo F.C., o melhor jogador do Campeonato Brasileiro de 2006 e o craque do ano.

Requeiro, nos termos do art. 222. do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jogador Rogério Ceni, do São Paulo F.C., eleito por um júri especial escolhido pela CBF, o melhor jogador do Campeonato Brasileiro de 2006 e o craque do Ano.

Requeiro, ademais, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento da Confederação Brasileira de Futebol e, por seu intermédio, a Rogério Ceni.

Justificação

Rogério Ceni fez por merecer. É um notável atleta, que honra a equipe do São Paulo F.C., tido como o mais organizado clube de futebol do Brasil. Pelo seu desempenho excepcional na campanha recém-finda, foi eleito o melhor jogador do Campeonato Brasileiro e o craque do ano. Não é por acaso que seu clube, o tricolor paulista, tornou-se, por merecimento e pelo que exhibe, Tetracampeão Brasileiro. A homenagem que ora formulo justifica-se, pois. O Grande jogador brasileiro eleva, mais uma vez, bem alto, o nome do Brasil como Terra do (bom) Futebol.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.215, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, no último dia 3 de dezembro, na cidade de Miami, Estados Unidos da América – USA, do Dr. Waldir Salles Couto. Waldir Couto era contador e irmão do Senador eleito no pleito de outubro/2006, pelo Pará, Mário Couto (PSDB-PA), que hoje exerce o cargo de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Waldir Couto exerceu o cargo de Diretor da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e, por onde passou como servidor público, honrou o seu trabalho, em defesa do interesse social do Estado do Pará e da Região Amazônica.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar do Senado Federal seja encaminhado à família.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 2006. – Senador **Luiz Otávio**, PMDB – PA.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.216, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta do PLS Nº131/1999, que “acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS nos casos de constituição de microempresas por parte do trabalhador”, com o PLC 18/2002, que “acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (possibilita a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado)” por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das sessões, 5 de dezembro de 2006. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, “c”, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2006

Nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do

Requerimento nº 1.124, de 2006, de minha autoria, em que solicito tramitação em conjunto do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2006, com os Projetos de Lei do Senado nºs 171, 428, 605, de 1999.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 2006. – Senador **Demóstenes Torres**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência defere a retirada do Requerimento nº 1.124, de 2006.

O Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2006, continua tramitando autonomamente e os Projetos de Lei do Senado nºs 171, 428 e 605, de 1999, continuam a tramitar em conjunto.

As matérias retornam ao exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sendo os Projetos de Lei do Senado referidos em decisão terminativa.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.218, DE 2006

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja consignado nos Anais da Casa Voto de Aplauso ao Cineasta pernambucano Cláudio Assis, pelo Troféu Candango de melhor filme, concedido pelo Júri Oficial do 39º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, com o longa-metragem, “Baixio das Bestas” e dado conhecimento da decisão homenageado e à Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 2006. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.219, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada de tramitação em caráter definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2006, de minha autoria.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 2006. – Senadora **Lucia Vânia**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I do Regimento Interno.

O Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2006, vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento, peço uma atenção especial do Ministério da Integração e também do Ministro Patrus Ananias, para que tomem providência a respeito das cidades que, no Nordeste, mais especialmente na minha Paraíba, estão em calamidade pública.

Na Paraíba há quase setenta cidades que, embora esteja chovendo em todo o Brasil, não têm água para beber. De novo nós passamos por essa tristeza e de novo vimos ao plenário do Senado para pedir providências. Estamos no Século XXI e ainda existem cidades que não têm água para beber. Essa é uma situação de muita penúria porque, se o agricultor não tem sequer água para beber, também nada poderá fazer para realizar o plantio, colher sua safra, ter sua criação. Isso nos revolta, porque sabemos que há muita água em todo canto, mas na Paraíba não há água para beber em mais de setenta cidades.

Era essa a manifestação que eu queria fazer. E não peço só para a Paraíba; peço para todo o Nordeste, que precisa de um plano de atendimento rápido, para minorar esse sofrimento, que não é pequeno. Quando falamos do Brasil, dizem que está chovendo muito, mas lamentavelmente existem ilhas de miséria no Nordeste em estado calamitoso por falta d'água.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador.

Com a palavra o Senador Maguito Vilela, do PMDB de Goiás, ex-Governador do Estado.

Em seguida, vai usar da palavra o Senador Papaléo Paes, em permuta com a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo a esta tribuna para comunicar que a Câmara dos Deputados aprovou, na semana passada, um projeto de grande importância para o Centro-Oeste brasileiro. Refiro-me à recriação da Sudeco – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. A aprovação foi unânime. Todos os 330 Deputados presentes na Câmara Federal votaram a favor desse projeto. Trata-se do primeiro passo efetivo para essa grande conquista. O próximo passo, naturalmente, será a aprovação pelo Senado e, finalmente, a sanção do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o tem defendido publicamente.

A Sudeco será um importante instrumento de desenvolvimento integrado da Região Centro-Oeste. Com recursos inicialmente previstos em R\$3,5 bilhões, a Superintendência terá o poder de desenvolver projetos integrados, potencializando o desenvolvimento dessa rica região brasileira. Esses recursos, R\$3,5 bilhões, virão inicialmente do FCO – Fundo do Centro-Oeste Brasileiro – e do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Isso não significa que o novo organismo deva se prender apenas aos recursos existentes. Pelo contrário: um dos grandes desafios da Sudeco será catalisar o interesse de investidores nacionais e estrangeiros, para a exploração econômica do potencial de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Quando existia, a Sudeco apoiava basicamente os projetos ligados à agricultura e à pecuária. Agora, além de criar condições para o aprimoramento desses setores, a Sudeco terá de ampliar, e muito, o seu raio de ação. Obras de infra-estrutura, apoio ao turismo e a exploração de novas vias econômicas, como a indústria do biodiesel, devem ser prioridades para a nova Superintendência. Nenhum lugar deste País é melhor do que o Centro-Oeste (Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul) para a exploração futura do biodiesel.

Embora tenha obtido aprovação unânime na Câmara dos Deputados, precisamos trabalhar agora para que esta Casa, o Senado da República, faça o mesmo. Outras regiões do País possuem órgãos voltados para o desenvolvimento regional. Nada mais justo que também o Centro-Oeste, que tanto tem contribuído para o desenvolvimento nacional, tenha um órgão com essa finalidade.

A Sudeco, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, será um órgão moderno, sintonizado com as grandes transformações socioeconômicas pelas quais o Centro-Oeste passou nos últimos anos. A ação direta da Sudeco vai fomentar o desenvolvimento da região, com efeitos macroeconômicos que serão sentidos no conjunto da economia brasileira.

Não por acaso, o Presidente Lula tem defendido a Sudeco com todas as forças, inclusive se comprometendo, durante a campanha presidencial, a apoiar a aprovação desse projeto e, naturalmente, a sua implantação.

Peço o apoio de todos os Senadores, de todos os membros desta Casa, para aprovar o projeto de recriação da Sudeco aqui no Senado, como fez a Câmara dos Deputados, e com a maior urgência possível. Quanto mais cedo fizermos isso, mais cedo essa instituição estará trabalhando em favor do Centro-Oeste e, naturalmente, trabalhando em favor do Brasil. E rece-

berão mais atenção as grandes lutas do Centro-Oeste, como a Ferrovia Norte-Sul, Leste-Oeste, as hidrovias, as rodovias, as duplicações de rodovias, como a duplicação da BR-O60, que vai de Goiânia a Santa Rita do Araguaia, passando por todo o sudoeste goiano, pelas grandes cidades como Rio Verde, Santa Helena, Quirinópolis, Acreúna, Indiara, Jataí, minha querida cidade, que será extremamente beneficiada com essa duplicação, Mineiros, Portelândia, Perolândia, Santa Rita do Araguaia. Todas essas importantes cidades que estão nas imediações dessa grande rodovia que liga Goiânia a Santa Rita do Araguaia, inclusive Indiara e Guaporé, serão beneficiadas.

Agradeço muito a atenção de V. Ex^a, Sr. Presidente, assim como a das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PDMB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Maguito Vilela.

Concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes, do PSDB do Amapá, ex-Prefeito da cidade de Macapá.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a última crise que causou espanto ao nosso Presidente da República, que, na penúltima terça-feira, dia 21 de novembro, declarou ter sido surpreendido, mais uma vez, foi a crise na agricultura de grãos, que já dura dois anos.

De contornos complexos e variados, a crise já causou aos agricultores prejuízo da ordem de R\$30 bilhões nesse período. Em sua etiologia, houve razões exógenas, como seca, queda do preço dos grãos no mercado internacional, e endógenas, como a excessiva valorização do real frente ao dólar e a persistente má qualidade da infra-estrutura, como estradas, ferrovias e portos. Tudo isso agravado pelo contingenciamento das verbas federais para o setor agrícola, cujo rigor demorou a ser relaxado pelo Governo, mais uma morosidade e desatenção a débito do Poder Executivo.

Porém Lula só acordou para o fato de que há uma crise na agricultura faz pouco mais de uma semana, como declarou. Não soube, não viu e não ouviu o tratorado ocorrido há pouco mais de um ano, em julho de 2005, na Esplanada dos Ministérios, ao lado de seu gabinete de trabalho, numa manifestação que reuniu cerca de três mil tratores.

Não se lembrou, tampouco, das reiteradas advertências feitas por seu Ministro da Agricultura.

Ah! Desta vez, também, não faltou a promessa de que agora não haverá mais surpresas e de que isso não mais se repetirá. Disse literalmente Lula: “Não podemos esperar ter outra crise para resolver o problema da agricultura. Temos que aproveitar o momento que a agricultura se recupera para (...) estabelecer todas as políticas agrícolas necessárias para que, numa próxima crise, a gente não seja pego de calça curta”.

Senador Mozarildo, governar é aborrecido, falar é mais fácil. São apenas palavras.

Outro exemplo? O irritante “apagão aéreo”.

A revista **Veja**, em sua edição de 29 de novembro último, informou que, em outubro de 2003, o Conselho de Aviação Civil – Conac, cumprindo sua missão institucional de prestar assessoria à Presidência da República, alertou o Governo para uma série de graves e iminentes problemas no setor por meio de dezoito resoluções. O Governo foi avisado de que a previsão de aumento do tráfego aéreo nos anos seguintes – o que, de fato, veio a ocorrer – poderia levar ao colapso do sistema, caso não fosse aumentado o investimento em infra-estrutura dos aeroportos e do controle aéreo. Também foi avisado que faltavam recursos humanos no controle do tráfego aéreo.

Foi sugerido, à ocasião, que se usassem mais recursos do fundo da Aeronáutica para financiar o aumento das despesas. Assim, não estaríamos passando pelos problemas que estamos passando agora.

Mas ler relatórios também é aborrecido. É mais um item enjoado e bocejante do ofício de governar. A parte boa é discursar, receber os aplausos do público de cima do palanque e encantar-se com um novo achado metafórico que ilustra a vida social com imagens do futebol, esse grande e querido esporte de massas.

E, para usar da mesma linguagem, cumpre dizer que, no “apagão aéreo”, o Presidente Lula pisou na bola.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, novas advertências sombrias já foram afixadas no quadro de avisos do Palácio do Planalto. Talvez a mais grave seja a do também iminente “apagão energético”. A Nação espera, ansiosa, que a luz não seja cortada antes de o Presidente enxergar o aviso, ainda iluminado, no quadro.

O último leilão de energia nova ocorrido sinalizou novo aumento de preço, em razão das incertezas sobre a capacidade de o País produzir energia suficiente para satisfazer a demanda. Especialistas dizem que, caso o Brasil cresça mais de 4% ao ano até 2011, a oferta de energia das hidrelétricas será insuficiente para as necessidades nacionais, sendo necessário lançar mão de termoeletricas, que são usinas, como sabemos, de maior custo. Como o Presidente descobriu agora, no

começo do segundo mandato, que 5% ao ano de crescimento é um número bacana para o Brasil, e como não podemos deixar de torcer para que o número se concretize, então, se chegarmos lá, vamos, no mínimo, chegar muito preocupados.

E o pior: o desastre nas relações diplomáticas com a Bolívia faz do abastecimento de gás natural para as termelétricas brasileiras algo para lá de incerto.

Resta, segundo estimativas, realizar um investimento público de cerca de R\$30 bilhões em infra-estrutura de energia elétrica. Não sei se isso é pedir demais para um governo que teve seus gastos de apenas R\$500 milhões –despendidos na operação emergencial “Tapa-Buracos” das estradas – qualificados, por um Ministro do Tribunal de Contas da União, como dinheiro “literalmente jogado na sarjeta”. Refiro-me ao Ministro Augusto Nardes, relator dos processos relativos ao setor de transportes.

E investimento privado no setor elétrico, que é bom, nada. A confusão do marco legal do setor que, em vez de ser desatada, foi ainda mais amarrada pelo Governo, e os ataques sucessivos à autonomia administrativa das agências reguladoras, que estavam prontinhas para funcionar ao final do Governo Fernando Henrique Cardoso, espantaram os candidatos.

Assim, de desacerto em desacerto, vai-se aumentando a possibilidade de novos apagões e crises, principalmente em áreas de infra-estrutura. Os avisos estão aí.

O que nos garante, Sr. Presidente, que, desta vez, e que neste ou noutro caso específico, o Chefe do Executivo tomará ciência da situação? Quem nos garante isso? Mais tarde, ele dirá, talvez, que não sabia, que nem podia imaginar!

No entanto, quem sabe possamos chamar sua preciosa atenção pela adaptação da linguagem?

Diríamos, para o Presidente entender bem: Presidente, o senhor já tomou um cartão amarelo, o ala está avançando pelas suas costas e vai ser lançado. Corra rápido para não chegar atrasado na jogada e não ter de parar o adversário com falta dentro da área!

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, sem prejuízo da ordem de oradores, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para comunicações inadiáveis, está toda preenchida a relação?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu inscrevo V. Ex^a agora, em segundo lugar, mas o primeiro já falou. Vai falar o Senador Mozarildo; em seguida, a Senadora Ideli Salvatti e, depois, concederei a palavra a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, usualmente, trato de temas relacionados à Maçonaria em sessões realizadas em 20 de agosto. Nessa data, o Dia do Maçom, tenho prestado mais do que justas homenagens à Maçonaria brasileira. Não as faço em busca de promoção pessoal, até porque a maioria dos maçons, por uma razão ou por outra, não gosta de dizer que é maçom. Promovo essas reuniões porque tenho conhecimento do papel relevante dessa instituição ao longo da História brasileira e mundial. No caso do nosso País, a Maçonaria teve, por exemplo, papel destacado na Independência e nas lutas pelo fim da escravidão, entre outras.

Só para ilustrar, Sr. Presidente, a primeira vez que, a requerimento meu, com o apoio de outros Srs. Senadores, o Senado prestou homenagem à Maçonaria brasileira foi em 2001, exatamente no dia 20 de agosto de 2001. Naquela ocasião, usaram da palavra, além de mim, como autor, outros oradores, inclusive maçons, não Parlamentares, como José Coelho, Laelson Rodrigues, Kalil Chater, Gim Argello. Presidia a sessão o Senador Edison Lobão, que, em nome da Mesa, se associou às homenagens prestadas.

De 2001 para cá, durante cinco anos seguidos, o Senado prestou essa homenagem. Neste ano, em face das eleições gerais no Brasil, nós não promovemos essa sessão dia 20 de agosto. Por isso quero fazer esse registro hoje e dizer que no ano que vem esperamos fazer uma sessão mais bonita do que todas que já foram realizadas aqui, com a presença, como tem sido, de maçons de todo o Brasil, do Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil, do Exm^o Grão Mestre das Grandes Lojas do Brasil, da Comab – Confederação da Maçonaria Brasileira, assim mostrando ao Brasil que a maçonaria está viva e atuante, fiel aos mesmos princípios que a levaram a lutar pela Independência do Brasil, pela libertação dos escravos, pela Proclamação da República, entre tantos outros movimentos cívicos dos quais participou de maneira ativa.

Hoje, porém, o meu discurso, tem objetivos que transcendem a homenagem. Na verdade, busco uma oportunidade para refletir sobre o significado da Ma-

çonaria, bem como descobrir o que pode se feito para que ela possa desempenhar um papel mais ativo em uma sociedade cuja natureza se modifica em velocidade frenética e, muitas vezes, de maneira aparentemente obscura.

Em outras palavras, como manter a ligação com os mais profundos e tradicionais valores defendidos pela causa maçônica sem perder o contato com o mundo que a cerca?

Nobres colegas, primeiramente, algumas breves palavras sobre a história da Ordem Maçônica.

A Maçonaria inicia a sua fase moderna em 24 de junho de 1717, dia da festa de São João Batista, quando se reúnem os responsáveis por quatro Lojas Maçônicas de Londres. Ao final dos trabalhos acabam por constituir a Loja-Mãe, que seria o ponto de referência para as futuras associações da Ordem. Nesse momento, foram fixados os pontos comuns estatutários e ritualísticos.

Loja, evidentemente, não tinha o mesmo significado que detém hoje. O termo, oriundo do inglês *lodge* e do francês *loges*, indicava os locais, nos canteiros de obras das grandes catedrais, onde os operários se reuniam.

Quanto à palavra maçom, há muitas explicações sobre o surgimento da palavra. O sentido de *Franc-mason* era, literalmente, o de pedreiro livre.

Em suma, a moderna Maçonaria surge quando a sociedade medieval se encontra em seus estertores. Em seu lugar surge uma nova organização social que valoriza não mais os estamentos, a rigidez social ou a subordinação de homens a outros homens. O valor de um homem passa a ser medido não mais pela sua posição social ou por seu nascimento. O valor de um homem passa a ser mensurado pelo que ele é e faz.

A Maçonaria segue o caminho das Grandes Revoluções Liberais ao defender, também, três princípios fundamentais: liberdade, igualdade e fraternidade.

Liberdade porque o homem só é capaz de realizar todo o seu potencial quando não está agrilhado.

Igualdade porque reconhece que todos os homens nascem iguais. E, desse ponto de partida, podem, por meio de seus méritos, talentos, sabedoria, virtudes e trabalho, transformar em realidade todas as suas potencialidades.

Fraternidade porque a Ordem acredita que o único meio para aproximar homens dos mais diferentes credos, raças, religiões depende de um único pilar: o respeito mútuo.

Certamente, nenhum desses princípios se tornou obsoleto. Pelo contrário, estão mais modernos do que nunca. Aqueles londrinos do início do século XVIII enfrentaram o desafio de sobreviver e de prosperar

na transição de uma ordem social que desmoronava, enquanto outra era criada.

Hoje, enfrentamos momento parecido. Vivemos em um mundo que enfrenta profundas transformações. Mais que isso. As nossas convicções e certezas são diariamente postas à prova.

Não são apenas as tentações trazidas pelo mundo moderno, pelo constante questionamento dos valores morais e éticos. São, também, as tentações trazidas pela busca das falsas saídas, como o descrédito em Deus ou, pior, a crença em um Ser Superior sem apreço pela vida e pelo caminho do Bem.

O que fazer? Como um maçom deve se comportar em uma situação como essa, em que tudo ao nosso redor parece estar em constante estado de desmoronamento?

Ser moderno, para a Maçonaria, significa reforçar os laços com os valores mais sólidos de nossa profissão de fé.

Ser moderno, para nós, não significa abandonar as nossas crenças ou trocá-las por outras falsas. Não!

Ser moderno, para o maçom, é aceitar as nossas tradições. É olhar para o passado e aprender com aqueles que igualmente se viram diante de situações tormentosas. A história da Maçonaria não é feita apenas de grandes realizações, mas é, sobretudo, a superação de crises, o enfrentamento de preconceitos e a desconfiância de muitos não-maçons.

Posto isso, a primeira lição é mais importante: saber quem somos nós, maçons. E somos nós maçons um grupo de pessoas que busca o aperfeiçoamento individual, a fraternidade dedicada ao aprendizado e ao culto da arte de viver e à construção do caráter.

Temos como princípios o amor fraternal, a assistência ao próximo e a lealdade. Em nosso aprendizado dentro da Sociedade Maçônica, são enfatizadas as virtudes essenciais em qualquer tempo e lugar: temperança, fortaleza, prudência, justiça, fé, esperança, caridade e tolerância para com os demais homens.

Em suma, a Maçonaria não é uma forma de obter ou manter qualquer outro tipo de vantagem pessoal.

Além disso, a Maçonaria sabe que o Homem, criado pelo grande Arquiteto do Universo, tem um estupendo potencial para a realização do Bem. A Maçonaria, evidentemente, não se arvora como o único meio de as pessoas se aperfeiçoarem, mas tem sido, ao longo dos séculos, um farol seguro a guiar a humanidade em momentos difíceis.

Modernizar a Maçonaria significa, mais do que nunca, mantê-la fiel aos seus princípios e aos seus fundamentos éticos e morais.

Nesses tempos tortuosos que atravessamos, mais do que nunca nos cabe uma tarefa: sem deixar de cumprir os deveres junto à Loja Maçônica, é preciso aproximarmo-nos mais da sociedade. E o caminho do Bem é mostrado pelo exemplo.

Concluindo, é por meio de nossas palavras e ações públicas que podemos ajudar a construir uma sociedade mais justa e mais igualitária. Só assim seremos capazes de levar adiante a obra do grande Arquiteto do Universo, que é Deus.

Quero também, Sr. Presidente, registrar hoje aqui que, em dois momentos recentes, a Maçonaria publicou Manifesto à Nação, manifestando sua posição em relação às situações que a Nação atravessava.

Primeiro, nos recentes escândalos – mensalões, sanguessugas etc – a Maçonaria publicou um manifesto muito claro, pedindo, não que fizessem prejulgamentos, mas que aprofundassem, até as últimas consequências, as investigações para que realmente o Brasil como nação não sofresse as seqüelas de um problema como esse.

Neste fim de semana, maçons de todo o Brasil, do Grande Oriente do Brasil, reuniram-se aqui em Brasília para discutir a Amazônia. Discutiram a Amazônia num sentido amplo, sob um olhar que muita gente teima em não ver: sob o olhar da cobiça internacional, da busca que têm as grandes potências internacionais de manter a Amazônia como uma reserva estratégica para o futuro deles – os donos do mundo de ontem, de hoje e de sempre, como querem ser.

Por isso, quero aqui deixar essa homenagem à Maçonaria, já que não pude fazê-la no dia do maçom, dia 20 de agosto, e conclamar todos os maçons do Brasil para que possamos nos unir e não deixar que essa desesperança, esse desânimo com a democracia, por vermos tantos homens públicos envolvidos em escândalos, nos leve a acreditar que o melhor caminho seja calar. Não podemos nos calar e devemos sim lutar para realmente passar a limpo este País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, por permuta com o Senador Papaléo Paes.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Agradeço, Sr. Presidente, pela troca do horário.

O que me traz à tribuna hoje é um assunto bem cotidiano, um assunto feijão-com-arroz, Senador Sibá Machado. Às vezes, as pessoas trazem assuntos muito importantes e de grande complexidade ao plenário do Senado, mas determinados assuntos são o retrato do cotidiano de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras. E, portanto, temos de estar muito atentos a esses indicadores, principalmente quando refletem algum tipo de melhoria concreta na condição de vida dos nossos cidadãos brasileiros. E o assunto que trago à tribuna é a pesquisa e os dados feitos pela Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab, e diversas outras entidades, como o IBGE, a respeito da elevação da venda do arroz e do feijão.

Os indicadores desse crescimento na venda desses dois produtos são extremamente interessantes porque o consumo do produto, o feijão, permaneceu praticamente estagnado entre 2001 e 2005, em torno de 2 milhões de toneladas, mas vai subir. A previsão é de que suba, no mínimo, 4,8% em 2006, e vai ultrapassar a casa de 3,3 milhões de toneladas. No caso do arroz, a demanda também deverá totalizar 13,2 milhões de toneladas: 1,5% a mais do que no ano passado, mas 5,6% acima da média dos últimos 5 anos, que foi de apenas 12,5 milhões de toneladas ao ano.

Já tive oportunidade de trazer dados recentes de pesquisas que demonstraram de forma bastante contundente a elevação do consumo das famílias identificadas nas classes D e E. Essas classes sociais, de menores níveis de renda no País, tiveram a capacidade de ampliar, a partir de uma série de medidas adotadas, como a recuperação do salário mínimo, os programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa-Família. Com isso o crescimento do consumo dessas famílias ultrapassou a casa dos 11%. E a questão do arroz e do feijão também se enquadra nesse contexto maior.

A consultoria da MB Associados estabelece exatamente que a receita média mensal das famílias que sobrevivem com até um salário mínimo cresceu 13,1% neste ano e um novo incremento de 11,9% é esperado para 2007. Portanto, o aumento da renda, por si só, já é um fator que estimula o consumo de alimentos, principalmente nas classes com poder aquisitivo mais baixo. O objetivo do Governo Federal é que tenhamos essa ampliação por meio dos diversos programas adotados.

Marcelo Lüders, Analista da Correpar, acredita, inclusive, que a estimativa do consumo de feijão feita pela Conab, de 3,3 milhões de toneladas está subestimada e aposta em que, no mínimo, deveremos alcançar um consumo da ordem de 3,6 milhões. Ele argumenta que o número do Governo é uma projeção

conservadora, baseada nos números do IBGE, o qual não considera aumento da renda do brasileiro, o aumento do consumo de refeições feitas fora de casa. Portanto, com esses números extremamente alvissareiros, verifica-se o aumento do consumo do nosso tão querido, gostoso e saboroso arroz com feijão, que é a base da alimentação, de forma significativa, do povo brasileiro.

No Paraná – vejo aqui o Senador Osmar Dias –, que é o principal fornecedor do grão do País, entre novembro e março, o preço ao produtor encerrou a R\$55 por saca, ou seja, um preço que favorece o acesso de muito mais pessoas a um consumo maior deste produto tão importante na dieta do povo brasileiro.

Gostaríamos de trazer esta singela contribuição porque muitas pessoas – que não têm no arroz e feijão sua base de alimentação – podem não entender a importância do aumento do consumo, a redução dos preços e a implementação desta base da dieta do povo brasileiro, que é riquíssima e já está configurada como uma base de alimentação extremamente saudável. A mistura do nosso querido arroz com feijão tem grande significado no cotidiano de milhões e milhões de brasileiros.

Faço esse registro para, dessa forma, contribuir para entendermos – há pessoas que ainda não entenderam – o resultado das urnas. O prato do povo brasileiro, indiscutivelmente, é um ingrediente muito contundente na hora de as pessoas fazerem avaliação política.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar os meus parabéns à Associação dos Correspondentes de Imprensa Estrangeira, a ACIE, pela homenagem que fez ao escolher como Jornalista do Ano o jornalista Mino Carta. Ele foi escolhido pelo trabalho que realizou ao longo deste ano. Cento e vinte jornalistas de mais de trinta países diferentes que trabalham no Brasil tiveram a oportunidade de acompanhar atentamente tudo o que aconteceu ao longo deste ano, inclusive a polêmica instalada a respeito do papel de determinados setores da imprensa, determinados jornalistas, inclusive aquela situação... pelo menos duas expressões demarcaram a situação ocorrida ao longo da cobertura do ano de 2006 por vários segmentos da imprensa, relativa àquela história oportunamente comentada pelo jornalista Franklin Martins de que o efeito “pedra no lago” não ocorreu nestas eleições. Ou seja, aquilo que os órgãos de imprensa ou determinados segmentos da imprensa transformaram como o eixo central da cobertura jornalística, impactava até um determinado ponto, mas não chegava à famosa margem, ou seja, não ia se expandindo até tomar conta das mentes e corações da população como um todo.

Chegaram ao ponto de veicular que o povo não está seguindo a opinião pública. Isso também foi registrado ao longo de 2006.

Portanto, a premiação, pelos jornalistas estrangeiros que cobrem o cotidiano da imprensa, principalmente este ano, ao Mino Carta como jornalista símbolo do ano, reconhecendo a cobertura que a própria revista **CartaCapital** fez, ao longo do ano, é uma sinalização de que os que aqui estiveram, participaram e cobriram este ano o desempenho da imprensa brasileira, puderam ter dos posicionamentos. Portanto, a escolha do Mino Carta tem uma simbologia extremamente positiva. Por isso não poderia deixar de fazer este registro e dar meus parabéns ao jornalista Mino Carta, por ter sido escolhido jornalista do ano pela Associação dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PDT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PDT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não desejando apartear a oradora, quero dizer que a sua afirmativa é totalmente falsa, porque o Sr. Mino Carta é um dos piores caracteres do Brasil. É lamentável que Parlamentar dê confiança a um homem que se vende inteiramente ao Governo, como Sr. Mino Carta. E se tiver mais, vai ter. Vou logo dizendo.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Senador Antonio Carlos Magalhães, se tiver mais vai ter o quê?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senadora, já passei a palavra ao Senador Aelton Freitas, e V. Ex^a não pode se dirigir aos Senadores sem a permissão da Presidência.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ocorre, Sr. Presidente, que ele dirigiu a palavra à minha pessoa. Se V. Ex^a me permitir, posso inclusive utilizar o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a não foi citada nominalmente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan.

V. Ex^a terá cinco minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, fiquei prejudicado porque eu ia pedir a palavra pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Antes de conceder a palavra ao Senador Leonel Pavan, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, quero pedir a minha inscrição para uma comunicação pela Liderança do meu Partido, por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Com a palavra o Senador Leonel Pavan. Em seguida, pela ordem, o Senador Sibá Machado. Posteriormente, darei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, como orador inscrito, por permuta com o Senador César Borges.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, aproveito a presença do meu amigo Aloizio Mercadante para falar de um assunto sobre o qual S. Ex^a já tem conhecimento. Mas antes me permita, Sr. Presidente, homenagear a minha família – os meus filhos, a minha neta, o meu genro –, que, pela primeira vez depois de quatro anos que estou aqui no Senado, estão visitando Brasília, até porque as atividades comerciais, negócios a distância, quase que os impediram de estar aqui. Agradeço à minha família por estar aqui presente.

Sr. Presidente, aproveito este tempo tão importante no Senado Federal para, mais uma vez, fazer um apelo ao Governo. Na semana passada, usei desta tribuna para pedir ao meu amigo Ministro Walfrido dos Mares Guia que liberasse as nossas emendas, os recursos que aprovamos por meio de emendas parlamentares para o meu Estado.

Já estamos no dia 5 de dezembro e, no dia 22 de dezembro, encerram-se as nossas atividades aqui no Congresso. Temos mais duas semanas de trabalho, e não estou conseguindo sensibilizar o Governo Federal, o meu amigo Walfrido dos Mares Guia para que libere os recursos do meu Estado, Santa Catarina.

Sempre que fui procurado pelo Ministério para apresentar as emendas na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sempre que pediram a minha assinatura, lá estava eu assinando, reivindicando pelo Ministério. Sempre que me procuraram e pediram a minha participação para agilizar o Orçamento, atendi ao Governo. E mais uma vez estou fazendo aqui um apelo: vai acabar o ano, e eu não consigo liberar os recursos.

Falei há pouco que ia aproveitar a presença do meu amigo Aloizio Mercadante porque temos conversado algumas vezes sobre isso. Portanto, concedo um aparte a S. Ex^a, porque tenho certeza de que a notícia é muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a está fazendo uma comunicação inadiável; não são permitidos apartes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, sei que não é permitido, mas V. Ex^a é democrático, amigo, leal e tem permitido tantas coisa boas nesta Casa que vai permitir que eu conceda a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Eu vou fazer esta concessão a V. Ex^a, Senador.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Em primeiro lugar, sou testemunha do empenho que o Senador Leonel Pavan tem tido na área de Turismo. O Ministro Walfrido dos Mares Guia mais do que ninguém reconhece o trabalho exemplar que V. Ex^a fez, Senador, inclusive disputando recursos para aquela Pasta e buscando apoiar em todas as iniciativas. Hoje mesmo falei com o assessor parlamentar da Casa Civil, pedindo que seja dado o limite extraordinário ao Ministério do Turismo para que seja cumprido esse compromisso. Do meu ponto de vista, é fundamental que seja honrado esse compromisso com o nosso Senador Leonel Pavan e que o Estado de Santa Catarina seja plenamente atendido. A avaliação que tive hoje do assessor parlamentar é de que o limite será concedido e que isso será devidamente equacionado. Já disse ao Ministro que, entre as prioridades que vejo no Senado Federal, inegavelmente, está a de contemplar o Leonel Pavan, porque se trata de um compromisso já firmado no início do ano e que não foi devidamente cumprido antes do período eleitoral. De qualquer forma, todos ficaram prejudicados por causa das eleições, mas terá que ser cumprido. E estarei nesta tribuna para defender esse compromisso, porque seguramente V. Ex^a merece, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, praticamente aqui se encerra meu discurso, porque, depois dessa afirmação do Mercadante, vejo que as minhas reivindicações encontraram eco. E foi por essa razão que fiz questão de pedir a palavra com a presença em plenário do Senador Aloizio Mercadante, umas das principais lideranças do PT e do Governo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas me permita, Presidente, pelo menos dois minutos a mais para dizer que Santa Catarina é um Estado de raras

belezas, é um Estado que produz na área da agricultura, da pecuária, das indústrias e também é um dos Estados que oferecem cidades totalmente preparadas para o turismo, cidades como Florianópolis, a nossa capital; Balneário Camboriú; Bombinhas; Porto Belo; Itapema; Ilhota; Navegantes; são inúmeras cidades litorâneas, bem como outras cidades com turismo rural.

No entanto, esses Municípios, que precisaram investir por causa da abertura da temporada, em razão das milhares de pessoas que receberão agora nos próximos dias, ficaram sem condições de investir em infra-estrutura, em equipamentos, para atender os turistas. E as emendas que nós tínhamos aqui eram justamente para esses Municípios e outras cidades do oeste de Santa Catarina conhecidas pela Senadora Ideli Salvatti, que sabe da importância que elas têm para o nosso Estado.

As nossas reivindicações e as nossas emendas atendem, inclusive, a dois Municípios do PT: Itapema e Itajaí. Não há discriminação. São Municípios do PSDB, do PFL, do PMDB, do PL e do PT. Estamos trabalhando esses Municípios, que têm um potencial enorme no turismo.

Mas saio daqui feliz neste momento. Espero não ter que retornar amanhã, depois de amanhã ou na semana que vem para dizer que não fui atendido. Eu, que sempre tive um bom relacionamento com o Mercadante e com o Walfrido dos Mares Guia, terei condições, certamente, de falar em Santa Catarina que os recursos, mesmo no apagar das luzes, foram concedidos pelo Governo com o apoio do Ministério e também do nosso grande amigo Mercadante.

Por isso, aqui estão nossos agradecimentos, por enquanto, por ora, até que realmente seja assinado e sejam empenhados os recursos para atender ao Estado de Santa Catarina. São emendas nossas, individuais, Senador Romeu Tuma, emendas que conseguimos com muita luta, depois de muito debate com os Prefeitos, depois de discussões de projetos. É bom até que os Prefeitos que estão nos assistindo fiquem um pouco mais calmos, porque temos a promessa de que esses recursos serão liberados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos

Magalhães, como orador inscrito, por permuta com o Senador César Borges.

Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado, que já a havia solicitado. Em seguida, terá a palavra pela ordem a Senadora Ideli Salvatti e, após, o Senador Osmar Dias.

Peço que sejam breves.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um minuto!

Preciso fazer este registro porque ele se refere a um assunto que foi tratado durante todo este ano: a situação do gás da Bolívia, a política que o Presidente Evo Morales instituiu.

O Ministro Silas Rondeau vem a público apresentar o resultado das negociações. Segundo ele – que usa uma frase até muito interessante – “tivemos um final feliz nas negociações”.

Portanto, o Presidente Evo Morales arvorou o problema para si e acaba de homologar todos os contratos de gás com todas as empresas internacionais que atuam na Bolívia, especialmente com a nossa Petrobras.

Assim sendo, acreditamos que está encerrado de vez aquele episódio e que o Brasil e a Bolívia acabam de se dar as mãos para alcançar um desenvolvimento coletivo.

É esse o registro que eu queria fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para que não paire nenhum mal-estar, porque não me interessa criar mal-estar no plenário.

Fiz um pronunciamento, trazendo vários assuntos à tribuna. Entre eles, a escolha feita pela associação de jornalistas estrangeiros que cobrem o Brasil, que escolheu o jornalista Mino Carta como Jornalista do Ano.

O Senador Antonio Carlos Magalhães tem todo o direito de ter a opinião dele a respeito do jornalista Mino Carta. Ele tem o direito dele, e eu tenho o meu. Portanto, creio que não cabe qualquer tipo de observação – e quero dizer isso de forma muito franca ao Senador Antonio Carlos Magalhães – a respeito das opiniões que emitimos aqui, no plenário, sobre os assuntos que trazemos. Se o Senador Antonio Carlos Magalhães quisesse fazer um aparte durante a minha fala, isso teria sido recebido de forma respeitosa, que é a forma com que se deve receber toda e qualquer

opinião aqui dentro. Mas espero que a minha opinião também seja recebida dessa forma.

Que eu não tenha de ouvir determinadas palavras que buscam criar constrangimento à minha atuação parlamentar. Da mesma forma que não quero criar constrangimentos em relação à atuação parlamentar de qualquer um das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, mas quero ser tratada com o respeito que deve existir entre nós.

Já tive oportunidade de dizer, em outras ocasiões, que o que nos trouxe a esta Casa foi o voto popular: tanto o Senador Antonio Carlos Magalhães foi eleito pelos cidadãos da Bahia como eu fui eleita pelos cidadãos de Santa Catarina. Portanto, o respeito tem de ser mútuo.

É óbvio que vão existir opiniões divergentes. Porém, divergência de opinião, mas respeito no trato. Creio que mereço esse tratamento, da mesma forma que respeito as opiniões do Senador Antonio Carlos Magalhães, mesmo quando, em boa parte – várias vezes – não concorde com elas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Feito o registro, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para solicitar a minha inscrição, pois desejo falar como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito para falar em terceiro lugar; o Senador Aelton Freitas também, que fará uso da palavra após o Senador Antonio Carlos Magalhães.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Antonio Carlos, como orador inscrito, por permuta com o Senador César Borges.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero reiterar, hoje, palavras que aqui, ontem, proferi a respeito do jornalista Mino Carta, demonstrando que ele já participou de várias revistas e jornais e sempre foi posto para fora pela sua falta de compostura. Agora mesmo ofende a minha família na **CartaCapital**, e só poderia ser por provocação que alguém viria à tribuna para defender esse jornalista, que não tem o respeito da população.

Portanto, está dada a minha resposta e registrada a minha indignação. Só mesmo jornalistas que moram fora do Brasil, que não conhecem a realidade do Sr. Mino Carta, seriam capazes de fazer isso por ele.

Já o encontrei várias vezes à minha porta, chorando, pedindo apoio. Mas, hoje, ele é subvencionado, ele é comprado pelo Governo da República por meio

da Petrobras e da publicidade que ontem demonstrei – R\$337 milhões deste Governo que não se respeita!

Ah, Sr. Presidente! O País está à beira do apagão geral. A Oposição já vem mostrando isso há muito tempo. Agora são as entidades empresariais, os especialistas, os economistas que fazem o alerta.

Depois do espetáculo de incompetência, de desperdício e do furto tomarem conta da vergonhosa “operação tapa-buracos”, vem a Confederação Nacional de Transportes e aponta: 75% das rodovias brasileiras permanecem em estado péssimo ou ruim.

As ferrovias e os portos estão sucateados e não conseguem escoar a produção, que nem é lá essas coisas com esse crescimento medíocre da economia e com o setor de agronegócios cada vez mais desassistido – como bem prova o ex-Ministro Roberto Rodrigues e qualquer pessoa que veja como os agronegócios no Brasil são mal dirigidos.

E, em 2007, as coisas vão piorar, Sr. Presidente! Não desejo que piorem, mas vão piorar!

O próprio Ministro da Fazenda, Guido Mantega, pede para baixar de R\$375,00 para R\$367,00 o salário mínimo, devido à situação caótica da economia brasileira. É claro que ele não vai conseguir que o Congresso derrube esse aumento! Ao contrário, estamos negociando com entidades sindicais no sentido de passar o salário mínimo de R\$375,00 para R\$400,00 ou R\$420,00. Mas o que garanto é que ele não conseguirá que seja R\$367,00.

Em 2007, o setor energético vai ter graves prejuízos, Sr. Presidente! As hidrelétricas – todas elas – não saíram do papel. Prevê-se que não haverá gás suficiente para as termoeletricas, que foram adquiridas, com muito custo, para que viessem suprir, nos momentos de dificuldade, a falta de energia no Brasil.

Ao setor elétrico restará rezar – foi assim que pediram – para que chova, para que se possa sair da grave situação em que nos encontramos.

Aliás, a entrevista que o Presidente da Petrobras concedeu a **O Estado de S. Paulo** – vou mostrá-la – é um exemplo de incompetência que tomou conta do Governo e que preocupa a sociedade. O Sr. Gabrielli enxerga apenas duas alternativas para a crise do gás: ou o aumento dos preços ou o racionamento.

Ora, é inconcebível que alguém que deveria ser responsável por um dos pilares que sustenta o crescimento pense que a demanda crescente de energia se resolva com aumento de preços! O que dirá com racionamento!

O Presidente da Petrobras está tão confuso com sua tese que chega a defender o aumento do preço como uma forma de conter o consumo e, ao mesmo

tempo, que as distribuidoras arquem com o aumento sem repassá-lo ao consumidor.

Como ele espera, assim, desestimular o consumo?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a aborda um tema muito importante, que é a questão do “apagão do gás”. Já temos um “apagão aéreo” aqui no Brasil, que hoje mesmo complicou novamente – agora mesmo me disseram os jornalistas que o Presidente da CPI está há mais de três horas dentro de um avião sem conseguir chegar a Brasília. A Senadora Heloísa Helena, candidata a Presidente, ficou dezessete horas nessa situação. Imaginem o que não está acontecendo no Brasil. Agora temos esse “apagão do gás”. Realmente, esta é a solução simplória: aumentar o preço. Sr. Senador, agora mesmo estou lendo aqui na mídia que o Ipea projeta reduzir o crescimento do Brasil, este ano, de 3,3 para 2,8%. Os tais 5% de que o Presidente Lula falou na campanha, no ano de 2006, acabarão sendo um crescimento de 2,8%, o que faz com que se consuma menos gás. Imaginem se o País começasse a crescer, de onde viria esse gás? Na realidade, o PT ganhou a eleição, ganhou bem, por sinal, mas tem que começar a governar para evitar crises como estas do “apagão aéreo”, do “apagão do gás” e do “apagão da energia elétrica”, que vai ser muito mais grave do que aquele racionamento que tivemos em 2001. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e também pela constatação do “apagão aéreo” e do “apagão energético”.

Com relação ao “apagão energético”, estamos à beira dele. Quanto ao “apagão aéreo”, ainda agora V. Ex^a citou o caso da Senadora Heloísa Helena, que levou dezessete horas para se deslocar por avião até sua cidade. Isso é uma falta de respeito para com o povo brasileiro! De certo modo, peço desculpas à Senadora, mas foi bom que acontecesse com ela, uma representante do povo, para vermos como o povo tem sofrido com este Governo. Se não fosse um caso tão comum, eu acharia que teria sido um propósito. Mas não é um propósito. Uma coisa que acontece a todo o momento é o atraso dos aviões. Por isso, temos aí o Ministro da Defesa brigando com a Aeronáutica, a Aeronáutica brigando com o Ministro da Defesa, e o Presidente não sabe de nada!

É sempre assim! Ele não sabe de nada, Senador Wellington!

Ah, Sr. Presidente, não podemos permitir que a maior estatal brasileira, responsável pela gestão e pela produção de energia vital para o País, seja tratada assim, com irresponsabilidade e incompetência, como um braço político do PT, de onde sai o dinheiro para as ONGs e também para as empresas que dão recursos ao PT. Esta é a grande realidade, a triste realidade: é da Petrobras, principalmente, que, no Brasil, sai o dinheiro para derrotar candidatos em vários Estados, até mesmo de partidos da sua base aliada.

Ah, Sr. Presidente, a Petrobras não é uma empresa deste Governo; a Petrobras é uma empresa do Brasil. A Petrobras pertence aos seus acionistas, entre os quais o principal é o Estado brasileiro, e como tal ela deve ser administrada.

A matéria irresponsável vem sendo conduzida pela Petrobras e parece confirmar as piores previsões para 2007.

Aqui está, na edição da **Gazeta Mercantil** do dia 4 de dezembro, ontem, segunda-feira, em primeira página: “Brasil está à beira do apagão logístico”. Diz a matéria que o “sucateamento do transporte gera perda de R\$46 bi ao ano, cinco vezes o Bolsa-Família”. Não se quer dar o abono do Senador Efraim Morais ao Bolsa-Família, mas se gasta muito mais com o “apagão logístico”.

Sai-se da **Gazeta Mercantil** e vai-se encontrar: o Brasil é um país rodoviário sem estradas transitáveis. Não anda pelo ar, não anda por terra. Assim é o Brasil de hoje: ninguém pode ir e vir. Mas isso vai acabar, não vai durar muito. Está em outra página de **O Estado de S. Paulo**: “O setor elétrico entra em fase de rezer para chover”. Se não chover, vamos ter “apagão”. São Pedro, ajude o Brasil, já que o Presidente Lula não quer ajudar! Estamos a depender de São Pedro, Sr. Presidente. Esta é a triste realidade que me cabe aqui informar.

Saindo desta página e indo para outra, podemos ler: “Ou se ajusta o preço ou se raciona o gás, e nós não vamos fazer racionamento”. Quem diz isso é o Presidente da Petrobras, Sr. Presidente. Essa ignomínia é dita pelo Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.

Ah, Sr. Presidente, não pára aí.

Vem a Abegás e critica o Presidente da Petrobras e a lógica do reajuste do gás. Ele diz que “a visão de Gabrielli está totalmente equivocada” e combate o aumento do preço do gás, que vai gerar para a pobreza uma grande dificuldade, mas vai gerar para o Brasil inteiro outros problemas ainda maiores.

Ah, Sr. Presidente, é assim que vemos este Governo: num dia todas essas manchetes, e a situação continua a mesma.

Quero também informar que tenho cansado de pedir aos Líderes do Governo que informem a situação do Lulinha na Gamecorp. Como não estou conseguindo a informação, vou entrar em juízo para obtê-la. Se o Governo não deseja dá-la, é meu dever ir a juízo para dizer ao povo brasileiro o que está se passando com a Gamecorp e a Telemar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, atenderei a V. Ex^a, que tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a tem cinco minutos para concluir seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, mas é que este assunto é tão grave, este assunto é tão sério, que eu posso até ultrapassar um pouco do tempo, com a bondade de um Parlamentar do quilate de V. Ex^a, que merece o respeito de toda esta Casa.

Sr. Presidente, o Governo vai aumentar o preço do gás. O Presidente prometeu que não o faria, na campanha. Seus candidatos também prometeram, mas, infelizmente, o que se promete no Brasil não se cumpre. Só se cumpre aquilo que não respeita a moral, e a moral, no Brasil, caiu na sarjeta, porque o Governo está cada dia piorando a sua atuação, maculando mais a Nação brasileira e criando para nós um futuro negro que não desejamos e, por isso, vamos lutar contra essa situação. E, se unidos estivermos, lutaremos e venceremos, porque o Congresso Nacional vai mostrar a sua força, vai mostrar que tem competência e qualidade para rejeitar as propostas que não são úteis ao Brasil deste Governo da República.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias; desculpe-me, Senador; procurei o Senador Aelton Freitas, mas, como S. Ex^a não estava na minha visão, concedi a palavra a V. Ex^a. Perdoe-me.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas; em seguida, ao Senador Aloizio Mercadante e, posteriormente, ao Senador Osmar Dias.

Mais uma vez, peço desculpas pelo engano.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela compreensão.

As palavras que aqui profiro hoje são de reverência. É com muita alegria que, dentro de minhas atribui-

ções como representante de Minas Gerais nesta Casa, faço uso desta tribuna para homenagear publicamente uma entidade que, há várias décadas, contribui, de maneira inestimável, para o desenvolvimento econômico do meu Estado.

Isso porque, Sr. Presidente, ontem, dia 4 de dezembro de 2006, a Federação do Comércio de Minas Gerais (Fecomércio – MG) atingiu seu aniversário de 68 anos, razão pela qual envio meu cumprimento especial a todos os seus filiados, que acompanham a transmissão deste pronunciamento praticamente em toda Minas Gerais e ajudaram a construir o sucesso dessa entidade.

Fundada no longínquo ano de 1938 por sete sindicatos vinculados ao setor comercial, a Fecomércio surgiu justamente com o objetivo de fortalecer a representatividade do comércio mineiro. Trata-se, pois, de uma entidade sindical patronal, que se encontra interligada à Confederação Nacional do Comércio (CNC), sendo, inclusive, responsável pela organização e administração, em âmbito estadual, do Sesc e do Senac, instituições que tanto contribuem para a educação, qualificação profissional e bem-estar social das comunidades.

Em todo o Estado de Minas Gerais, o Senac oferece mais de 400 cursos para o aprimoramento dos trabalhadores do comércio, do serviço e do turismo, ajudando-os a preservar ou alcançar postos de trabalho.

Outro aspecto sinalizador da grandeza da história da Fecomércio de Minas Gerais é o perfil de seus comandantes. Convém lembrar, por exemplo, que seu primeiro Presidente foi o ex-Governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, tendo sido sucedido por outras grandes personalidades do Estado até chegar ao comando do atual Presidente, Dr. Renato Rossi, à frente dos trabalhos do sistema desde a década de 80 do último século.

A trajetória de crescimento contínuo, fruto da competência das diretorias da entidade, é evidenciada pelos números atuais. A Federação já conta com 42 sindicatos filiados ou conveniados, todos empenhados em assegurar condições para o pleno desenvolvimento das diversas categorias econômicas do comércio mineiro.

A Fecomércio mantém à disposição de seus filiados assessorias técnicas permanentes para auxílio em questões sindicais, trabalhistas, tributárias e fiscais, além de promover, na Capital e no interior de Minas, treinamentos periódicos em gestão empresarial para os profissionais do ramo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, num momento em que o Brasil precisa mais do que nunca de

geração acelerada de postos de trabalho para a sua gente, o papel desempenhado pela Fecomércio deve ser louvado. Ao qualificar o setor comercial por meio de ações que estimulam o crescimento empresarial e a qualificação profissional, a Federação, dessa forma, amplia oportunidades de trabalho para milhares e milhares de pessoas.

Como mineiro, tenho orgulho de ver frutificar em nossas terras, cada dia mais, uma experiência de representação sindical patronal capaz de aliar a busca pela modernização administrativa a demonstrações concretas de responsabilidade social. Minas Gerais deve, sem sombra de dúvida, parte significativa de sua pujança econômica à Fecomércio, razão pela qual encerro estas breves palavras de homenagem desejando votos de vida longa à entidade. Poucas instituições completam 68 anos com um legado tão rico e com tanto vigor.

Portanto, em especial diretores, funcionários e filiados da Fecomércio de Minas Gerais, recebam o nosso aplauso e o nosso reconhecimento.

Gostaria também de cumprimentar meu amigo Dalmir, de Goiás, que nos prestigia com a sua presença em plenário na tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Aelton Freitas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado. Desculpe, ao Senador Aloizio Mercadante, como orador inscrito.

S. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã pretendo vir à tribuna para debater novamente a questão do crescimento econômico, tema a que vou me dedicar com absoluta prioridade ao longo deste mandato.

Hoje, quero falar de alguns projetos de lei que apresentei e que foram aprovados no Senado Federal, mas ainda não foram aprovados na Câmara dos Deputados. Gostaria que, antes de encerrada esta Legislatura, os Deputados pudessem se debruçar sobre essas matérias e, se possível, votá-las, dado que tivemos uma baixa produção legislativa em função do calendário eleitoral. E, no retorno, há um volume muito grande de medidas provisórias, e depois a crise política que se abateu sobre a Câmara. Esse cenário todo acabou prejudicando a tramitação de algumas

matérias que têm grande alcance político, institucional e social.

Eu destacaria um primeiro projeto, um tema com que as Sr^{as} e os Srs. Senadores se defrontaram caminhando pelas ruas do Brasil, que é o problema do aliciamento de menores de idades, de jovens, pelo crime organizado. Temos visto que o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao proteger, e com razão, os jovens com menos de 18 anos a fim de que não tenham como destino o sistema penitenciário, que hoje, como acompanhamos no Brasil, é quase uma faculdade do crime, em função disso, muitas quadrilhas utilizam menores como “laranjas do crime”, na gíria policial. Eles assumem toda a responsabilidade, acabando por proteger os adultos, que são os grandes responsáveis por essas quadrilhas. O envolvimento com o narcotráfico, com ações criminosas, está se agravando por falta de um estatuto legal que trate de forma eficiente a questão.

Que concepção desenvolvemos e aprovamos por unanimidade no Senado Federal, com relatoria do Senador César Borges na ocasião? A proposta que encaminhei é que toda quadrilha em que houver um menor de idade participando, em qualquer condição, terá a pena dos adultos agravada. Se punirmos os adultos com um adicional na pena, vamos preservar o aliciamento de jovens por parte do crime organizado, em especial do narcotráfico. E o projeto de lei que apresentamos prevê, inclusive, a possibilidade de duplicação da pena, dependendo da natureza e da gravidade do crime. Com isso, preservamos o espírito do Estatuto da Criança e do Adolescente, respondemos a uma demanda indispensável da sociedade, que é o aliciamento de jovens, e buscamos, com esse estatuto legal, proteger jovens que estão totalmente envolvidos, ou sendo envolvidos ou aliciados, por essas quadrilhas, especialmente pelo narcotráfico, sobretudo nas periferias, nas favelas de todo o Brasil.

Espero que a Câmara possa trabalhar esse tema com uma certa urgência, porque vejo que esse novo estatuto legal teria o caráter de uma política de prevenção de grande alcance social.

Quero também, Sr. Presidente, chamar a atenção para alguns projetos que aprovei aqui no Senado Federal, que também contribuem para aprimorarmos a política institucional do País.

Um desses projetos estabelece que todas as licitações públicas deverão estar no mesmo portal na Internet, que é um grande instrumento de transparência e controle social. Se colocarmos todas as licitações no mesmo portal, facilitaremos o acesso ao processo licitatório para as empresas. Isso vale para a União, Estados e Municípios. A minha proposta prevê que, no caso dos pequenos municípios, essa demanda deve

ser suprida pelo próprio Estado, no sentido de colocar um portal à disposição dos pequenos Municípios.

Com isso, fica muito mais fácil para a empresa que quiser vender um serviço ou participar de uma obra, enfim, ter algum tipo de interação, por ter acesso com toda a transparência. Isso aumenta a concorrência, diminui a fraude, aumenta a eficiência do gasto público, aumenta o controle social, aumenta a transparência e não há custo algum. Praticamente, não haverá custo operacional. Colocando todas as licitações na Internet, aumentaremos a transparência, o controle social e, sobretudo, a eficiência do gasto público.

Na mesma direção, em outro projeto – que foi aprovado, na semana passada, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara e espero que vá ao Plenário – proponho que todas as licenças concedidas pelo Ibama sejam também colocadas no mesmo portal na Internet. Esse é um instrumento que permite a fiscalização por parte das entidades ambientais, por parte da comunidade interessada, enfim, por parte da sociedade de forma geral e, juntamente com esse projeto das licitações, vem no sentido de utilizarmos esse novo espaço, que é a Internet, com essa rede interligada de computadores que qualquer cidadão pode acessar da sua casa, como instrumento de política pública.

O e-Governo, o governo na Internet, tem sido, em vários países, uma novidade muito importante que ajuda a aumentar a eficiência, a transparência, o controle social e a qualidade das políticas públicas. No Brasil, cerca de 20% da população já tem acesso à Internet. Todas as instituições hoje têm computador, tem capacidade de acessar. Com isso, estaríamos dando um salto em termos de modernização da administração pública. Os pregões eletrônicos são também outro instrumento indispensável às compras públicas. Onde foi adotado, aumentou a eficiência e o controle social e diminuiu o desperdício e a fraude.

Por isso, vejo que esse novo instrumento, que é a Internet, pode contribuir decisivamente para as políticas públicas do Brasil.

Para encerrar, Sr. Presidente, dentro também dessa perspectiva que estamos procurando destacar e além desses projetos que apresentei, penso que o segundo Governo do Presidente Lula tem de colocar como um dos objetivos estratégicos, indispensáveis à Nação brasileira, a informatização, com banda larga, de todas as escolas públicas. Os recursos do Fust estão disponíveis e deveriam ser acionados; a modernização tecnológica é muito grande nesse segmento. Hoje há equipamentos de *wireless* extremamente baratos e acessíveis, que permitiriam que todas as escolas públicas do Brasil, todas as universidades estivessem na

Internet. Junto com esse esforço de colocar a banda larga, devemos avançar no sistema de informatização escolar. Se é verdade que hoje muitas escolas públicas já têm laboratórios e esses laboratórios contribuem para preparar a juventude para o século XXI, temos este equipamento, o *laptop* popular, que tem um custo estimado da ordem de US\$100 (R\$250,00 aproximadamente), as primeiras unidades um pouco mais, e é um produto que foi desenvolvido para governos, quer dizer, não está acessível ao mercado e vem colocar países pobres, a população carente, no século XXI. Esse é o instrumento para que possamos dar um salto de qualidade no sistema educacional brasileiro.

Hoje há uma série de instrumentos pedagógicos. Ao se colocar, por exemplo, na Internet, um jovem carente de informações, ele descobrirá um universo de informações, de pesquisa, de acesso, de motivação, e as experiências pedagógicas que utilizaram esses equipamentos são de grande êxito.

O desempenho do Brasil nos concursos internacionais de avaliação da qualidade de ensino mostra que estamos muito longe de ter uma qualidade de ensino adequada, e um dos instrumentos com o qual podemos queimar etapa, acelerar o processo de aprendizado, é exatamente a inclusão digital. A inclusão digital é um grande instrumento de formação da cidadania e profissional dos jovens, que pode levar o Brasil, com seu povo criativo e inteligente, a produzir e vender serviços nessa área de *software*. Vejam, por exemplo, uma nação como a Índia. Hoje, a Índia produz *software*, por exemplo, para os metrô de países europeus. Os sistemas de previdência social da Inglaterra são todos *softwares* produzidos e desenvolvidos na Índia. É verdade que os indianos têm a facilidade da língua, é um país que tem vários Prêmios Nobel na área da matemática, das ciências, é um país que tem um cuidado com a formação intelectual, científica e tecnológica muito grande, mas o instrumento que vai permitir esse salto de qualidade é o acesso à Internet.

Lembro-me, Sr. Presidente, de que, quando eu fazia meu curso de economia na USP, as provas de cálculo, por exemplo, eram numa sala especial, onde havia uma máquina de calcular, aquela que tinha aquele papel enrolado, e tínhamos de agregar aquele papel nas provas de cálculo, de econometria, que fazíamos. Havia um computador grande na Fipe, um único computador Burroughs, aquele de válvula, e um único computador na Escola Politécnica. Então, a minha geração viu chegarem, por exemplo, as primeiras máquinas HP eletrônicas. Hoje, uma pequena máquina daquela é mais eficiente do que era um computador de 30 anos atrás da Universidade de São Paulo.

Essa passagem para os equipamentos eletroeletrônicos da minha geração, que foi também a passagem do lápis para a caneta, é a passagem para o computador. Esta geração precisa estar na Internet, é preciso promover a inclusão digital.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Desculpe-me, mas V. Ex^a é muito antigo. V. Ex^a é da Idade da Pedra, pelo que estou vendo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador José Jorge, sabe que V. Ex^a, do ponto de vista ... Quando eu era jovem, V. Ex^a já era um grande militante político, com uma vasta experiência administrativa. Em 1973, na USP, todas as provas tinham de ser feitas numa sala especial, onde havia uma máquina que fazia muito barulho, que era a máquina de calcular que utilizávamos. Um pouco antes, era a régua de cálculo. Então, assistimos a uma evolução científico-tecnológica espetacular em várias áreas do conhecimento. Hoje, pessoas de todas as áreas, como arquitetos, economistas, secretárias, usam computador. Há algumas décadas, era a máquina de escrever; depois, veio a máquina de escrever eletrônica. Hoje, o computador molda as petições nos grandes escritórios de advocacia e de engenharia. Enfim, se quisermos pensar o século XXI, temos de pensar a inclusão digital e a formação da juventude.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Aloizio Mercadante, parabênizo V. Ex^a pelo pronunciamento. Ficarei aguardando o debate de amanhã sobre a questão do crescimento do nosso País. Coloco-me sempre como um aluno de V. Ex^a que está tentando aprender. Fico muito feliz, porque o assunto nos chama a atenção. Acho que o Brasil tem dado passos significativos no sentido de aprimorar o conhecimento. Vemos a extensão das universidades, a criação de novos centros universitários, a transformação de centros técnicos em universidades. Realmente, esse assunto nos chama a atenção, pois a população brasileira precisa ter acesso a esse conhecimento. Já dizem que quem não tiver acesso à informática é um futuro analfabeto; isso faz parte da rede do conhecimento e do cotidiano de todas as pessoas. Há uma matéria, se não me falha a memória, tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos, que trata da utilização do Fust. Talvez parte desses recursos pudesse ser imediatamente utilizada para o que V. Ex^a chama a atenção, que seria um ousado programa de inclusão digital. A juventude, que hoje tem dificuldade de acesso a essa área do conhecimento, precisa ser atendida.

Eu gostaria muito de poder estudar melhor essa questão que V. Ex^a nos traz. Se entendi direito, trata-se de um projeto de V. Ex^a também para aprimorar essa

medida de governo. Talvez esta seja uma grande oportunidade de ousadia nesta nova etapa do Governo, o segundo mandato, para que milhões de jovens tenham acesso a esse instrumento digital. Parabéns pela preocupação, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador Sibá Machado, o e-Governo, quer dizer, o Governo na Internet, o papel da Internet, principalmente o debate do *software* livre, que é outra ferramenta indispensável nesta discussão que o Brasil deveria trilhar, é um instrumento de cidadania e de modernização eficiente. Os vários projetos que apresentei vêm nesta linha: as licitações no mesmo portal, as licenças ambientais, sempre utilizando a Internet como instrumento de controle da sociedade sobre o Estado, como instrumento de transparência, de eficiência de governo. Num futuro próximo, vamos poder fazer plebiscitos e consultas populares pela Internet. Quando a Receita Federal lançou o *software* de declarações de Imposto de Renda via Internet, havia um grande questionamento. Seria isso possível? O Senador Romeu Tuma era Secretário da Receita Federal e foi responsável pelo lançamento desse programa que ganhou grandes prêmios internacionais. As declarações de 7% da população brasileira estão na Internet; o programa funciona com grande eficiência, modernizou e deu muito mais agilidade ao trabalho da Receita Federal e, ao mesmo tempo, facilitou a vida do cidadão. Esse é o universo do século XXI.

Hoje não há uma empresa eficiente que não esteja investindo em Internet, em ciência e tecnologia, em informática. Mas o Governo precisa fazer isso; precisa fazer isso para a sociedade. E fazer isso para a sociedade é colocar banda larga nas escolas públicas. Eu falo das pequenas escolas do interior. Hoje não se aprende mais apenas com lápis, giz e borracha. Há necessidade desses novos instrumentos pedagógicos de informação. A forma de nós fazermos essa juventude dar um salto de qualidade é prepará-la. É evidente que isso tem que vir junto com o Fundeb, para melhorar o salário dos professores, porque sem boa remuneração... É necessário investir na formação dos professores. A universidade aberta é um instrumento de formação dos professores que utiliza as novas tecnologias para baratear o custo, renovar, formar, permitir que o professor estude no seu dia-a-dia, se aperfeiçoe, lecionando. Eu diria que para darmos um grande salto histórico na formação da juventude, para darmos uma oportunidade a essa juventude mais pobre da periferia no século XXI, temos que colocar a juventude na Internet. Então o Governo não pode mais adiar a colocação de banda larga nas escolas públicas em todos os municípios do Brasil. O Fust tem que ter isso como

prioridade, deve cumprir essa tarefa. Além dos laboratórios de informática, insisto em que o *laptop* popular é quase como uma lancheira que a criança pode levar para casa; tem um dispositivo, uma manivela, que faz com que ele funcione durante 10 minutos se houver falta de energia. Portanto, as áreas mais carentes poderão utilizá-lo e entrar na Internet se tiver o equipamento de banda larga. E hoje, por *wireless*, num raio de 70 quilômetros, é possível o uso da Internet através da banda larga. Poderíamos começar por uma série, vamos distribuir *laptop* em toda aquela série da escola pública. As crianças que estão abaixo vão utilizar o equipamento e depois vamos diminuindo, colocando nas demais séries.

Isso é abrir a porta do século XXI para a juventude; isso é preparar o País para a economia do futuro, que é a economia da ciência, da tecnologia e do conhecimento. A inovação tecnológica é o que move as nações, é o que dá eficiência à economia, é o que gera emprego de qualidade.

E o Brasil, se quiser trilhar por esse caminho, vai ter que enfrentar esse desafio da inclusão digital.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a tolerância do tempo e aos outros colegas que estão inscritos. Queria terminar dizendo que os projetos que tenho encaminhado nessa direção buscam informatizar o Estado e ampliar a possibilidade de participação da cidadania nas decisões de políticas públicas. Hoje não há um Senador que não tenha um portal na Internet, que não abasteça com agilidade as informações e que não use, cada vez mais, recursos modernos. Isso nós temos que pensar não apenas para a elite política do País ou para as empresas modernas e eficientes, mas também para a população mais pobre do Brasil, que tem o direito à informática, à revolução científica e tecnológica; tem o direito de crescer, se preparar, estudar e se desenvolver para esse imenso desafio que se coloca para a população brasileira.

É o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra, conforme o anunciado, o Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT. Por cinco minutos, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu li num jornal do Paraná hoje que o PMDB do

Paraná enviou uma carta com cinco páginas ao Líder do PMDB do Senado, Senador Ney Suassuna, para que S. Ex^a seja aqui o defensor do Governador Requião contra as minhas críticas. Eu vou procurar não fazer nenhum comentário sobre essa carta ridícula que cabe muito bem ao pensamento daqueles que a escreveram porque acham que hoje o Paraná pertence a eles, que nós estamos vivendo uma ditadura em que as pessoas não podem ter uma idéia diferente da do Governador.

Quem expuser aqui uma idéia que seja contrária àquilo que pensa o Governador do Paraná tem que ser condenado. E o Senador Ney Suassuna está sendo convocado para ser o algoz de quem faz aqui as críticas ao Governador do Paraná. Portanto, hoje farei uma análise de uma situação do País e vou ter que citar o meu Estado; mas não vou citar – Deus me livre! – o Governador do Paraná porque senão corro o risco de ser atacado, de ser contestado porque, lá no Paraná, ai daquele que falar alguma coisa contra o Governador. Vai ser perseguido, vai ser condenado, porque o Governador esta acima da lei, da Constituição e está acima, principalmente, da opinião e das idéias de outras pessoas. Não há ninguém que possa ter uma idéia divergente, senão passa a ser adversário, passa a ser, quando não adversário, pior, inimigo.

Vamos falar aqui sobre dados do IBGE. O PMDB talvez tenha que endereçar uma carta ao IBGE para contestar o que o Instituto disse. Tirei agora, da **Folha On Line**, uma notícia fresca que diz que, no Brasil, as mortes violentas na faixa de 16 a 24 anos estão crescendo, especialmente em alguns Estados. É o IBGE que está levantando esses dados.

Se as mortes violentas estão crescendo nessa faixa dos 16 aos 24 anos, tenho o direito de pensar que as políticas públicas em educação e geração de empregos, de oportunidades – portanto, para estudar e para trabalhar – estão fracassando.

E leio, aqui, vou ler para não correr nenhum risco de ser condenado pelos algozes do PMDB do Paraná.

Está assim:

Segundo o estudo, a incidência de mortes violentas continuava sendo mais elevada no Rio de Janeiro, onde a taxa de mortalidade entre jovens do sexo masculino de 15 a 24 anos alcançava 222,4 óbitos por 100 mil habitantes. Depois do Rio, aparecem Espírito Santo, Pernambuco, Paraná e Mato Grosso do Sul no *ranking* de Estados com jovens mortos por causas violentas. A maioria dos Estados [continua a análise do IBGE] teve redução na mortalidade entre os jovens de 15 a 24 anos.

Vou repetir: A maioria dos Estados teve redução na mortalidade entre os jovens de 15 a 24 anos.

Os Estados do Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte apresentaram aumentos de cerca de 1% em média. [Cada Estado desse.]

Portanto, o IBGE está dizendo que os Estados do Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte apresentaram aumento de cerca de 1% em média.

Senador Romeu Tuma, é coincidência V. Ex^a estar agora presidindo a sessão, pois V. Ex^a é um especialista nesse assunto. Estou aqui apenas fazendo um comentário de que se o Governo não se preocupar com essa questão de forma objetiva, teremos, em alguns Estados, uma situação social irreversível.

Semana que passou, foi notícia especial a cidade de Itaperuçu, no Paraná. As pessoas, revoltadas com a morte de uma criança numa padaria que foi assaltada, depredaram prédios públicos. Fizeram praticamente uma destruição. Isso foi resultado da revolta a que foram levadas, porque esse fato já havia ocorrido há três anos e se repetiu na mesma data, dia 1º de dezembro.

A constatação de que a violência cresce, principalmente nas regiões metropolitanas, faz-nos, como Parlamentares, dar aqui a nossa opinião, que muitas vezes não vai coincidir com a opinião de um Governador, do Presidente da República, de outro Senador. É um direito que eu tenho, como Senador da República, dizer que, no meu Estado, a segurança pública está uma calamidade, está um desastre; dizer que o problema social no País não se resolverá apenas e tão-somente com o Bolsa-Família, que resolve emergencialmente um problema, mas não cria soluções permanentes. Eu tenho repetido isso.

Para jovens que completam 16 anos é preciso ter escola de qualidade e emprego. Fracassou o Projeto Primeiro Emprego do Governo, pois que haja humildade de parte do Governo para reconhecer esse fracasso.

É preciso procurar aqueles que têm idéias que, mesmo divergentes, são melhores, para colocar em prática um programa de oportunidades de emprego aos jovens que aos 16 anos desejariam trabalhar em vez de ficar nesse mundo de risco, de marginalidade. Mas eles precisam do Estado. Eles precisam de políticas públicas. A escola, principalmente a escola em tempo integral, e, no ensino médio, a escola profissionalizante, sem nenhuma dúvida, são instrumentos que podem melhorar – e muito – essa situação.

Precisamos modernizar o conceito de escola integral, que não é aquela que fecha o aluno dentro de suas dependências durante oito horas, mas permite que ele frequente espaços livres, para adquirir noções de meio ambiente, de cidadania, para aprender, en-

fim, nos espaços das cidades, nos clubes de serviços, praticando esportes.

Se evoluirmos para uma escola média profissionalizante, estaremos preparando uma futura geração com muito mais condições de ser próspera, com muito mais condições de ter emprego, com mais oportunidade de continuar numa escola e, sobretudo, de encontrar emprego ao completar 16 anos.

Esses jovens que encontram emprego aos 16 anos ficarão fora dessas estatísticas tristes da marginalidade e da criminalidade.

Prego aqui, Sr. Presidente, que não se anulem de vez as políticas emergenciais, mas que se adotem urgentemente políticas que possam resolver esse problema de forma permanente.

Deus me livre de estar aqui divergindo de idéias daqueles que não podem ter idéias divergentes. Estou apenas, Sr. Presidente, dizendo o que penso. E não há partido nenhum nesta terra, não há ninguém no meu Estado ou neste País que me impeça de exercer o meu direito de dizer o que eu penso. Exercerei desta tribuna e de onde quiser o direito de expor o que penso, de divergir – como pretendo divergir – quando as coisas não estão certas no meu Estado ou no meu País.

É dessa forma, Sr. Presidente, que pretendo continuar exercendo o meu mandato. É dessa forma que continuarei exercendo a minha função de Senador. Onde estiver exercerei o meu direito com o mesmo respeito a todos aqueles que confiaram em meu nome. Não posso me omitir diante do fracasso das políticas públicas que não estão contribuindo para a inclusão social, principalmente desses jovens de 16 a 24 anos que estão à mercê do mundo da marginalidade, dos riscos da droga, que, no meu Estado, continua entrando livremente pelas fronteiras, porque não há uma sintonia entre as políticas públicas do Governo do Estado e do Governo Federal. Sem que isso ocorra, a fronteira será passagem livre para as drogas que contaminam o ambiente familiar.

Sr. Presidente, vou continuar dizendo o que penso. Não há partido nem ninguém que possa calar a minha voz.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma PFL – SP)
– Obrigado, Senador.

Com a palavra, o Senador Sibá Machado, como inscrito, por dez minutos. Em seguida, Senador José Agripino.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na reunião da nossa Bancada aqui no Senado com o Ministro da Previdência, fiquei muito feliz com o que ouvi sobre um

tema que geralmente tem chamado a atenção não só do governo brasileiro, mas de todos os governos no mundo inteiro. Falo da Previdência. Foi feita uma reforma da Previdência logo no início do Governo Lula, e as informações apresentadas pelo Ministro Nelson Machado foram muito importantes para todos nós.

Sr. Presidente, depois vou comentar a notícia intitulada “Arrecadação da Previdência cresceu mais de 15% em 2006”, que passo a ler:

De janeiro a outubro deste ano a arrecadação atingiu R\$104,23 bilhões, valor este correspondente a 15,55% superior ao recolhido no mesmo período do ano de 2005. [...]

Somente no mês passado, a Previdência recolheu valores da ordem de 19,68% maiores que os arrecadados em outubro do ano passado. Esse resultado se deve ao incremento da massa salarial em 2006, também do crescimento do número de empresas que aderiram ao Simples pela mudança na legislação que tirou empreendimentos de pequeno porte da informalidade, além dos recolhimentos feitos pelos órgãos públicos.[...]

De acordo com o IBGE, houve aumento de 12% da massa salarial até setembro deste ano, o que explica um dos fatores para a maior arrecadação previdenciária em 2006. A expansão do emprego formal também foi medida pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho, que registra um saldo positivo no número dos postos de trabalho há nove meses consecutivos.

Já no caso das empresas incluídas no Sistema Simples (arrecadação de impostos e contribuições das pequenas e microempresas) houve crescimento de 19,45% na arrecadação, alcançando o montante de R\$3,61 bilhões este ano. Conforme o Secretário-Adjunto da Receita Federal, Ricardo Pinheiro, esse aumento se deve à mudança na legislação que alterou o valor máximo do faturamento das empresas que podem ser incorporadas ao Simples.

Segundo estabelece a Lei 11.307, de 2006, para se enquadrar nesse sistema de arrecadação, a microempresa deve ter faturamento bruto anual limite de 240 mil, e a empresa de pequeno porte limite de R\$2,4 milhões, o dobro dos valores destinados na antiga legislação. Essa alteração provocou a adesão de mais empresas ao Sistema Simples, incidindo no volume de arrecadação previden-

ciária. Somente em 2006, 201.703 empresas aderiram ao sistema.

Outro fator com peso significativo na arrecadação da previdência foram os recolhimentos dos órgãos públicos. O incremento foi de quase 20%, passando de 3,75 bilhões entre janeiro e outubro de 2005 para 4,49 bilhões no mesmo período de 2006.

Quero parabenizar o Ministro Nelson Chaves pelo trabalho. As informações que trouxe à nossa Bancada foram muito importantes para o esclarecimento. Hoje tenho convicções, Sr. Presidente, de que não precisamos pensar em reforma previdenciária tão cedo. O Ministério da Previdência apontou vários mecanismos, a fim de corrigirmos uma série de distorções. Devemos considerar os fatores que levam ao déficit previdenciário. Se a base de cálculo for refeita, com certeza, veremos que a Previdência não é esse bode expiatório em que foi transformado devido à deficiência de arrecadação.

Estamos num debate muito bom aqui no Senado, ainda no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. Parece que hoje já foi votado o projeto que trata da unificação das receitas, V. Ex^a acompanhou.

O SR. PRESIDENTE ((Romeu Tuma. PFL – SP) – Foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça porque houve algumas dúvidas, mas já foi votado e aprovado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Já foi votado no âmbito da CAE e deve ser analisado agora na CCJ. Essa análise será mais sob o aspecto do parâmetro da legislação do que mesmo do mérito da matéria, não é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE ((Romeu Tuma. PFL – SP) – O mérito da matéria foi estudado – desculpe estar informando – pelo Senador Rodolpho Tourinho, que estudou, condensou todas as emendas, todas as reuniões que fez com entidades de classe. Como houve questionamento de um ou dois pontos sobre a constitucionalidade, vai, então, à Comissão de Justiça para definir. Houve acordo entre o Governo e a Oposição – o Relator foi o Senador Romero Jucá –, chegaram a um acordo e foi aprovado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço V. Ex^a pelos esclarecimentos. Isso mostra que podemos inovar muito no sistema de arrecadação. Um dos debates que, com certeza, haveremos de fazer nesta Casa, Sr. Presidente, sobre o qual o Ministro Nelson Machado deu uma verdadeira aula e, hoje, chama a atenção de qualquer Governo, é o futuro da população do nosso País. Os indicadores apresentados são de um País eminentemente agrário há um tempo não tão distante e uma população mais de 50% urbana.

Segundo todas as análises, tivemos um crescimento da expectativa de vida do povo brasileiro, e um

crescimento maior ainda em relação às mulheres. Estamos vivendo uma relação nova do mercado de trabalho, o que significa uma série de mudanças legislativas que o Congresso Nacional tem abordado, inclusive, agora, a criação do Super Simples, ampliando a participação da empresa no mundo formal dos negócios. E haveremos de tratar esse tema, com certeza, com o rigor que a matéria exige.

Portanto, Senador Paulo Paim, que não está aqui presente neste momento, mas que tem sido um dos baluartes nessa questão, Senadora Lúcia Vânia e tantos outros Parlamentares aqui do Senado, que se debruçam com muito conhecimento de causa sobre a questão previdenciária, volto a dizer que as explicações do Ministro Nelson Machado nos deixaram muito tranquilos. Com certeza o Governo Lula, no seu segundo mandato, haverá de fazer um trabalho muito importante para que o sistema previdenciário brasileiro, que é um sistema solidário, possa corrigir qualquer distorção. E, volto a dizer, não é para prejudicar absolutamente ninguém. É muito mais para o acerto do sistema, que tem na sua essência a solidariedade entre as pessoas que contribuíram com aquelas que estão contribuindo e aquelas que serão beneficiárias do sistema.

Portanto, Sr. Presidente, até solicitaria a V. Ex^a que registrasse no meu pronunciamento a íntegra desta nota que acabo de ler aqui, porque considero muito importante o crescimento das receitas da Previdência. Agora, estamos analisando a peça orçamentária, que trabalha a questão do valor do salário mínimo. Sabemos todos nós aqui o tabu que o aumento representa, que é justo, volto a dizer.

Qual é o salário mínimo ideal do País? O salário mínimo ideal não tem limite, Sr. Presidente. Seria muito importante que todas as pessoas do Brasil, ou de qualquer parte do mundo, ganhassem o maior salário do mundo, mas, como nós sabemos, a realidade nos impõe a ficar analisando a partir das receitas.

Então, a discussão que se faz é que o Governo mantém para a questão do salário mínimo a sua posição de fazer a correção conforme a metodologia utilizada desde o ano de 2004, que é a utilização da cobertura total da inflação do período mais o cálculo de ganho real sobre o PIB per capita.

Portanto, pediria a V. Ex^a que desse a nota como lida.

Agradeço pela tolerância de tempo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Arrecadação da Previdência cresce mais de 15% em 2006

De janeiro a outubro deste ano, a arrecadação da Previdência atingiu R\$ 104,23 bilhões, valor 15,55% superior ao recolhido no mesmo período de 2005. A informação consta do boletim diário *Em Questão*, elaborado pelo governo federal (o informativo estava suspenso desde o início da campanha eleitoral e voltou a ser produzido nesta semana).

Somente no mês passado, a Previdência recolheu valores 19,68% maiores que os arrecadados em outubro do ano passado. Esse resultado se deve ao incremento da massa salarial em 2006, do crescimento do número de empresas que aderiram ao Simples pela mudança na legislação que tirou empreendimentos de pequeno porte da informalidade, além dos recolhimentos feitos pelos órgãos públicos. Contribuiu também positivamente para o resultado as ações de melhoria de gestão empreendidas pela Secretaria da Receita Previdenciária.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), houve aumento de 12% da massa salarial até setembro deste ano, o que explica um dos fatores para a maior arrecadação previdenciária em 2006. A expansão do emprego formal também foi medida pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho, que registra saldo positivo no número dos postos de trabalho há nove meses consecutivos.

Já no caso das empresas incluídas no Sistema Simples (arrecadação de impostos e contribuições das micro e empresas de pequeno porte) houve crescimento de 19,45% na arrecadação, alcançando R\$ 3,61 bilhões este ano. Conforme o secretário-adjunto da Receita Federal, Ricardo Pinheiro, esse aumento se deve à mudança na legislação que alterou o valor máximo do faturamento das empresas que podem ser incorporadas ao Simples.

Segundo estabelece a Lei nº 11.307/06, para se enquadrar nesse sistema de arrecadação, a microempresa deve ter faturamento bruto anual limite de R\$ 240 mil e a empresa de pequeno porte de R\$ 2,4 milhões - o dobro dos valores determinados na antiga legislação. Essa alteração provocou a adesão de mais empresas ao Simples, incidindo no volume da arrecadação previdenciária. Somente em 2006, 201.703 empresas aderiram ao sistema.

Outro fator com peso significativo na arrecadação da Previdência foram os recolhimentos dos órgãos públicos. O incremento foi de quase 20%, passando de R\$ 3,75 bilhões entre janeiro e outubro de 2005 para R\$ 4,49 bilhões no mesmo período de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Aproveito para cumprimentar o Senador Edison Lobão pela passagem de seu aniversário, mais um ano de juventude.

Com a palavra o Senador José Agripino, por permuta com o Senador César Borges.

Senador, V. Ex^a disporá de dez minutos, prorrogáveis dentro do necessário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, mais uma vez aqui, no exercício da oposição construtiva, responsável, manifestar uma preocupação com a postura do Presidente Lula, que diz respeito a todos nós. Presidente que queira o respeito do povo tem que falar, é ouvido e tem que ser acreditado naquilo que diz, naquilo que fala, naquilo que assegura. Eu tenho visto, ultimamente, algumas declarações do Presidente que me deixam ainda mais inquieto.

O Presidente está reeleito para mais quatro anos de mandato. São mais quatro anos de Lula no Governo.

Senador João Batista Motta, o Presidente disse, logo depois da eleição, ou mandou que alguém dissesse: “Deixa o homem trabalhar”. O Presidente Lula é useiro e vezeiro na produção de frases que têm impacto por uma semana, por quinze dias, mas que, de certa forma, anestesiam algumas pessoas. E Lula vai ganhando tempo e levando o País de barriga.

“Deixa o homem trabalhar”, teria sugerido o Presidente Lula. Trabalhar em quê? Logo depois ele tirou férias, estava na praia com a sua esposa.

“Deixa o homem trabalhar” vai agora para a Nigéria, para a reunião de Chefes de Estado africanos. Dois terços dos Chefes de Estado africanos não estavam presentes, somente um terço, e Lula lá foi no Aerolula, queimando combustível pago pela FAB, pelo contribuinte. Para uma viagem que trouxe o que de consequência prática para o Brasil? Uma fotografia tirada com o líder líbio Muamar Kadafi, um homem que dorme numa tenda por noite porque, há mais de 20 anos, é dignitário do País e não se sente seguro no seu próprio País.

“Deixa o homem trabalhar”, e Lula vai à Nigéria gastar o tempo, gastar o dinheiro do País e voltar com que resultado? Chega aqui e encontra a notícia do crescimento do PIB de 0,5% no terceiro trimestre e a perspectiva de crescimento do PIB inferior a 3% no ano. Aí, solta outra frase – nisto ele é mestre, nisto ele é campeão: “Vou esquecer 2006.”

Ele diz que vai esquecer. E os brasileiros? E os empregos prometidos? E os empregos perdidos? E o

tempo que se foi e que não se recupera mais? Mas como não se recupera mais? O Brasil não cresceu? As pessoas não estão aí alimentando-se? Vamos chegar lá.

O Brasil faz parte, Senador Mozarildo Cavalcanti, de um grupo chamado BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China. Lamentavelmente, já estão ameaçando tirar o Brasil do BRIC. Tirar por quê? Porque, há anos, o BRIC cresce. Eles são os grandes emergentes do mundo. O Brasil cresceu 0,5% no último trimestre – julho, agosto e setembro. Vai crescer menos de 3% no ano de 2006.

Quanto é que cresceu, no período equivalente, em um ano, os sócios do Brasil no BRIC? A China cresceu 10,4%; o Brasil, menos de 3%. A Índia cresceu 9,2%; o Brasil, menos de 3%. A Rússia cresceu 6,6%; o Brasil, menos de 3%. E são Países com grandes dificuldades a nível religioso, cultural e de preparo.

O Brasil ficou para trás, e o Presidente disse: “Vou esquecer 2006”. Ele é capaz de se vangloriar. Vi agora há pouco uma referência com relação ao crescimento da renda das famílias. Concordo que houve crescimento de renda das famílias. Concordo, e essa foi uma das razões pelas quais o Presidente Lula reelegeu-se.

Mas a minha preocupação, Senador Sibá Machado, é que quem legitima uma vitória não é o resultado das urnas, mas o desempenho do mandato, é a correção de rumo.

A inflação está contida? Está. É mérito de Lula? Parte. Uma pequena parte. A maior parte está para trás. O que significa inflação contida? Significa renda para o trabalhador; significa perspectiva de se comprar a TV, a geladeira, o fogão, até o automóvel, o Gol, o Pálio ou o Celta, em 36 meses, com juros baixos – com financiamento das fábricas.

Como a inflação é baixa, o produtor se encoraja a vender o bem de consumo por um prazo mais longo, e as pessoas têm a ilusão de que estão vivendo melhor. E estão neste momento, mas vamos ver no futuro, porque a capacidade de endividamento dessas pessoas está esgotando-se. Essas pessoas que tem o benefício hoje da inflação contida podem comprar algumas coisas, mas, depois, se comprarem mais, vão cair no SPC, porque vão perder a capacidade de pagar a prestação, porque o crescimento econômico não está acontecendo.

Mas o que está preocupando-me neste momento? A renda das famílias cresceu? Cresceu. Por conta da inflação contida? Sim. Por conta do Bolsa-Família? Sim. Dinheiro tirado de investimentos – estrada, escola, aeroporto, porto, energia elétrica –, de coisas que fazem o Brasil crescer de forma sustentada, para o Bolsa-Família.

Bom para o pobre? Claro! Palmas para o Bolsa-Família! Palmas! Só que ele termina; topa. O crescimento econômico não acontecendo, o dinheiro do Bolsa-Família topa. Cresceu o que podia crescer no ano da eleição. Topa! O crescimento do consumo das famílias topa. E o Brasil pára em 3%. Por quê? Porque não fez o que tinha de fazer: investir na infra-estrutura e retomar investimentos no crescimento.

A renda das famílias cresceu? Cresceu. Por conta de quê? Do salário mínimo. O salário mínimo cresceu? Cresceu. Cresceu 16,6% muito por conta da pressão da Oposição no ano passado. Cresceu 16,6% porque este foi o ano da eleição. A massa salarial cresceu? Cresceu, porque houve o aumento do salário mínimo. E de quanto é o aumento do salário mínimo para este ano? É de 16,6% de novo, para possibilitar chegar ao menos perto do que Lula prometeu, ou seja, de dobrar o salário mínimo em quatro anos? É nada! São 4%; já passou a eleição. São 4%!

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador José Agripino, permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço, com prazer, o Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador José Agripino, é realmente admirável o crescimento do BRIC, excetuando-se o Brasil, considerando-se a situação de dificuldade em que se encontravam aqueles Países, sobretudo a Rússia, que acabara de sair de uma grande confusão – caiu o comunismo, tiveram que reinventar o sistema para poder prosseguir na sua vida institucional, social, econômica, política etc. Ainda o País cresceu. A China? Desordenadamente. E a Índia também. Agora, registre-se um fato curioso. É que o Brasil, no século XX, ou seja, no século passado, recente, último, foi o segundo País que mais cresceu no mundo. O primeiro foi o Japão, o segundo foi o Brasil. O Brasil entra no século XXI patinando permanentemente e não consegue sair desse crescimento píffio de 2,5%, 3%. É lastimável! Temos uma indústria já sofisticada, temos uma agricultura notável, extraordinária. Temos todas as condições para um grande crescimento. Somos exportadores de minério de ferro em larga escala. Chegamos ao ponto em que o Brasil não está mais em condições de atender às encomendas que recebe da China, da Índia e de outros Países. Somos exportadores de uma imensidade de produtos, até de aviões e de jatos da melhor qualidade para a Embraer. E cadê o crescimento? Ficamos no limite de 2,5%, 3% que, seguramente, não faz homenagem à nossa administração.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Lobão, obrigado pelo aparte substantivo. V. Ex^a, ao final da sua manifestação, citou a Embraer, que é um

orgulho do Brasil e que exporta de Tucano a Legacy, de avião monomotor a jato de porte médio. Tudo isso acontece porque a Embraer foi privatizada. Ela era estatal e, quando era estatal, era pequenina. Ela foi privatizada, globalizou-se e hoje é um orgulho da aviação mundial, produto não da iniciativa e da ideologia do atual Governo, mas de uma coisa que já houve e que produziu coisas benéficas, como a privatização da telefonia e da Vale do Rio Doce e de tantas outras que já deram certo para o Brasil. Mas o que me preocupa é o que não está dando certo para o Brasil.

O salário mínimo cresceu ano passado 16,6% e aumentou a massa salarial dos mais pobres. Ótimo! Foi pressão nossa, foi atitude de Governo, mas ficou muito longe daquilo que o Governo prometeu, ou seja, dobrar o salário mínimo para R\$580,00 e não ficar nos R\$367,00, como quer Mantega, nem nos R\$375 previstos no Orçamento.

Nem isso! Vai aumentar 4% este ano. E, aumentando 4%, o crescimento do PIB vai ser ainda mais modesto, mais píffio. O Bolsa-Família topou. O salário mínimo, ao invés 16,6%, cresce 4%. A inflação está contida, mas a capacidade de endividamento das pessoas está no limite. O que nos resta? Atrair investimento.

E aí, Senador João Batista Motta, vem a minha grande preocupação para esta minha manifestação. Em vez de haver investimento para capital privado ou capital estrangeiro, o investimento está crescendo no setor da construção civil por métodos de financiamentos bancários da Caixa Econômica – por isso fundamentalmente e pela importação de bens de capital, aproveitando o dólar baixo, a questão cambial que quebra a agricultura e está quebrando um mundo de segmentos da indústria brasileira. Mas, por outro lado, proporciona a importação de bens de capital, o que está significando o mascaramento do volume de investimentos no Brasil.

E como estão os investimentos estrangeiros, que sempre foram venturosos no Brasil? No tempo em que o Senador Edison Lobão referiu que o Brasil crescia em patamares semelhantes aos do Japão, os investimentos estrangeiros eram formidáveis. E como é que estão agora? Senador João Batista Motta, caíram nos últimos quatro anos, de janeiro de 2003 a outubro de 2006, (no Governo Lula). Foram embora do Brasil US\$19,2 bilhões de investimentos de empresas estrangeiras. Evaporaram. Foram embora US\$19,2 bilhões.

Os estrangeiros se desinteressaram por várias razões que o Governo é que tem de explicar. Só em 2006 – e aí vai a minha preocupação maior –, desses US\$19,2 bilhões, foram embora US\$13,2 bilhões. É uma progressão violentamente geométrica a da saída, a da fuga de capitais do Brasil para o exterior, a partir

de investidores que haviam feito investimentos e que foram embora. Não é que não esteja havendo investidores novos. Além de não virem investimentos novos, estão indo embora os que já existiam.

No setor elétrico, Senador João Batista Motta – e eu tenho falado muito sobre o setor elétrico –, só nos últimos quatro anos, além de não ter havido investimentos novos por conta do marco regulatório defeituoso, foram embora 1,5 bilhão de dólares de capital estrangeiro! Venderam as suas participações, desinteressaram-se pelo Brasil. E se desinteressaram por conta de quê? De coisas sobre as quais, aí sim, Presidente Serys – e agradeço a sua tolerância –, a Oposição convida o Governo para sentar à mesa de negociação. Em vez de irmos ao Palácio do Planalto, vamos sentar à mesa da negociação congressional, aqui. Líderes e Bancadas de todos os Partidos. Para discutir o quê? As razões da trava, as razões da trava do nosso crescimento, para que Lula não precise dizer: “vou esquecer 2006”.

Não. Ele tem que esquecer o marco regulatório defeituoso, a taxa de juros campeã no mundo e a carga tributária talvez a mais alta do mundo. Isso é o que ele tem de esquecer, e não 2006. Se ele esquecer de 2006 e não se lembrar de corrigir taxa de juros, carga tributária e marcos regulatórios defeituosos, este País não vai crescer nunca! Vamos ficar fora do BRIC. Vão nos expulsar do BRIC, porque China, Índia e Rússia vão nos dar um capote, vão nos deixar na poeira e vamos ficar fora do BRIC.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a que é um opositor dedicado, presente, argumentativo, haverá de concordar comigo que é fundamental neste momento que, em vez de o Presidente da República acenar para a coalizão, com um convite para que os Partidos vão ao Palácio do Planalto, deveria acenar para que nos sentemos aqui no Congresso para discutir as fórmulas de baixar taxas de juros, as sugestões dos Partidos – remédios ainda que amargos, para dividirmos as responsabilidades. Isso para baixar a taxa de juros, para baixar a carga tributária e para mudar os marcos regulatórios. Com o marco regulatório do setor elétrico que vigora neste País, o Brasil não cresce 5% nunca. Ou cresce um ano e tem apagão em seguida.

E o Governo não toma as providências para consertar um instrumento que está afugentando o capital. Em vez de investimento novo, vemos R\$1,5 bilhão de capital estrangeiro que foi embora.

Ou se prestigia aquele que vem investir com tarifa compensadora ou ninguém virá, e o Brasil não se prepara para o futuro! Troca-se o investimento em estrada, em porto, em aeroporto, em energia elétrica, em telefonia, troca-se o investimento na infra-estrutu-

ra pelo Bolsa-Família, que tem vida curta, porque não alimenta crescimento sustentado. É um óbolo que se dá aos mais pobres. Ótimo, mas o óbolo maior que se dá é a perspectiva do emprego, que é dignidade; e emprego se dá com retomada de crescimento. Por isso, quero convidar o Governo para que nos sentamos à mesa e discutamos aquilo que interessa, para destravar o País.

Repito: taxa de juros, carga tributária, marcos regulatórios, pelo menos isso, para começarmos. Que venha o Governo, vamos nos sentar. Não precisa ir ao Palácio do Planalto. Não há necessidade de fotografia, que tenha que ser explicada. Vamos nos reunir aqui e fotografar à vontade, mas fotografar homens do Congresso trabalhando pela retomada do crescimento do País, com atitudes corretas, com aquilo que tem de ser feito.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a faz um pronunciamento que o Governo, se tiver sinceridade nas suas propostas de convergência, deveria estar aqui presente participando desse debate, concordando, discordando, mas debatendo. O que vemos aqui é o Governo completamente ausente deste plenário, o que é lamentável. V. Ex^a aborda pontos, mostrando exemplos e dando provas. A questão do marco regulatório inibe qualquer investidor estrangeiro de aplicar aqui o seu capital para investimentos de longo prazo. Ele faz aqui...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) –... o chamado “investimento-motel”, aquele que se prolonga enquanto dá resultados. Na hora em que a inconveniência do investimento fica demonstrada, ele leva para onde quer. Senador José Agripino, será que o Governo não percebe, por exemplo, que um dos grandes empresários do País é, sem dúvida, o Vice-Presidente José Alencar, conterrâneo do Senador Wellington Salgado Filho, mineiro? Ele cresceu muito no País na década anterior e, agora, para crescer, está investindo fora do País. Comprou uma indústria nos Estados Unidos e, agora, caminha para novos investimentos na China. A Vale do Rio Doce está se tornando uma grande empresa mundial, investindo quase que exclusivamente fora do País. A CSN e a Petrobras... Senador, estamos vivendo a crise do gás, porque este Governo não teve arrojo de investir nos campos de gás que existem no Brasil. De forma que dou os parabéns a V. Ex^a. Senador José Agripino, até porque, em que pese o Governo estar anunciando investimentos na privatização de aeroportos, como na sua terra, investidor estrangeiro

nenhum aporta no País sabendo que não tem condições de programar a sua permanência aqui. Há cerca de quinze dias, vi investidores alemães chegarem ao Brasil, encontrarem o caos no Aeroporto de Guarulhos e retornarem imediatamente à Alemanha, sem completar o objetivo da sua viagem para cá. Por outro lado, vemos o Brasil no país das maravilhas. O DNIT, Senador Antonio Carlos Magalhães – o DNIT, o sucessor e herdeiro do DNER –, anuncia uma concorrência que está no Departamento Jurídico, de R\$1 bilhão para parais e barreiras eletrônicas. Coisas supérfluas, porque parais e barreiras eletrônicas no Brasil são os buracos na estrada, ninguém desenvolve. É uma brincadeira! Ou, então, como se diz no Itamaraty: “Tem jabuticaba por trás disso tudo.” Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, muito obrigado pelo aparte e pelos argumentos que traz, e até pela lembrança do contrasenso do Governo que satanizava as privatizações. O Governo que sataniza as privatizações está anunciando, lá no meu Estado, onde a campanha eleitoral feita em nível de disputa do Governo do Estado baseou-se na satanização da privatização da companhia elétrica feita há um tempo atrás e vendida, e muito bem vendida, está patrocinando a privatização do primeiro aeroporto do Brasil. Será o primeiro, por razões que é preciso claramente investigar seu fundamento ético. Eu estarei atentíssimo a essa colocação.

Senador João Batista Motta, já lhe concedo um aparte.

Estamos convidando o Governo para discutir o destravamento da economia, a retomada do crescimento. Se o Presidente fala “deixa o homem trabalhar”, “vamos esquecer 2006”, ele tem a obrigação, ele que fala tanto em travas do crescimento, de mandar que os seus se reúnam com aqueles que, mesmo sendo Oposição, querem colaborar com a retomada do crescimento, para nós pactuarmos até a adoção de remédios amargos, mas que servirão para a retomada do crescimento do País e a geração de empregos para os que hoje estão se preparando na expectativa de um emprego que pode não vir.

A carga tributária de 38%, os marcos regulatórios, principalmente do setor elétrico, e a taxa de juros – a maior taxa de juros real do mundo –, se não forem removidos, Senador Jefferson Péres, não nos darão oportunidade de crescer a 5% nunca.

No fim do Governo, Lula vai dizer que esqueceu que disse que o Brasil ia crescer 5%. E o Brasil terá pago o preço do marasmo; terá pago o preço que a Índia não pagou, que a China não pagou e que a Rússia não pagou. Nós teremos ficado incompetitivos,

empobrecidos, desempregados, por um Presidente da República que prefere a bravata à ação efetiva.

Pois para a ação efetiva, nós, da Oposição, estamos convidando o Governo. Vamos sentar à mesa, sem bravata e sem demagogia. Mas fazendo justiça e não fazendo aquilo que o Governo está fazendo e que eu quero denunciar.

Quando se vota um orçamento, votam-se investimentos em escolas, em hospitais, em estradas, em portos, em aeroportos, nas emendas parlamentares. O Presidente costuma se vangloriar de ter uma Polícia Federal republicana, de dizer que governa para todos. Vamos ver aqui a liberação das emendas parlamentares. É um direito de todos. O dinheiro do Orçamento não é dinheiro do Presidente Lula, nem do PT, é dinheiro do contribuinte brasileiro. O Orçamento não é do PT nem do PCdoB, é Orçamento do Congresso brasileiro, de todos os Partidos, que têm, legitimamente, interesses localizados nos seus Estados e nos seus Municípios, que se comprometeram e que acenaram para Estados e Municípios com a concessão de recursos para construir o desenvolvimento local.

Então, V. Ex^a, Senador Jefferson, é Parlamentar de segunda categoria ou eu o sou? V. Ex^a se julga Parlamentar de segunda categoria? Eu não me julgo, mas o tratamento que recebo é esse. Por quê? Porque, nas emendas parlamentares, o PCdoB, de Aldo Rebelo, conseguiu liberar até agora 54,78% dos recursos alocados, quase 55%; o PT conseguiu liberar 52,07%; o PSB, da base do Governo, 45,22%; o PL, de Valdemar Costa Neto, conseguiu liberar 43,22%; o seu PDT, Senador Jefferson Péres, só conseguiu liberar 7,67% – 7 contra 52; o meu PFL conseguiu liberar 17,8%; o PSDB do Senador Arthur Virgílio conseguiu liberar 13,21%; mas os donos do poder, na faixa de 50%. Então, ou somos Parlamentares de segunda categoria ou o Presidente passa a régua nessa história e começa a tratar a todos com igualdade!

Queremos sentar à mesa, queremos discutir a retomada do crescimento com as medidas necessárias, mas queremos também ser tratados com dignidade e com igualdade.

Ouçó, com prazer, o Senador João Batista Motta e, em seguida, o Senador Jefferson Péres, com o agradecimento ao tempo que me concede o Presidente.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador José Agripino, V. Ex^a não está fazendo simplesmente um pronunciamento, mas sim dando uma aula que deixa todo o povo brasileiro que assiste à TV Senado embriagado com o seu pronunciamento. Ontem, aqui, o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, reclamava da não-aprovação de vários projetos no Estado do Amazonas. O Presidente Lula, outro dia, num pro-

nunciamento célebre, disse que precisava soltar as amarras. Isso equivale a dizer que o Presidente Lula finalmente enxergou alguma coisa. Ele, que nada enxerga, enxergou que o Brasil está amarrado, não anda, não sai do lugar. No entanto, Senador José Agripino, se a União não consegue liberar a sua obra, se o Presidente da República não consegue aprovar os seus projetos junto ao Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, o Governo Federal que deveria ser um bom pistolão, um bom intermediário para conversar com o Ministro, não consegue liberar essas obras, imagine V. Ex^a o que está passando o capital privado; imagine V. Ex^a o que estão passando aqueles que estão querendo investir no Brasil e que já gastaram um horror de dinheiro em obras que estão paralisadas por falta de liberação devido à burocracia – nem é por causa da carga tributária. Empresários estrangeiros que querem construir hotéis em nosso litoral estão há quatro anos aguardando, já investiram R\$10 milhões, R\$20 milhões, R\$30 milhões, e não podem terminar suas obras, faturar, o que impede o Brasil de trazer turistas e de produzir com a indústria do turismo. Senador José Agripino, conheço centenas de empresários que estão com projetos entravados por causa da burocracia, principalmente do Governo Federal. Graças a Deus, o Presidente Lula enxergou que o Governo Federal está amarrado. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a, no aparte que fez, enfocou fundamentalmente a questão burocrática, que não é devidamente olhada pelo Governo central. V. Ex^a deve saber que no Brasil – sempre me refiro ao Brasil no contexto do BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – são necessários 152 dias para se promover a abertura de uma empresa, a qual vai pagar a maior carga tributária do mundo e a maior taxa de juros do mundo. Com uma burocracia de 152 dias e duas travas chamadas carga tributária e taxa de juros, investe quem é maluco, investe quem não está nas suas perfeitas condições mentais. Por isso, US\$19.2 bilhões de investimentos estrangeiros se foram só dentro do Governo Lula. Estou clamando para que o Governo acorde e para que retiremos as travas, em nome da retomada do crescimento, que vai beneficiar não a V. Ex^a ou a mim, mas aos nossos filhos, aos nossos netos e ao povo brasileiro, que está precisando e clamando por emprego – não por Bolsa-Família e sim por emprego, dignidade, sustentação, crescimento sustentado.

Ouçõ, com prazer, o nobre Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador José Agripino, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está a 26 dias do seu segundo mandato e tem uma

oportunidade de ouro de se redimir dos graves erros e da mediocridade do seu primeiro mandato. Receio muito que não consiga fazê-lo – receio, não estou torcendo. Já vejo a formação do novo governo com a mesma barganha em torno de cargos. Amanhã mesmo o meu partido, o PDT, vai reunir-se; talvez vá para a base do Governo – contra o meu voto –, em troca provavelmente de um Ministério. Senador José Agripino, gostaria muito de ir ao Presidente Lula e dizer que o apóio de graça, se Sua Excelência votar o orçamento impositivo, o disciplinamento das medidas provisórias e o preenchimento de todos os cargos das empresas estatais com profissionais qualificados; não entregar nenhuma estatal a partido algum; reduzir em 60% os cargos comissionados de todos os ministérios; e uma série de outras coisas, Senador José Agripino. Eu votaria quatro anos no Governo de graça. Troca de ministérios, não. Com essa barganha indecorosa que continuam fazendo, não, Senador José Agripino. Por outro lado, comunico a V. Ex^a que, a requerimento meu, estará neste Plenário, no dia 20, o Ministro Guido Mantega. Quero discutir o rumo da economia brasileira, quero ajudar o Presidente Lula a destravar a economia, porque ele não vai destravá-la com demagogia. Se seguir aquela ala do PT que quer baixar rapidamente os juros, desequilibrar as contas públicas, intervir no câmbio, ele não vai destravar, não; ele vai jogar o País no despenhadeiro. É uma bolha de crescimento que vai estourar logo adiante, Senador José Agripino. Para destravar ele terá que tomar medidas impopulares, sim. Ele tem coragem de tomar as medidas impopulares que precisa tomar? E tem que cortar gastos públicos, sim, Senador José Agripino. Se ele passar um ano apertado, terá três anos de crescimento sustentado e vai deixar o País muito diferente daquele que encontrou. Mas as perspectivas não são boas. Estou preocupado. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Jefferson Péres, V. Ex^a, permita-me dizer, é um orgulho desta Casa, e todos nós o temos como referência. Tenho a impressão de que o Governo Lula gostaria muito de tê-lo no Palácio do Planalto dia sim, dia não. Mas V. Ex^a tem o seu preço! O seu preço não é a troca de cargos, não são favores. Pelo contrário, a troca de cargos e os favores V. Ex^a, de público, condena. V. Ex^a é dos melhores, daqueles que desejam o futuro para o País à altura daquilo que é a expectativa nacional. V. Ex^a toca e toma a iniciativa que o Governo não toma. Quem deveria chamar-nos para discutir as questões que vamos discutir com o Ministro Mantega, a convite de V. Ex^a, por sua convocação, era o Governo. V. Ex^a o chama para vir aqui ser sabatinado quando o Governo deveria ter o interesse de nos chamar a todos

para conversar sobre carga tributária, sobre taxa de juros, sobre reforma da Previdência – se for o caso –, reforma sindical, reforma trabalhista, que nós vamos cobrar. É compromisso do Governo, nós vamos cobrar. Este País não será destravado se não resolvermos a questão dos marcos regulatórios, da taxa de juros, do câmbio, das reformas sindical e trabalhista, de mexermos até na reforma previdenciária... Não vai! Eu quero saber se Lula é o homem das frases ou é o homem de ação. Se ele for homem de ação, que se mova e que peça aos seus a reunião aqui no Congresso. Nada de reunião no Palácio do Planalto para que lá sejam tiradas as fotografias e para que nós tenhamos de dar explicações. Não temos de explicar nada, a não ser a retomada do crescimento, pactuada entre nós aqui no Congresso Nacional.

Dito isso, Sr. Presidente...

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Vamos negociar com o Governo diante do povo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É evidente, vamos negociar com o Governo diante do povo, para que a explicação seja automática, para que não precisemos explicar coisa alguma.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância. Está feito meu desabafo, manifestada a minha preocupação e realizada a intimação.

A reunião que querem fazer no Palácio do Planalto, urge que aconteça no Congresso, para se discutir aquilo que o Presidente insiste, com frases, em dizer: “Vou esquecer 2006”.

Não esqueça, não, Presidente. Tire de 2006 as lições que o Brasil espera, a fim de adotarmos juntos as providências necessárias para que seja retomado o crescimento do País que é seu, meu e do povo brasileiro.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretária.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito bem, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, por dez minutos. (Pausa.)

Desculpe-me, Senador Almeida Lima, mas devo conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna. V. Ex^a falará em seguida.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna **O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente. Agradeço, também, ao nobre Senador sergipano. O Senador Maguito Vilela pediu-me que atendesse algumas pessoas, daí o meu atraso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste mesmo, está-se iniciando uma reunião de Líderes da qual participarei, por isso serei muito breve. Precisamos fazer um acordo para que, amanhã, sejam votadas nove medidas provisórias, indicação de autoridades e vários outros projetos de lei que estão tramitando.

Mas eu não queria deixar de registrar uma votação importantíssima que ocorreu hoje na Comissão de Educação.

Para se resolverem os problemas de um País qualquer, são necessárias duas molas. Existem várias, mas duas destacam-se: a educação e a justiça.

A educação pode ser superficial, apenas um verniz, como costuma acontecer, lamentavelmente, na nossa vertente ibérica. Ela dá uma amplitude de conhecimentos sem profundidade, o que cria pessoas de muito bom conteúdo para conversação, com muitas informações. Até mesmo as universidades entram nesse jogo quando fazem perguntas sem grande valia. Outro dia, perguntou-se numa prova de vestibular qual era o coletivo de borboleta. Para que interessa sabermos isso num mundo tão urbano, em que quase não existem borboletas? Duvido que muitos o saibam: p-napaná. É uma palavra que, acredito, nunca usamos. Em outra ocasião, perguntou-se quem era o escrívão da frota de Fernando Magalhães.

Esses são conhecimentos de extensão, que dão verniz, mas não dão profundidade, diferentemente da cultura anglo-saxônica, que busca a profundidade, a especialização e a maior quantidade de pragmatismo.

Na educação pragmática, ocorre a profissionalização, mas mesmo ela, Senadores, não leva à formação de empreendedores, dos quais qualquer país precisa, mais do que nunca.

Hoje, na Comissão de Educação, votamos um projeto que apresenta para os cursos técnicos, profissionalizantes, embora como matéria extra-oficial, o empreendedorismo, ministrado em parceria com o Sebrae, as associações comerciais e as classes profissionais.

Muitas são as escolas no Brasil que já estão formando empreendedores. Isso significa criarem-se empresas fictícias para os alunos praticarem a comercialização, a criação e o investimento em atividades que devem dar lucro e resultado, seja financeiro, seja de conquistas, que possam ser medidos. E hoje isso foi decidido na Comissão de Educação.

Faço este registro porque acredito que esse seja um caminho, num País com tantas potencialidades. Se conseguirmos, nas novas gerações, aumentar o número de empreendedores, com toda a certeza, seremos um País de futuro melhor.

Era o que eu tinha a dizer. Vou-me dirigir à reunião de Líderes, agradecendo ao nobre Senador que faria seu pronunciamento quando desponte na porta e o Presidente me concedeu a palavra.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, povo brasileiro, todos sabemos que o processo de eleição dos 594 membros do Congresso Nacional, composto por 513 Deputados Federais e 81 Senadores, não se dá, na sua integridade, de forma legítima.

Sempre há os vícios do abuso do poder econômico, do abuso do poder político, da inadequação do sistema eleitoral e das fraudes em geral, mas nem por isso é correto afirmar-se que a composição do Parlamento nacional é ilegítima ou generalizar-se a afirmativa de que ele não representa a vontade do povo. A verdade é que o Congresso Nacional representa, exatamente, o conjunto da sociedade naquilo que ela tem de bom e de ruim, por isso se diz que o Parlamento é o reflexo da sociedade, não sendo correto, pois, dissociar-se o tratamento que se dá à classe política do que é dado à sociedade, como se esta fosse a boazinha e aquela, a Geni.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o problema é de raiz e reside exatamente na formação do caráter nacional. Logo, os problemas debitados à conta da classe política não são de solução imediata para esta ou para a próxima legislatura.

No momento, deparamo-nos com um desses graves problemas da política nacional que diz respeito à fisionomia do nosso povo, aí incluída, essencialmente, a classe política: a aplicação da Lei de Gerson, ou o desejo de se levar vantagem em tudo, sem o menor pejo e o mínimo de coerência de atitudes, de firmeza de caráter, de respeito a si próprio e à própria ética.

Somos uma classe política sem boas e sólidas convicções, somos de caráter duvidoso, cuja feição moral não se distingue das piores fisionomias verificadas ao redor do mundo.

“Ser ou não ser, eis a questão!”. Governo ou Oposição? Ora, uma classe política com caráter assentado nos melhores princípios não tem o direito à dúvida do Príncipe Hamlet.

Os conceitos esboçados pela ciência ou pela filosofia política em consonância com a própria história de suas práticas não reservam dúvidas acerca do direito de quem deve ser governo, nem do dever de quem deve ser oposição. Não precisamos repeti-los, todos já os conhecemos à exaustão.

O conhecimento das ciências, da filosofia e da própria história nos dá o saber da degeneração que ocorre em bons costumes e em boas práticas políticas a exemplo da democracia, cuja forma degenerada é a demagogia. Nos dias atuais, estamos a conviver, Sr. Presidente, com a degeneração do adesismo, que é a forma incestuosa, abastardada e depravada de governo, assim como a demagogia representa a degeneração da democracia.

Acabo de ler, na imprensa do meu País, declarações do Presidente do meu Partido, o PMDB, Deputado Michel Temer, de que S. Ex^a não tem como fechar as portas do PMDB, dado o grande número de Parlamentares que o procuram para se filiar nesta trincheira, que não é mais uma trincheira de lutas, que não é mais uma trincheira de ideário político, que não é mais uma trincheira de convicções, que não é mais uma trincheira de defesa dos interesses nacionais, passando a ser, simplesmente, um balcão de negócios. Que vergonha para todos nós! Senador Mão Santa, a lista daqueles que desejam, hoje, ingressar no PMDB é incomensurável, simplesmente pelo fato de que este Partido está na posição de adesista junto ao Governo Federal. Adesista, sim, por que este Partido não participou das eleições presidenciais, preferiu a não-indicação de candidato à Presidência da República. Como se diz no meu Estado, ficou na moita, escondido, aguardando exatamente a oportunidade da abertura das urnas para saber qual Partido ficaria no Governo exatamente para, da moita, dar o bote e pegar a presa fácil, que são os cargos, as benesses, as sinecuras que o Governo está, descaradamente, a oferecer, sob a alegação diversa de que é preciso governabilidade, quando entendo que governabilidade decorre da postura que cada governo assume diante do parlamento.

Repetirei o que disse: fui Prefeito de Aracaju. À época, a Câmara de Vereadores era composta por 21 Vereadores. Em dado momento, apenas dois Vereadores davam sustentação ao Executivo, mas nem por isso deixei de governar, nem por isso deixei de trabalhar para que a minha cidade permanecesse limpa, organizada, descente; nem por isso deixei de cumprir as leis; nem por isso deixei de atender à coletividade. Exatamente por isso, e por adotar essa postura, nobre Senador João Batista, não tive de negociar a minha honra, não tive de negociar a minha alma, não tive de

negociar os cargos da prefeitura nem o seu orçamento. Isso é lamentável! Isso não pode acontecer! São atos que levam, exatamente, à degeneração não apenas do Governo mas do Estado. E, aqui, estamos a lamentar esse procedimento.

Ninguém tem o direito de tentar conter o progresso da humanidade. Ele é inexorável. E todos que tentaram mudar esse curso foram desmoralizados diante da história, senão penalizados, não apenas pelas leis naturais, mas também pelas leis dos homens. A vanguarda da sociedade brasileira tem mandado, nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira, diversos recados à classe política, mas ela resiste em ouvir a voz que vem das ruas, que apontam para o progresso, para a evolução dos costumes, para o respeito à ética por meio de práticas decentes que todos devem seguir.

Nas últimas eleições, 25% do eleitorado brasileiro se posicionou no grupo dos que não enxergaram opção para Presidente da República, portanto, um quarto do eleitorado brasileiro!

Este é um grande sinal para aqueles que obtiveram 38 milhões de votos com a candidatura Geraldo Alckmin, do PSDB, que foi apoiada pelo PFL, por outros Partidos e por outros Parlamentares independentes, a exemplo deste que vos fala. Este é um grande sinal para aqueles que obtiveram 38 milhões de votos, número insuficiente para ser Governo, mas cabal para ser Oposição, no sentido de que precisam se comportar com dignidade, permanecendo no lugar em que o eleitor o posicionou, na Oposição, não apenas para conseguir manter esse número na próxima eleição, mas também para acrescentá-lo àqueles que votaram nulo ou em branco e, o mais importante, àqueles que não se deram sequer ao dever de comparecer às seções eleitorais para votar, tão grande a desesperança com a vida política do País.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Almeida Lima, permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Nobre Senador Mão Santa, concederei o aparte a V. Ex^a tão logo conclua esse raciocínio.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, povo brasileiro, por conseguinte, não convém a tentativa de “tapar o sol com a peneira”. Será inútil. Por mais elaboradas que possam ser as justificativas para a prática degenerada do adesismo, não conseguirão turvar a sabedoria do povo. “Governabilidade”, “coalizão” e “entendimento com base em proposta de governo” continuarão sendo os apelidos ou os cognomes da prática depravada, chamada adesismo.

Concedo o aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Almeida Lima, no início do nosso mandato, V. Ex^a foi um verdadeiro profeta ao denunciar as primeiras corrupções neste País: era o caso Waldomiro. V. Ex^a é um sobrevivente, porque o Governo detonou. V. Ex^a é, sem dúvida, o maior herói do seu Estado, Sergipe. Penso que deveriam colocar uma estátua em homenagem a V. Ex^a como o “Senador Fênix”, porque V. Ex^a foi vítima da maior agressão por parte do poder político e da mídia, comandada pelo Governo do PT. Não sei como V. Ex^a está aí; talvez, seja porque acreditamos no renascimento. Aliás, vim da Itália. Foi o renascimento da cultura. V. Ex^a renasceu depois de ter sido trucidado pela mídia, por ordem expressa do primeiro comandante, do governador do PT, o grande companheiro José Dirceu, que é comandante, chefe, irmão de Fidel Castro, primo de Chaves e que lidera este País. V. Ex^a, hoje, a exemplo do passado – todo o País pôde ver que V. Ex^a se tornou vítima –, agora, no apagar das luzes deste quadriênio, V. Ex^a faz um dos mais brilhantes pronunciamentos sobre a democracia, sobre a coragem. É a democracia: *to be or not to be, that's the question*. É o ser. Mas aqui, não! Aqui, a turma só quer o ter: *to have or not to have*. Querem cargo, cargo e cargo. Então, estão vendendo a história da democracia. A democracia é clara: é o povo que decide. O povo colocou o PT no Governo. O Presidente Lula que governe, que aprenda com seus erros! Nós não vamos contestar a vitória do Presidente Lula. Ele venceu, ele viu uma falha, que foi a distribuição da riqueza neste País injusto, em que 10% dos mais ricos têm metade da riqueza e em que 10% dos mais pobres têm só 1%. E ele criou a esmola do programa que está aí, o Bolsa-Família. Nós achamos, então, que temos de participar. Como Oposição, temos de exigir um debate qualificado, para que isso se transforme em trabalho. Trabalho é o que Rui Barbosa disse; por isso é que ele está aí, por isso é que ele foi Oposição. É preciso que saibam que V. Ex^a está firme. V. Ex^a, hoje, repete a coragem de Rui Barbosa; 32 anos aqui no Senado é que dão a grandeza. Nós vivemos, nós saímos às ruas ainda pelo passado, pela grandeza do passado. O que me prende ao PMDB, ao nosso Partido, são os mortos, não os vivos que estão aí, buscando cargos; são os mortos, como Ulysses Guimarães, Teotônio, Tancredo, Juscelino Kubitschek, Ramez Tebet. E V. Ex^a, com coragem, coloca à Nação, com clareza, a contribuição da democracia. Quem ganhou governa; quem ganhou foi o PT. Temos de ser é Oposição; e a Oposição é necessária. Se não houvesse V. Ex^a na Oposição para denunciar o Waldomiro, o que teria acontecido? Eles teriam superado eles mesmos na corrupção, que é tamanha neste País. Nossos parabéns! V. Ex^a se torna,

sem dúvida alguma, um dos maiores líderes na história de coragem deste Senado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nobre Senador Mão Santa, quero, mais uma vez, agradecer a V. Ex^a o aparte e, sobretudo, as palavras a mim dirigidas, que renovam em mim sempre a esperança de que é possível trilharmos um caminho de dignidade para alcançarmos a sobrevivência.

E esta, sem dúvida alguma, foi a palavra mais importante que consegui captar no aparte de V. Ex^a: sobrevivência. A classe política precisa sobreviver, precisa sobreviver exatamente a essa enxurrada de críticas vindas da sociedade brasileira. Mas essa sobrevivência vai depender da sua dignidade, do seu comportamento, da sua retidão de caráter. É preciso que a classe política – e aqui me refiro a nós, Senadores, Deputados Federais, Estaduais, Vereadores – entenda que o cargo a que temos direito e a que fazemos jus é exatamente aquele que foi conquistado nas urnas, não os penduricalhos oferecidos pelo Governo.

É preciso ter a dignidade daqueles que, ao vencerem uma eleição, respeitam a vontade da maioria para governar para a maioria, mas não daqueles que vencem um pleito e que, ao chegarem ao Poder, querem corromper a minoria. A minoria é extremamente necessária, importante. Não posso trazer outro exemplo, senão o do momento em que estive no Governo, em que fui Governo; não posso trazer outro exemplo, senão o daquele momento em que fui Executivo.

Hoje, sou Parlamentar, estou no Legislativo e estou na Oposição, mas já fui Executivo e, portanto, Governo. E, como disse há pouco, não me comportei de forma diferente, como não me comporto hoje no Parlamento, fazendo oposição. Já fui Oposição antes de ser Senador da República. Quando fui Deputado Estadual por Sergipe, eu era Oposição e tinha a mesma pregação que tenho hoje. Fui coerente quando Oposição lá; hoje, sou coerente com o mesmo período em que fui Governo na Prefeitura de Aracaju. Nunca orientei a um líder do Executivo não aprovar, nobre Senador Romeu Tuma, um requerimento de informações. Ao contrário, por antecipação, o Vereador, Líder do Prefeito na Câmara, tinha essa obrigação, esse dever. E olha que aqui falo como ex-Executivo, como ex-Prefeito, com a autoridade de quem está sendo ouvido e visto pelo povo sergipano no dia de hoje ou no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Almeida Lima, tendo já concedido a V. Ex^a prorrogação de dez minutos, vou conceder-lhe mais um minuto, para que V. Ex^a possa concluir.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Portanto, Sr. Presidente, é essa coerência que se exige da classe política. Não dá para ter um discurso como Oposição e ter outro discurso como Poder.

O Presidente Lula disse, há uns dez dias, que era muito difícil ser Governo; ser Oposição era melhor. Ser Oposição é difícil exatamente para aqueles que fazem da Oposição um sacerdócio de defesa da sociedade. É esse o nosso comportamento, e é isso que deve se dar exatamente para a garantia dos direitos da coletividade.

Portanto, Governo é aquele que ganhou a eleição. Oposição é aquele que não teve os votos suficientes para ser Governo. Esse deve ser o nosso comportamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador José Sarney, venho a esta tribuna apenas para fazer uma referência que, no meu ponto de vista, é importante, principalmente no que diz respeito à administração de V. Ex^a quando Presidente desta Casa.

No último dia 26, o Senado teve a satisfação de ver premiado, por alto colegiado de acadêmicos de várias universidades federais o seu sistema de transparência orçamentária, o Siga Brasil.

Escolhido como primeiro colocado entre quase 160 projetos inscritos no Prêmio Brasil de Tecnologia da Informação e Comunicações aplicadas ao setor público, o Siga Brasil veio provar, pela receptividade que vem tendo junto a órgãos públicos, a instituições de pesquisa, à imprensa e aos cidadãos de todos os recantos deste País, que a sociedade anseia por instrumentos que dêem maior visibilidade aos atos e processos da administração pública.

O Siga Brasil é um desses instrumentos notáveis que contribuem decisivamente para aperfeiçoar a base de conhecimentos sobre os quais se dá o planejamento das políticas públicas, execução dos gastos, fiscalização da atuação governamental e participação social da coisa pública.

O Siga Brasil nasceu por volta de 2000, quando V. Ex^a, Senador José Sarney, era Presidente. Um grupo de consultores de orçamentos desta Casa firmou parceria com o Prodasen – e V. Ex^a recuperou a sua imagem durante a sua gestão de um dos órgãos mais importantes deste Senado, quicá de todos os órgãos públicos –, com o objetivo de enfrentar o problema da fragmentação das informações orçamentárias, informações essas que estavam espalhadas por diversos órgãos do Poder Executivo e Legislativo, protegidas por senhas e outros dispositivos que dificultavam, Sr. Presidente, o acesso.

Pois bem, esses servidores trabalhando com paixão e de forma proativa, lograram construir um sistema de informações que pode ser comparado a um supermercado de dados orçamentários, com a diferença de que a informação vai gratuitamente para quem dela precisar.

Tive a oportunidade, quando 1º Secretário desta Casa, de receber do Diretor da Consultoria de Orçamento, Dr. Fábio Gondim, os projetos referentes ao Siga e de testemunhar o seu entusiasmo e de toda sua equipe para se levar avante a medida.

O prêmio é uma iniciativa do Brasília Conventions Bureau, do Serpro, com o apoio científico da Universidade de Brasília, cujo objetivo é estimular o desenvolvimento e a utilização de soluções inovadoras do TIC, nos órgãos do Governo Federal brasileiro.

O Prêmio Brasil de Tecnologias da Informação e das Comunicações foi concedido aos três melhores projetos ou soluções de tecnologias da informação e das comunicações, de caráter inovador, aplicados no âmbito do Governo Federal, com significativo impacto na qualidade dos serviços do Governo, na produtividade, no alcance social, nos ganhos de escala, nos benefícios econômicos e outros fatores de agregação de valor à atividade de governo.

Inicialmente, foram selecionados pela banca julgadora 30 finalistas e, entre esses, os 16 melhores foram apresentados em Brasília, nos dias 08 e 09 de outubro, quando receberam nota do público. Assim, entre os 16 apresentados, foram definidos os três vencedores do Prêmio Brasil TIC – 2006. Os três vencedores receberam premiações em dinheiro, e os 30 trabalhos finalistas serão compilados em publicação impressa e eletrônica pela Universidade de Brasília nos Anais do Prêmio Brasil TIC – 2006 e receberão reconhecimento simbólicos não-financeiros.

Importante observar que o evento foi patrocinado pela Microsoft, Cisco Systems, Banco do Brasil, Petrobras e Serpro. Disputaram o prêmio cerca de 160 projetos de todo o Brasil.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer o apoio das diversas áreas do Senado que estiveram, em maior ou menor grau, envolvidas com o desenvolvimento, com a divulgação, com o treinamento e com a organização de eventos, bem como com a publicação e com a disponibilização de documentação relacionada ao projeto. Agradeço, principalmente, ao Presidente José Sarney, que autorizou e apoiou a viabilização do projeto, e ao Presidente Renan Calheiros, por ter dado prosseguimento ao trabalho que hoje, sob aplausos da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, é permanentemente consultado.

Caro Dr. Fábio Gondim, parabéns pelo seu trabalho e continue desenvolvendo projetos em benefício do País. E parabéns a V. Ex^a, Presidente José Sarney, pela vontade de fazer o acerto em benefício da sociedade brasileira.

Ouçó V. Ex^a, Presidente José Sarney.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Romeu Tuma, eu seria injusto, se não acrescentasse ao discurso de V. Ex^a o desempenho e o esforço que V. Ex^a fez, para que esse projeto se tornasse realidade. O Senado, com o Siga Brasil, deu uma colaboração excepcional à administração pública. O nosso *site* é melhor do que todos os *sites* do Poder Executivo, no que se refere ao acompanhamento dos recursos públicos; ao mesmo tempo, ele possibilita a fiscalização do cidadão, da sociedade, de todos aqueles que são interessados no andamento da coisa pública. Mas isso só foi feito – evidentemente, eu era Presidente – graças ao seu esforço, a sua permanente assistência. Os prazos que determinamos para a realização do projeto, na realidade, foram muito rígidos. Nós determinamos à equipe que os seguisse, para que o programa fosse colocado no ar. E hoje acontece a visitação de centenas de milhares de brasileiros, que acessam o Siga Brasil, para acompanhar o Orçamento da República. Parabéns, portanto, a V. Ex^a, que exaltamos no Senado como peça-chave para que esse programa pudesse ser realizado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a, que sempre confia na minha pessoa.

Desde o tempo em que o Senador José Sarney era Presidente da República – na época, eu era Diretor da Polícia Federal –, S. Ex^a sempre foi simpático às idéias que levei a seu conhecimento. Então, toda a experiência do Presidente José Sarney trouxe grandes benefícios a esta Casa.

Agradeço, Senador Mozarildo Cavalcanti, a nobreza e o carinho com que sempre me tratou. Tenho certeza de que V. Ex^a está solidário conosco nesse cumprimento ao Diretor que incrementou o Siga Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com certeza, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo, que preside esta sessão de 5 de dezembro de 2006, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal, por designação do Presidente Renan Calheiros, representei este Congresso em Roma, na Itália, acompanhado pelo Senador Maguito Vilela e pelo Deputado Federal Benedito Dias, do PP do Amapá, na IV Sessão da Conferência Interparlamentar de Direitos Humanos e Liberdade Religiosa.

Senador Augusto Botelho, o congresso foi realizado na Pontifícia Universidade Gregoriana. Creio que levaram em consideração, já que se tratava de direitos humanos e de liberdade religiosa, que a Itália foi o berço da civilização moderna.

Entendo, Senadora Heloísa Helena, que a civilização moderna começou mesmo na Grécia, com os pensadores. Sócrates ensinou ao mundo a humildade. Ele, Senador Augusto Botelho, que era chamado a explicar todos os fenômenos da ciência, da natureza, morreu, dizendo “Sei que nada sei”:

A humildade une os homens, enquanto o orgulho os divide. Então, se seguiram Platão, Aristóteles e todos os outros e, na própria Medicina, da qual fazemos parte, Senador Mozarildo Cavalcanti, Hipócrates. O mundo, parado, saiu da época medieval, Senador Garibaldi, e entrou no Renascimento, com aqueles que acreditaram no estudo, no trabalho, na ciência. A Florença foi o berço desses homens que mudaram o mundo, desses artistas.

Leonardo da Vinci, simbolizando toda a grandeza, liderou o processo junto com Maquiavel, que escreveu o primeiro compêndio político, **O Príncipe**. Dante Alighieri, que foi o primeiro a escrever em italiano – antes se escrevia em latim – é o autor de **A Divina Comédia**. Sem dúvida nenhuma, eles foram os responsáveis pela grande globalização, ao construírem a bússola, a imprensa, ao descobrirem a pólvora. E o mundo mudou.

E hoje, nesse estranho mundo, que saiu do politeísmo para o monoteísmo, em nome de Deus, se mata. Aí é o grande erro, a grande preocupação, a grande convocação dos legisladores para que jamais haja guerra em nome de Deus, em nome de religião. Deve-se respeitar a todos. Cada um tem seu caminho para Deus, que significa a paz.

Queremos dizer que estivemos presentes.

A Itália dá o grande ensinamento, Senador Augusto Botelho, justamente a Itália, quando todos sabemos que o mundo político começou a pensar com o livro **O Príncipe**, de Maquiavel. E Maquiavel, Senadora Heloísa Helena, foi condenado pela igreja simplesmente porque era um homem fiel a quem servia. E, Senador Mozarildo Cavalcanti, ele servia aos governos, a Lourenço, aos Médici de Florença. Toda a sua vida toda foi servindo ao governo. Era secretário dos governantes. E Maquiavel teve a sabedoria de fortalecer os governos, separando-os da igreja, dos papas que dominavam a Itália. Daí ele ser levado pela igreja, ser condenado ao índice.

Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Marco Maciel – um representante de Deus na nossa política – quero lhes dizer que o reconhecimento hoje é grande de que Maquiavel era um homem bom e que deu os princípios de como chegar ao poder. Ele não fez nada de ruim, apenas descreveu o que viu. Ele está enterrado junto com Galileu Galilei, com Leonardo da Vinci e com Michelangelo em uma igreja em Florença, tal o reconhecimento dessa geração que mudou o mundo.

Na minha observação e na minha preocupação, Senador Mozarildo, o que podemos trazer para cá? A Itália é berço dessa civilização, do Renascimento, a Itália, que é da moda, Senadora Patrícia. Mas também não precisamos ir ao Renascimento, pois nasceu o Brasil em 1500, período em que viveu essa geração que trouxe novos rumos à civilização do mundo.

Mais recentemente, temos Norberto Bobbio. Ele foi um homem de tanta valia, que enfrentou a Segunda Guerra Mundial como professor de Direito, Senador Mozarildo Cavalcanti, enquanto Mussolini associava-se a Hitler, com os japoneses. E Getúlio até simpatizava, nessa época, com o fascismo de Mussolini. Norberto Bobbio, que venceu isso tudo, subsistiu e escreveu os maiores compêndios sobre democracia.

A Itália, que venceu e que participou das duas grandes Guerras Mundiais. E, com essa experiência, Norberto Bobbio é seu fruto. A mesma experiência é traduzida pelo Presidente Sarney, que tem a experiência de cultura. O italiano do Renascimento colocou na constituição dele a existência de senadores vitalícios, senadores, vamos dizer, de grande repercussão intelectual, que são convidados a ganhar uma cadeira sem votação. Norberto Bobbio foi este senador vitalício, reconhecido; morreu recentemente, há um ano.

Professor Mozarildo, que é da ciência médica, um dos temas é a Aids, e o mundo reconhece o avanço da ciência médica aqui, no nosso País, no combate à Aids. Mas Norberto Bobbio é muito atual, Presidente Sarney, ele ilustrou com a sua vivência na Segunda

Guerra, a sua experiência e fez nascer a democracia. Mas, Senador Sarney, V. Ex^a é o Richelieu do Lula hoje. O Lula pode até acertar, eu tenho minhas dúvidas, mas o senhor é o Richelieu dele. E Norberto Bobbio, no seu último livro diz, e ninguém contesta, que o mínimo que se tem que exigir de um governo é a segurança, é a segurança à vida, segurança à liberdade e à propriedade.

Por essa razão, eu não estou neste Governo. Esta é a verdade, Presidente Sarney. V. Ex^a é um intelectual, revive aqui. Nós não temos nem esse senador vitalício, e V. Ex^a deveria ter esse direito, mesmo sem disputar eleição, V. Ex^a seria o nosso Norberto Bobbio.

Grave isso, Presidente, o mínimo que se tem que exigir de um governo – é isso que exijo de Lula, é esse o meu PMDB de vergonha – é o que disse Norberto Bobbio sobre a segurança. Essa cartinha do PMDB, não. Deveria ser incluído nela o que disse Norberto Bobbio. Ô Heloísa Helena, segurança à vida, à liberdade e à propriedade, porque, caso contrário, aqui não vai haver turismo. Deus fez a parte Dele. Não tem região mais bonita do mundo do que o meu Delta, na Parnaíba, e a cidade do Rio de Janeiro. Mas a violência...!

Ô Presidente Sarney, aquele atentado aos portugueses! Havia os delegados portugueses que, pela facilidade da língua, convivíamos, juntos fazíamos as refeições no Congresso. Aqueles que saíram, os portugueses, uns seis, sete, foram trucidados, enterrados vivos. Então, estamos conhecidos no mundo por essa barbárie, porque o que tem de violência neste Brasil!

Ô Heloísa Helena, estudei no Rio de Janeiro, assisti ao carnaval na Rio Branco. Isso não era assim! Vamos nos ajoelhar. Era a cidade maravilhosa que se cantava, era uma paz. Hoje, lamentamos.

Olha, com todo respeito – e respeito todo mundo, principalmente as mulheres –, poderia aconselhar a Dona Marisa: estude Darcy Vargas. Senadora Heloísa Helena, eu convivi com ela, eu vivi durante os estudos no Rio de Janeiro. Olha, bandido não tinha; tinha malandro alegre. Senador Mozarildo, nos anos 60 não havia isso de bala perdida.

Mas a dona Darcy Vargas, Senador Augusto Botelho, tinha a Casa do Pequeno Jornaleiro. Eu vi a Heloísa Helena preocupada com os pequenos aidéticos. Que solidariedade! Que amor nas dificuldades! Mas Darcy Vargas mantinha a Casa do Pequeno Jornaleiro.

Presidente José Sarney, eu era médico residente do Hospital do Servidor do Estado, o Ipase. Nos fins de semana, o hospital, Senador Mozarildo, alugava o campo da Casa do Pequeno Jornaleiro. Era um prédio quase igual ao do nosso tamanho. E nós convivíamos.

Então, Darcy Vargas buscava todos aqueles pequenos que não tinham trabalho, nem dignidade, que

perambulavam e os encaminhava para a Casa do Pequeno Jornaleiro. Darcy Vargas!

Não tinha isso. Senador Mozarildo, eles entravam no hospital e nós jogávamos bola com eles para completar o time. E não tinha menino malandro, porque Darcy Vargas os encaminhava para o trabalho.

E, Presidente Sarney, não sou dos mais velhos, não sou da idade do Senador Alberto Silva. Estou contando uma história recente do Rio de Janeiro dos anos 60, Senador Wellington Salgado.

Darcy Vargas buscava os meninos de rua, Garibaldi. Todos encaminhavam, e nós os respeitávamos, porque estavam com trabalho.

É essa a reflexão que o PMDB faz. É esse PMDB que nasceu do trabalhismo de Getúlio, do nacionalismo, do desenvolvimentismo e do otimismo de Juscelino. É isso que temos a aconselhar.

Que entre o Governo, mas, ô Mestrinho, não vai ter turista aqui, não. Eu andei na Europa, e eles têm muito é medo! Encontrei um espanhol que disse assim: “Ah, Brasil é bom. Carnaval, pam, matou”. É essa a fama!

Então, acrescento na carta do PMDB... Ô Romero Jucá, prendem-me mais ao PMDB os mortos do que os vivos. Estou no PMDB por Ulysses Guimarães; estou no PMDB por Teotônio Vilela, moribundo de câncer, pregando o renascer; estou no PMDB por Tancredo, que se imolou; estou por Juscelino, ali cassado; estou agora por Ramez Tebet! É esse PMDB que manda, por meio desses mortos grandiosos! Estou pelo PMDB culto de Rui Barbosa, que disse que só tem um caminho e uma saída, a lei e a justiça, e que disse que o trabalho vem antes do capital, pois é ele que faz a riqueza e é ele que tem de ser prestigiado e estimulado. É essa a mensagem do meu PMDB histórico!

E essa balela de governabilidade é besteira. Eu fui Prefeitinho, Presidente Lula. Cargo honroso é de Prefeitinho. Nós administramos os nossos pais, os nossos avós, os nossos filhos, Sarney. Eu tinha minoria e estou aqui.

Governabilidade é respeitabilidade que o governante teve e tem! Ele teve a maioria, para o meu voto. Em benefício do País, da Pátria, do povo, não precisará de nenhuma negociata. Quero agradecer ao Presidente desta Casa por nos ter enviado e aos companheiros que brilharam lá, o Senador Maguito Vilela e um Deputado do PP, Dr. Benedito Dias, do Amapá.

A nossa mensagem é de Norberto Bobbio: “O mínimo que temos de exigir de um governo é a segurança à vida, à liberdade e à propriedade”.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Intercalando os oradores normalmente inscritos com aqueles inscritos para comunicações inadiáveis,

concedo a palavra ao Senador José Sarney, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta Casa ao longo de décadas, tenho falado sobre a importância do Senado Federal na história da República, dos serviços prestados por esta Casa ao nosso País. Tenho de ser breve por causa do Regimento. Hoje, Sr. Presidente, infelizmente, farei uma censura ao Senado. Hoje, vou-me permitir dizer de um erro que nós cometemos – e eu digo um erro porque eu também, como Senador, estou incluído entre todos nós.

Gosto de citar o Padre Vieira, e vou citá-lo. O Padre Vieira, quando faz o Sermão dos Peixes – ele imitava Santo Antônio –, começa a elogiar os peixes, e depois diz que vai falar dos seus defeitos. E começa. O primeiro deles; ele diz aos peixes que eles têm um grande defeito, que é os peixes grandes comerem os pequenos. Se os pequenos comessem os grandes, bastava um grande para alimentar muitos pequenos. Mas, como o grande come os pequenos, milhares e milhares de pequenos são devorados pelos grandes.

Sr. Presidente, nós votamos algo aqui nesta Casa para o que eu acho que ninguém atentou. Eu mesmo – confesso – fui surpreendido quando vi agora que nós votamos uma lei que altera o dispositivo da Lei 8009/90, de minha iniciativa como Presidente da República, que criou a impenhorabilidade da casa própria. E é uma aberração o que o Senado aprovou!

Sr. Presidente, uma das coisas de que mais tenho orgulho, de quando exerci a Presidência da República, é ter aplicado no Brasil o que se chama de *homestead*, quer dizer, a impenhorabilidade da casa própria. Quem tem o seu bem de família tem a sua casa própria, e ela não pode ser penhorada por dívidas. Isso já existe no direito americano e em quase todos os países do mundo há muitos e muitos anos, há séculos mesmo. Há mais de 100 anos, nos Estados Unidos, exerce-se o instituto do *homestead*.

Instituí esse princípio, então, quando era Presidente, e mais: acrescentei, colocando que não se podiam penhorar salários, bens de trabalho, nem aqueles das pequenas propriedades que serviam ao sustento das pessoas.

Pois bem, Sr. Presidente, chego agora e vejo que o Senado votou, aqui, não sei com que finalidade, dessas que são incluídas nas nossas leis sem que saibamos o porquê, o seguinte: a extinção desse princípio, que é basilar de direito social e de justiça social.

Incluíram este parágrafo no art. 650 da Lei 5.869/73 (Código do Processo Civil), não sei para beneficiar quem, que diz o seguinte:

“Parágrafo único. Também pode ser penhorado o imóvel considerado bem de família, se de valor superior a 1000 (mil) salários mínimos, caso em que, apurado o valor em dinheiro, a quantia até aquele limite será entregue ao executado, sob cláusula de impenhorabilidade.”

Quer dizer, limitou-se isso a R\$350 mil e pode ainda ser penhorada antes da execução final da lide. E mais ainda: o proprietário vai para fora da sua casa, do bem de família, devolvendo-se a ele como impenhorável o resto, se for maior do que R\$350 mil.

Ora, Sr. Presidente, esse é um princípio que não pode ser regulado para que se possa fazer avaliação. É bem de família e se quer assegurar que a família tenha o direito de morar. Isso eu fiz e considereei uma das maiores coisas que pude realizar! Como, no Governo do Presidente Lula, um homem que faz um programa social dessa grandeza, passa um dispositivo de lei como este aqui?

Mas não passou só este, Sr. Presidente. Passou um outro muito pior, que diz que podem ser penhorados “até 40% do total recebido mensalmente acima de 20 salários mínimos, calculados após efetuados os descontos de Imposto de Renda retido na fonte, contribuição previdenciária oficial e outros descontos compulsórios”. Assim, até 40% do que for acima de 20 salários mínimos que as pessoas tinham direito de receber, a partir de agora, podem ser penhorados por dívida!

É impossível que isso seja mantido, que o Senado possa ter aprovado. É uma aberração que o Presidente não o vete. Faço um apelo aqui: estamos pedindo, exigindo mesmo, porque não pode, Sr. Presidente.

Nenhum de nós aqui pode deixar, nem o Presidente, que prevaleça essa alteração em uma lei que é uma conquista de muitos anos. E pergunto: como isso pôde surgir? Quem se beneficia com isso senão aqueles que penhoram casas, senão aqueles, como dizia o Padre Vieira, peixes grandes que comem os peixes pequenos?

Sr. Presidente, espero que o Senado releve a minha exaltação, mas isso me revoltou, porque uma das coisas que tenho repetido ao longo do tempo é que tive a felicidade de fazer o vale-transporte, de dar o vale-alimentação, de conseguir a impenhorabilidade da casa própria. Recordo-me, a propósito, de que um dia, chegando ao aeroporto, tive de suspender uma senhora que, ajoelhada, chorava abraçada às minhas pernas dizendo que, se não fosse aquela lei, ela estaria fora de casa, não teria onde morar. E agora o Senado

passa uma lei acabando com isso! E mais: acaba com a impenhorabilidade dos salários acima de vinte salários mínimos! É inconcebível que isso subsista!

Eu, que nunca fiz discursos aqui para condenar ou censurar o Senado, acho que cometemos um erro, e erro maior ainda cometerá o Senhor Presidente da República se não vetar esses dois dispositivos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao Presidente Sarney.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exª que esclarecesse o que acaba de dizer. Quando esse dispositivo foi votado no Senado e é de autoria de quem?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Esse dispositivo foi votado na semana passada, veio em uma mensagem oriunda da Câmara dos Deputados; nela apareceram coisas desse tipo.

A confusão era tão grande, que tivemos de parar vários dias aqui no Senado para votar a redação final; não se sabia o que tinha acontecido dentro dessa lei e paramos para votar a redação final.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A medida tem origem no Poder Executivo?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – É por isso que estou pedindo, aqui e agora, a solidariedade do Senado Federal dizendo que nós erramos, mas errará mais ainda o Poder Executivo se não vetar esse dispositivo.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador José Sarney e concedo a palavra pela ordem ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi com muita atenção as palavras do Senador José Sarney e quero registrar que, pela Liderança do Governo, nós iremos acompanhar essa questão. Como o Presidente José Sarney mesmo falou, talvez na redação final não se tenha discutido essa questão; vamos, por

isso, acompanhar de perto essa posição e, inclusive, propor o veto desses dispositivos que efetivamente ferem avanços que já foram conquistados pela sociedade brasileira.

É claro que vou analisar essa questão, mas vamos discuti-la com a Casa Civil e levar ao Presidente da República a palavra do Presidente José Sarney e de todas as Senadoras e Senadores desta Casa. Essa não é uma questão pessoal, não é uma questão partidária: diz respeito a direitos da sociedade que devem ser preservados. Essa questão será tratada e encaminhada pela Liderança do Governo à Casa Civil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, segundo os búzios começam a anunciar, V. Exª será Líder no raiar do novo ano. Portanto, precisa se acostumar a ver a cautela que temos em votar pratos feitos que vêm do Palácio para cá, porque chegam envenenados. Nas vírgulas, nas filigranas, coloca-se matéria dessa natureza, Senador Arthur Virgílio. Usam nossa boa-fé, dizem que o Brasil se torna ingovernável e, na última hora, aparecem com arapucas dessa natureza e com líderes que não têm responsabilidade, líderes que não têm dever nem sequer de companheirismo, não se dão sequer ao trabalho de esclarecer fatos dessa natureza. Isso é uma vergonha!

Chamo a atenção dos companheiros para que não votem nada vindo do Governo sem ler antes com lupa. Havia nesta Casa a tradição de se honrar a palavra empenhada, mas isso não pode se manter diante da molecagem com que age o Governo, e exatamente para prejudicar o trabalhador, os menos assistidos. Esse procedimento depõe veementemente contra um Governo que, durante a campanha eleitoral, fez oposição à divisão de classes.

Solicitei a palavra, porém, Sr. Presidente, para, desta tribuna, denunciar à Nação o caos que se abate sobre o setor aéreo em Brasília. Os pousos e decolagens estão parados no aeroporto de Brasília, e as várias alegações para explicar a situação não são nada convincentes.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Quero comunicar a V. Exª que Salvador está na

mesma situação. Um neto meu deveria chegar para uma homenagem a seu pai amanhã na Câmara dos Deputados, mas ele está impedido de viajar porque os aviões estão parados. Não há Governo, não há Ministro da Defesa e agora já estou vendo que não há Aeronáutica.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quero aqui denunciar esse fato, que é grave.

Senador Romero Jucá, é preciso que V. Ex^a assuma o controle dessa articulação...

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Do espaço aéreo?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se achar por bem e quiser assumir o espaço aéreo, tenho certeza de que V. Ex^a se sairá melhor do que o que está aí, porque V. Ex^a tem-se mostrado eclético em todas as funções que lhe confiam. O que não é possível é o Brasil passar a vergonha que está passando, com aviões parados e empresários sem poderem se deslocar. Ninguém acredita em investimentos neste País porque não tem a certeza de que vai chegar a seu destino final.

Sr. Presidente, esse fato vem se agravando sem que providências enérgicas sejam tomadas. Ministros afirmam que não há buraco negro, buraco seco, buraco seja lá do tipo que for, mas a verdade é que nós estamos vivendo um caos na aviação brasileira – evidentemente, o Governo tem os jatinhos oficiais para voar, passa na frente dos que se encontram horas a fio esperando uma oportunidade de deslocamento.

Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para falar pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito.

Seguindo o critério de alternância entre a fala de um Líder e a de um Senador inscrito, falará agora o Senador César Borges. Em seguida, o Senador Arthur Virgílio falará como Líder.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a grande discussão que o País hoje testemunha, não apenas na grande mídia, mas dentro do próprio Governo, diz respeito ao crescimento de nosso País.

Este Governo que aí está, ao qual a população brasileira houve por bem dar um voto de confiança por mais quatro anos, prometeu ao País um espetáculo

chamado “espetáculo do crescimento” O Presidente Lula disse, no início de seu primeiro mandato que se extingue no final deste mês, que faria o espetáculo do crescimento, que o País cresceria a taxas compatíveis com a de seus congêneres do cenário internacional, ou seja, índices compatíveis com os da Índia – não vamos nem falar da China –, com os do México, da Rússia e assim por diante, países que crescem, em média, 5, 6, 7%. Nada disso aconteceu, sabe bem V. Ex^a. Em média, o País cresceu 2,6% nesse período.

No ano passado, um ano pré-eleitoral, o Governo e o Partido de V. Ex^a, o PT, anunciavam que o País cresceria, no ano de 2006, a taxas superiores a 4%. Poderia ser 4,5%. Alguns, mais otimistas, falavam em 5%. Ninguém acreditava nessa previsão, mas o Governo insistiu. Falaram que o País cresceria a 4%, no mínimo. Inclusive o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao ser inquirido pela Agência Brasil, no mês de julho, sobre o crescimento que não estava acontecendo até o primeiro semestre e que muitos institutos estavam revendo para baixo, disse textualmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “a economia está crescendo mais do que 3,5%. Essas pesquisas mudam a cada semana, vão ao sabor do vento. Em junho, tivemos uma redução da atividade econômica por alguns fatores”. Tivemos – segundo o Ministro Mantega – vários motivos pelos quais o Brasil não crescia: a Copa do Mundo, algumas greves, ataques do Primeiro Comando da Capital, e até o tempo seria responsável, com a chegada tardia do inverno. “Em julho já há uma aceleração da economia brasileira. A indústria automobilística acelerou, a indústria de papelão também. Há um consumo maior de energia elétrica. Já temos todos os indicadores de que a economia está crescendo acima de 4%. São pessimistas as previsões que falam em 3,5%”.

Esse é o quadro, Sr. Presidente.

O Governo insistiu nesta Casa, Senadoras e Senadores. Recordo-me bem de um pronunciamento meu que foi contraditado pelo nobre Senador Eduardo Suplicy, que dizia que os índices de crescimento eram de 4% e que não adiantava o pessimismo, porque a realidade dos números apontaria esse crescimento do País. E assim insistiu o Governo até as eleições.

Agora, diante da realidade que se avizinha de mais um ano de um crescimento pífio, de um crescimento medíocre, que talvez não alcance os 3%, todos já apontam para um crescimento em torno de 2,6% a 2,8%, incompatível com as necessidades de emprego, de aumento de renda do trabalhador brasileiro, o Senhor Presidente da República vem a público e diz: “não estou pensando mais em 2006; este ano já acabou para mim. Vamos pensar em 2007”, Senador Leonel Pavan.

O Presidente, depois de passar o ano inteiro afirmando que o crescimento do Brasil seria, no mínimo, de 4%, quiçá chegaria a 5%, agora diz que já está desprezando os números do último trimestre deste ano, que ainda serão calculados, porque reconhece que o ano é perdido. E leva a promessa à frente, para o ano de 2007. Mais uma vez este Governo está iludindo o povo brasileiro, porque não há, efetivamente, condições, não foram criadas as condições básicas, mínimas para que o País volte a crescer. Continuamos tendo taxas de juros reais que são recordes no âmbito internacional. Continuamos com a carga tributária pesadíssima sobre a produção. Continuamos com o verdadeiro apagão sobre a logística do País.

Hoje, a imprensa traz diversos números sobre o apagão da logística brasileira. E quem não tem logística, quem não tem estradas, quem não tem portos, quem não tem um sistema sequer de tráfego aéreo que esteja funcionando, haja vista o problema que está acontecendo nos aeroportos do País, trazendo tantos transtornos e receio à população brasileira e prejuízo para a economia, para as empresas aéreas, para o setor turístico nacional?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não,

Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– O que está havendo no Brasil é uma vergonha. Também quero culpar o Senado da República e a Câmara dos Deputados, porque se tivessem Senadores e Deputados capazes e com coragem como o Líder do Governo, por exemplo, que está aqui, para dizer ao Presidente da República que esse caos não pode continuar – inclusive prejudica as atividades do Congresso –, isso já teria sido mudado. Mas todos se acovardam diante desse “ditadorzinho” que aí está, esse Chávez mirim, que é o Presidente da República. Ou se acaba com isso ou não faremos sessão, e vou torpedear a sessão mesmo com dez acordos se isso não acabar. Estou vendo membros de minha família sofrendo, estou vendo o povo baiano e o povo brasileiro sofrendo e, aqui, todo mundo está indiferente, achando muito bom, conversando. V. Ex^a faz muito bem ao tratar desse assunto, porque essa vergonha nacional, infelizmente, é presidida por um Ministro baiano.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Antonio Carlos Magalhães, estamos no apagão da logística nacional, do sistema de infra-estrutura, em todos os setores de transporte em nosso País.

V. Ex^a trata do assunto transporte aéreo, que é gravíssimo pelo fato de não haver solução à vista, e o Ministro Waldir Pires é o primeiro a dizer que nada

sabe, que nada viu e que irá construir uma solução. Ora, meu Deus, essa é uma questão de emergência nacional. São vidas humanas, é a nossa vida, da nossa família, dos nossos filhos, das nossas esposas, dos nossos pais que estão utilizando o transporte aéreo e que começam a ter receio pelos diversos apagões, ora em Campo Grande; em Brasília, nem se fala.

Os controladores aéreos apontam que os equipamentos são obsoletos. Há falhas humanas, devido ao péssimo salário e à remuneração dos controladores de vôo; e um Ministro que nada sabe, um Presidente que não se pronuncia sobre o assunto. Mas a questão é um pouco mais grave, porque ela não é somente do transporte aéreo.

Hoje, estamos na iminência de um apagão no setor de transportes, nos portos, nas ferrovias. Se, no passado, este Governo podia dizer que essa questão vinha de muito tempo, agora, não há mais como dizer isso. São quatro anos que o Governo nada fez para modificar a situação que herdou. E se herdou uma situação difícil, qual é a solução? Este Governo não deu nenhuma solução, está perdido na perplexidade. E quem paga isso é a população brasileira.

Tenho um número estardaloso, Sr. Presidente. O Governo investiu, em quatro anos, R\$11 bilhões, quando precisaria investir R\$13 bilhões por ano em infra-estrutura para não termos um colapso no País.

Com isso, quero dizer que não estão criadas as condições para o País voltar a crescer em 2007. Estou falando no final de 2006; o crescimento deste País, no ano que vem, lamentavelmente será novamente píffio, Senador João Batista Motta. E não vai crescer novamente porque o Governo não tem criado as condições necessárias. E o que é pior é a perplexidade de um Presidente recém-eleito, que disse que tinha todas as soluções para o crescimento do País, mas, hoje, pede ajuda, chega a dizer que seria bom que um mágico pudesse vir dizer como destravar o País. Mas por que não disse isso antes das eleições. Só agora ele vem dizer da sua perplexidade. E aí está, infelizmente, o País em um gargalo terrível para gerar emprego e renda para a nossa população.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muita satisfação, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador César Borges, aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para fazer um apelo ao Senador Arthur Virgílio, ao Senador José Agripino, à Senadora Heloísa Helena e aos Senadores que compõem a base de Oposição nesta Casa, que não votem nada até que haja o veto dessa matéria denunciada pelo ex-Presidente Sarney. Aliás,

na realidade, a denúncia não foi feita por um exaltado ou por um oposicionista radical, mas por um ex-Presidente da República, que, nesta Casa, é conhecido pelo seu equilíbrio e pela sua serenidade. A indignação do Presidente Sarney hoje talvez tenha sido ímpar nos seus pronunciamentos. Daí por que faço um apelo ao Senador Arthur Virgílio, que não votemos nada enquanto não se proceder ao veto dessa matéria, o que é um absurdo inaceitável. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, acatando o aparte do nobre Senador Heráclito Fortes, isso é consequência das medidas provisórias. E o Congresso Nacional precisa reagir a esse estado de coisas.

Mas o lamentável, Sr. Presidente, é que o Ministro da Fazenda, que afirmou durante todo o ano que o crescimento do País seria 4%, 4,5%, 5%, procura se manter no cargo, faz articulações para continuar Ministro da Fazenda, provavelmente para continuar sempre sacando para o futuro. Ele e o Presidente da República prometem crescimento, mas não trabalham para criar a base necessária, a infra-estrutura, a logística em todos os setores. Falei, de forma específica, do setor de transportes, mas no setor de energia a situação é a mesma.

O Governo está inerte, perplexo diante dessas realidades. Em compensação, acha que o Bolsa Família é o grande programa que irá resolver todos os problemas de crescimento do País. E sabemos que não é verdade, Sr. Presidente.

Portanto, vamos continuar cobrando as palavras ditas pelo Presidente da República e pelo Ministro da Fazenda, autoridades que não podem mentir para o povo brasileiro nem enganá-lo.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela compreensão e tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador César Borges.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB no Senado Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs Senadores, o Presidente Lula se aborrece quando comparam o crescimento do Brasil, em seu governo, com o resto do mundo. Vinicius Torres Freire abordou o assunto em lúcido e recente artigo na **Folha de S.Paulo** do dia 19 de novembro.

(...)

No primeiro FHC (1995-98), o Brasil cresceu o equivalente a 70% do crescimento mundial. No segundo FHC (1999-2002), a economia planou mais raso, a 60% do que crescia o planeta. Para que o governo Lula empate

com o segundo FHC, será preciso crescer uns 3,8% neste ano.

Sabemos que não atingirá sequer os 2,8% que eu havia cravado desta tribuna, em contraposição aos otimistas e absolutamente delirantes 4% do Ministério da Fazenda.

Volto a Vinicius Torres Freire:

Na sexta-feira, economistas da Febraban, o supersindicato dos bancos, também passaram a estimar em 3% a alta do PIB 2006. O crescimento luliano seria assim equivalente a 56% do desempenho mundial.

Para não contrariar o Presidente Lula à toa, fui conferir os dados. É mais ou menos como Freire diz, ou pior. Confirmamos, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores.

Peguei as taxas de crescimento do PIB brasileiro, apuradas pelo IBGE, no *site* do Banco Central. As do produto bruto mundial, fui recolhê-las no *site* do FMI. Comparando os dados, temos que:

Nos primeiros quatro anos de FHC, de 1995 a 1998, o produto bruto do mundo cresceu, em média, 3,7% ao ano e o do Brasil, 2,6%, equivalentes, portanto, a 69% do crescimento mundial.

Nos primeiros três anos de Lula, de 2003 a 2005, o produto bruto do mundo cresceu, em média, 4,7% ao ano e o do Brasil – espetáculo! –, os mesmíssimos 2,6%, só que equivalentes a 54% apenas do crescimento mundial.

Vantagem de 15 pontos percentuais para o Governo Fernando Henrique Cardoso. A coisa não muda muito se forem incluídas as estimativas de crescimento do mundo e do Brasil para 2006.

Eu também poderia comparar os quatro últimos anos de FHC com os três primeiros de Lula, como faz Freire. A vantagem de Fernando Henrique Cardoso, nesse caso, fica em 4,6 pontos percentuais. Mas a comparação é, no mínimo, extemporânea. Vamos esperar Lula completar o segundo mandato para ver como é que ficam os quatro últimos anos dele em relação aos quatro últimos do seu antecessor.

Se é para estender unilateralmente o período de comparação, em todo caso, que tal esta: nos 10 anos a partir do Plano Real, de 1993 a 2002, o produto bruto do mundo cresceu, em média, 3,5% e o do Brasil, 2,9%, equivalentes a 83% do crescimento mundial. A vantagem de Fernando Henrique sobre Lula, nesse caso, pula para 29 pontos percentuais. Ou o crescimento do Brasil, entre 1993 e 1994, não teria nada a ver com a gestão de Fernando Henrique como Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco?

Pois é; Lula comparar o crescimento da economia brasileira no seu Governo e nos períodos imedia-

tamente anteriores, sem levar em conta o crescimento da economia mundial, é mais ou menos como cotejar o desempenho de dois aviões, sem levar em conta a força e a direção do vento.

Lula teve a sorte de pegar a economia brasileira com um fantástico vento de cauda. Faz, no mínimo, um quarto de século que o mundo não vivia três anos seguidos de crescimento tão forte como em 2003/2005. Se, apesar disso, o Brasil está patinando, é por uma de duas razões ou por ambas.

Primeira, falta potência nas turbinas, porque Lula se agarrou à política de juros e câmbio de Fernando Henrique, porém não continuou as reformas estruturais necessárias para melhorar o desempenho econômico do País.

Segunda, como piloto da economia, Lula é, sob os critérios fiscal e administrativo, inadequado para enfrentar turbulências, contrariar interesses e navegar com segurança na direção do futuro.

O Governo Lula sai mal quando se compara o crescimento econômico do Brasil com o mundo. Mas a comparação mais significativa é com a própria América Latina, porque pega o impacto da turbulência financeira do mundo sobre a região na segunda metade da década de 1990 e o vento a favor na primeira metade da década de 2000. Ou seja, turbulência para os seus antecessores e absoluta bonança no período lulista. Nesse confronto, o Governo atual apresenta desempenho ainda mais pífio.

O resumo da ópera é o seguinte: a América Latina cresceu modestos 2,5% ao ano no começo da década de 1990, enquanto o Brasil mergulhava na recessão do Governo Collor.

Em 1993 e 1994, a região acelerou para 4,6% ao ano, a economia saiu do atoleiro e acelerou ainda mais, para 5,4% ao ano, graças ao Plano Real, que, à época, Lula e seu Partido, o PT, no puro estilo “quanto pior melhor”, chamavam de estelionato e daí em diante.

O fato é que o Plano Real não só deu certo como permitiu ao Brasil atravessar inúmeras e sucessivas crises financeiras externas e sistêmicas, crescendo só um pouco menos do que a América Latina (2,6% e 3,2%, respectivamente), no primeiro Governo Fernando Henrique, e muito mais do que ela no segundo Governo (1,2% e 2,1%). Ou seja: as crises fizeram estrago em toda a região, mas o Brasil, graças às reformas estruturais, resistiu melhor e sofreu menos.

E o Governo Lula, dentro da relatividade das coisas, como se saiu? Muito mal, como sabemos! Classificando o Brasil na “lanterna” da América Latina em matéria de crescimento, à frente apenas do paupérrimo e desagregado Haiti. Mas como exatamente? Falhando no *front* ético, com escândalos que polarizaram o

País; fracassando na frente administrativa, pela inércia e pelo aparelhamento petista; claudicando no capítulo dos marcos regulatórios e restringindo a inserção de investimentos em nossa combatida infra-estrutura; vacilando no capítulo do respeito ao direito de propriedade, a partir da leniência com que tratou MST e afins; errou redondamente no campo fiscal, com a gastança pré-eleitoreira, a criação de cargos comissionados para “companheiros”, o exagerado número de ministérios, e por aí afora. Onde acertou foi na política monetária, que garantiu inflação baixa e equilibrou o quadro.

Na disputa com a pobre África subsaariana e os países retardatários da Ásia, o Brasil de Lula perdeu também. A África subsaariana, por exemplo, cresceu 5,5%, em 2005, e deve fechar este ano em posição ainda mais favorável, em torno de 5,8% ou 6%, de crescimento anual.

As opções de que dispõe o Presidente Lula – e já concluo – são cristalinas: a mediocridade, com baixo crescimento e nenhuma reforma estrutural, ou o olhar na direção da história, desviando-o das pesquisas de opinião pública, enfrentando o que tiver de ser corrigido, ainda que a de impopularidade. Repito, Senador Gilberto Mestrinho, se continuar como está, ele pode obter uma popularidade que talvez não seja duradoura e garantir o retrato três por quatro na galeria da história, ou impopularidade talvez não duradoura, com direito a registro respeitoso pelos que escreverão, no futuro, os dias que ora vivemos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Líder, Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Convido o Sr. 1º Secretário para a leitura dos trabalhos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou inscrito pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª terá a palavra após a Ordem do Dia, como primeiro Líder inscrito. (Pausa.)

Senador Demóstenes Torres, a Presidência concede cinco minutos a V. Exª enquanto organiza os trabalhos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Ministério da Educação tem muito serviço a prestar ao Brasil, pois o setor rasteja em diversas das suas áreas de atua-

ção. Em vez de suprir seus gargalos, a Pasta agora está servindo de assessoria de imprensa para divulgar decisões judiciais, mesmo aquelas equivocadas e das quais cabem recursos para corrigir seus erros. No fim de novembro, o Ministério da Educação gastou dinheiro público, por meio do uso de seus servidores e material, para propagar um suposto “estudo de medidas necessárias a preservar os interesses dos milhares de alunos da Universidade Salgado de Oliveira”, e aqui citei um trecho da nota oficial do Ministério. A medida necessária para preservar o interesse dos alunos é o respeito.

No caso, o MEC se refere a uma decisão do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro que o próprio Ministério reconhece na nota ser passível de recursos. É muito mais do que isso. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou acerca do assunto. Passo a ler trecho escrito pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Marco Aurélio de Mello, que mandou a União se abster “da prática de quais atos que impeçam a continuidade de instalação de cursos e campi da Universo em qualquer localidade em que exerça suas atividades”. Correto está o Ministro Marco Aurélio, que cita inclusive que a instalação de unidades da Universo obedece a seu estatuto aprovado pelo MEC. Conforme muito bem lembrou o Ministro do STF, o Ministério da Educação serve de arauto de decisões que contrariam a Corte Maior e as próprias autorizações do MEC.

Tudo isso poderia ser apenas uma sucessão de lapsos de um setor do Ministério da Educação e Cultura e uma seção especializada do Tribunal Regional Federal. Não entanto, não é. Esse tipo de decisão, divulgada oficialmente pelo órgão federal da área, acende um pavio que explode em fofocas, mal-entendidos, disse-que-disse. Essa comédia de erros tem efeito de tragédia quando chega à porta da Universidade. Eu estive na unidade de Goiânia, na qual estudam milhares de goianos, centenas deles ex-alunos meus, amigos e minha filha Aline, que só optou pelo curso de Direito ali, após se certificar que era a escola que mais aprovava candidatos no exame da OAB/GO. Muitos estavam apreensivos, menos pela decisão do TRF, mais pela nota oficial do Ministério da Educação.

Sr. Presidente, eu conheço a estrutura da Universo de dezenas de palestras que fiz em diversos cursos daquela unidade de ensino. Tem excelentes bibliotecas, laboratórios, auditórios e um magistral quadro de professores e servidores. Se as universidades do MEC possuísem estrutura tão privilegiada o ensino público federal não viveria o caos em que se encontra. Gestos que desconhecem esse quadro beiram a irresponsabilidade. São 75 mil alunos atualmente matriculados em 26 cursos de graduação. Ali atuam 5.746 professores

e demais trabalhadores. Possui uma atuação social relevante, pontuada por quase 30 mil bolsas de estudos a universitários carentes.

Nem desço aos detalhes do julgamento, que teve até voto de desembargador impedido de o proferir. O que interessa é o nível do ensino, que na Universo é muito acima da média. Interessa é a qualidade dos profissionais que a Universo forma, capazes de serem absorvidos pelo mercado. Interessa são as jovens mentes, que a Universo prepara para a vida. Interessam os postos de trabalho. Interessa a estabilidade, a tranquilidade e, sobretudo, o respeito à instituição, ao ensino, aos funcionários, aos professores, aos estudantes e suas famílias. Interessa o respeito igualmente à decisão do Supremo Tribunal Federal e aos documentos aprovados pelo próprio MEC. Que se respeitem ao menos as leis!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, há expediente a ser lido.

Quero comunicar à Casa que, há pouco, tivemos uma conversa com os Líderes partidários e que ficou definida a possibilidade de votarmos as autoridades, evidentemente se esse for o desejo do Plenário. Os Líderes combinaram isso, e existem indicações de autoridades sobre a mesa que precisamos votar. Haverá sessões deliberativas hoje e amanhã, na quarta-feira e na quinta-feira, com **quorum** que nos possibilite isso.

Desse modo, faço um apelo aos Líderes, ao Plenário, ao Senador Heráclito Fortes, para que possamos votar pelo menos três autoridades.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sabe V. Ex^a o respeito, a admiração e o carinho que lhe tenho, mas não há a menor condição de se votar hoje qualquer matéria. E quero poupar as autoridades do constrangimento do anúncio dos seus nomes.

Nós não podemos votar matéria, Senador Renan Calheiros, no momento em que o ex-Presidente da República José Sarney, nesta Casa, faz uma denúncia grave sobre uma votação da qual nós e os trabalhadores brasileiros fomos vítimas. Votamos matéria vinda do Governo, que foi modificada aqui pela base do Governo, trazendo prejuízo, talvez, em relação a uma das últimas conquistas que o trabalhador brasileiro tem.

Em segundo lugar, Sr. Presidente Renan Calheiros, o caos aéreo se abate sobre o Brasil, com vários aeroportos paralisados. E o Governo minimiza a crise, anunciando que, para o Natal, tudo vai correr às mil maravilhas, mas famílias e mais famílias penam horas e horas no aeroporto de Brasília, no aeroporto de Salvador, enfim nos aeroportos brasileiros. Tudo isso nos motiva a, nesta tarde, fazermos aqui, em forma de protesto, a obstrução.

Dessa forma, Senador Renan Calheiros, faria um apelo a V. Ex^a, para que não submetesse o nome das autoridades a esse constrangimento.

Espero que o Líder do meu Partido, a quem já invoquei para a compreensão deste fato, esteja de acordo ou, então, me libere para que eu adote uma posição divergente. É um protesto pela maneira como fomos tratados na matéria que aqui foi votada e em solidariedade aos brasileiros que estão padecendo nos aeroportos, sem nenhuma medida enérgica a ser tomada para minimizar a crise.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendo que esta Casa é dinâmica, como deve ser dinâmica qualquer casa política, mas tínhamos acabado de fazer um acordo. Se pudéssemos, pelo menos, votar os dois nomes das agências, seria de muita importância, porque há agências paralisadas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não quero ser injusto com os outros... Não concordo!

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu estou fazendo um apelo! Existem agências paralisadas. Seria importante que votássemos, pelo menos, esses dois nomes. Se os Líderes e os demais Senadores concordarem, está feito o meu apelo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Levanto uma questão de ordem ao Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Esses nomes estão dependendo de preenchimento há quantos meses?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – Há um ano.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Há um ano. Então, não queira resolver hoje. O que esperou um ano pode esperar mais um dia. V. Ex^a é um homem compreensivo, um homem generoso. Evidentemente, em homenagem aos brasileiros que estão vivendo pânico e caos em nossos aeroportos, V. Ex^a será o primeiro a concordar, tenho certeza, democrata que é.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vejo que há uma questão estrutural. Há algo que está por trás, é pano de fundo nesta pequena crise que o Plenário vive neste momento.

A matéria veio da Câmara, já com aquele prazo apertado, o Senado sobre ela não pode interagir...

É sempre isto que a Oposição ouve: é o Brasil que está em jogo, é a governabilidade, é a economia, enfim. O fato é que passou por nós, sem que nós criássemos, sem que nós alterássemos, essa parte da lei de conversão que agride um direito do cidadão, que é a preservação do bem de família, a preservação do direito à impenhorabilidade do seu salário, no caso exposto.

Isso nos remete a uma análise profunda – o ano está acabando e, entra ano, sai ano, é a mesma coisa – da questão das medidas provisórias e do modo pouco sóbrio com que o Governo faz uso desse instrumento. Estamos com a pauta trancada, a rigor, por nove medidas provisórias. E há mais algumas outras que já poderiam ser lidas. Uma poderia ser lida hoje, e outras que poderiam ser lidas ficarão para o ano que vem fatalmente.

Primeiramente, quero recriminar o Governo pelo uso imoderado, abusivo, de medidas provisórias. Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero instar o Presidente da República a, de fato, demonstrar sensibilidade social nesse episódio e vetar o parágrafo e o artigo questionados, com muita pertinência, com muita lucidez, pelo Senador Heráclito Fortes. Creio que se trata menos de pressão de quem quer que seja sobre o Presidente da República e mais de se o chamar à sua própria consciência. Ele, que passa sua vida dizendo que tem compromisso com os menores, com os de renda mais baixa, com os mais pobres, tem agora um momento muito claro para demonstrar, na prática, que tem compromisso com os de renda menor, fazendo esse veto e salvaguardando o imóvel de família, salvaguardando o salário dos que ganham pouco, na questão levantada tão bem pelo Senador Heráclito Fortes.

Portanto, Sr. Presidente, dito isso, eu gostaria de, aqui, por outro lado, fazer a ponderação ao Senador Heráclito Fortes. Fizemos um acordo, o qual foi fruto de um debate, na sala da Presidência do Senado, com a participação de praticamente todos os Líderes dos partidos da Casa, e não considero que seja justo nem correto recuarmos do que acordamos. Um meio termo, sim, o Senador Suassuna disse bem. Um meio termo, sim. Afinal de contas, temos de fazer um protesto, sim.

bólico que seja, contra o caos da navegação aérea. Nem sei como é que o Presidente Lula mantém ainda o Sr. Valdir Pires como Ministro da Defesa, porque Ministro não é mais, porque atitude não está tomando, porque o caos se instalou, porque as pessoas têm de pensar três vezes antes de marcarem seus compromissos aéreos de fim de ano.

Está na hora, portanto... Poderíamos romper o acordo – não é o que pretende o PSDB; o PSDB quer manter o acordo –, mas a formulação do Senador Suassuna me parece adequada. Nós nos restringiríamos aos dois nomes das Agências. Se eu pudesse optar, optaria por votar os embaixadores primeiro e não votaria agora os nomes das Agências, mas não posso, porque me comprometi na semana passada a votar nesta semana os nomes das Agências. Não quero fugir um milímetro da palavra que empenho, um milímetro sequer.

Por isso, Sr. Presidente, faço a proposta – aliás, já foi formulada pela Liderança do PMDB – de deixarmos para depois os demais nomes e votarmos os das Agências. Seriam dois nomes. Não é isso, Senador Ney? Creio que assim estaríamos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria fazer um apelo à Casa para que votássemos, pelo menos, dois nomes, Senador Heráclito Fortes e Senador José Agripino. Reduziríamos o acordo para votarmos dois nomes. Senador Heráclito Fortes, é um apelo que reitero a V. Ex^a: apenas dois.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a me deixa em uma posição delicada. Meu coração é mole diante de apelo de V. Ex^a, mas não quero ser injusto com os outros. E não há um critério que defina quem privilegiar nesta tarde. Sugiro que V. Ex^a, com sua liderança, resolva essas questões pendentes junto ao Governo, inclusive indicando, na questão aérea, pessoas responsáveis para resolver o problema.

Agora, faço um apelo a V. Ex^a: não me cause esse constrangimento de, pela primeira vez, nesta Casa, divergir de V. Ex^a. A minha biografia e o meu currículo não permitem isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a sabe que sempre procuro pautar as minhas manifestações pela sensatez, pelo equilíbrio e pelo compromisso. Sou homem de compromisso e quero reiterar aqui: acabamos de fazer uma reunião onde ninguém tocou no assunto que está incomodando todo o País, que é o colapso completo dos vôos em Brasília, o qual está

provocando colapso parcial no restante dos aeroportos do Brasil. Isso é o fim da picada, porque não é um fato novo, é a repetição. E a autoridade responsável está se saindo com evasivas. Esse é o fato que está nos chegando de última hora.

Considero de bom alvitre fazer, da parte do Senado, um grito de alerta para que, amanhã, a imprensa, a mídia registre que o Senado, a bem do funcionamento dos serviços no Brasil, entra em greve, não vota, para ver se acontece alguma coisa.

Quero fazer um apelo a V. Ex^a para que o Senado siga essa orientação, mas estou aqui tomando o compromisso de amanhã votar, de qualquer maneira, porque é preciso definir isso e porque foi feito um acordo. Reconheço que, se insistirmos em votar agora, haverá manifestação protelatória de alguns companheiros meus, com quem não vou entrar em rota de colisão. Não vou, não há hipótese. Então, a obstrução pode ser perfeitamente praticada por companheiros do PFL, do PSDB e dos outros Partidos que não concordem com a posição dos Líderes e queiram dar um grito de alerta ao País, dizendo que o Senado, depois de fazer um acordo, rebelou-se e deu um grito para mostrar ao País que não está de acordo com a passividade do Governo com um fato que está incomodando o País inteiro.

Apelo a V. Ex^a, Sr. Presidente, ao Líder Arthur Virgílio e ao Líder Ney Suassuna para que não votemos rigorosamente nada, com o meu compromisso de amanhã votarmos os nomes de todas as autoridades e as medidas provisórias pactuadas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a e ao Senador Ney Suassuna.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, eu inverteria a sugestão feita pelo Senador José Agripino. Sugiro que, a partir de amanhã, não votemos nada, mas vamos votar hoje, como V. Ex^a está propondo, pelo menos dois nomes para agências reguladoras. Houve um acordo de Líderes e, creio, S. Ex^{as} já sabiam da situação caótica dos aeroportos. A palavra está empenhada, vamos cumpri-la.

O PDT vota hoje dois nomes, como V. Ex^a propõe.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a está vendo o clima do Plenário e, por outro lado,

a disposição dos Líderes de cumprimento do acordo. Eu não gostaria de me afastar um milímetro do que foi acordado na sala de V. Ex^a, gostando ou não de todos os itens de soluções adotados por nós.

O Senador Ney Suassuna diz que o PMDB está de acordo; o Senador José Agripino, com a ponderação e com a lucidez de sempre, argumenta que se poderia fazer a votação amanhã, sendo hoje um dia marcado para o protesto – e vamos deixar bem claro que se trata de protesto, que é simbólico, porque o caos não desaparecerá amanhã. Nenhuma providência séria está sendo tomada. Está-se aproximando o Natal, e será o caos; está-se aproximando o período de férias escolares, e será o caos nos aeroportos. Ou seja, amanhã, nada ficará resolvido, mas nosso gesto ficará marcado como sendo de protesto.

O PSDB, portanto, não se opõe a que se faça a votação amanhã e se mantém de acordo com todos os itens acordados.

Fiz ressalva a algumas medidas provisórias. Fiz ressalva à Medida Provisória nº 316, quando, no interior da Oposição, há posições diversas que discuto de maneira fraterna com o Senador José Agripino, e pretendo expor a minha com muita clareza. Tenho de consultar minha Bancada nordestina em relação à Medida Provisória nº 317. Tenho problemas em relação à Medida Provisória nº 320, que regulamenta o porto seco. Tenho uma emenda que pretendo seja contemplada; é uma emenda de autoria do eminente Senador Leonel Pavan, na de nº 321.

O PSDB não tem mais problema algum, nada a obstar em relação às demais medidas provisórias. Está disposto a votar a indicação dos Embaixadores e quer cumprir o acordo em relação aos diretores das agências.

No entanto, se é essa a vontade da maioria dos Líderes, o PSDB coloca-se à disposição e de prontidão para cumprir o acordo amanhã, chamando a atenção do Governo para dois fatos. O primeiro deles é o exagero e o abuso na emissão de medidas provisórias, até na futilidade de algumas delas, na desnecessidade de tantas delas. A segunda advertência que faço é quanto à existência desse caos aéreo, que, a meu ver, vai trazer prejuízos grandes para a economia e para a vida dos brasileiros, sem deixar de mencionar um terceiro ponto: o veto que o Presidente Lula, por senso de justiça, deverá apor à medida provisória da habitação, para cumprir com seu dever de proteger os segmentos de renda mais baixa da população.

Estou, portanto, Sr. Presidente, às ordens dos demais Líderes para cumprirmos o acordo no momento em que se oferece a ocasião azada.

Quero cumprir o acordo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, insistirmos em votar agora será uma medida inócua, uma vez que já há três Senadores que pedirão verificação de **quorum**. Portanto, é mais prudente deixarmos a votação para amanhã.

Fica o registro de que tem significado este protesto de hoje, e, amanhã, faremos como bem disse o Líder do PFL, com o qual concorda também o Líder do PSDB.

Penso que isso seria o correto, mas peço a todos os Senadores que façam todo o sacrifício para, amanhã, promovermos o quórum mais elevado possível. Dessa forma, cumpriremos nosso dever.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

Senador Valter Pereira, ouviremos V. Ex^a em seguida.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão.

Estamos assumindo o compromisso peremptório de votar amanhã. O protesto que fica registrado hoje é oportuno, pois é preciso que a Nação tome conhecimento de que até o Senado se indignou com a irresponsabilidade das autoridades que têm alcance sobre o controle de voo.

Concordo que é importante esse gesto, mas eu gostaria de sugerir a V. Ex^a que a Ordem do Dia de amanhã começasse às 15 horas, ou seja, que a antecipssemos para podermos votar a indicação de autoridades e para que haja a necessária discussão das medidas provisórias, tendo em vista que pelo menos uma delas é polêmica, pois trata da concessão do aumento diferenciado de 16,6% para os aposentados. Com absoluta certeza, haverá divergências, e todos têm o direito de emitir sua opinião e suas justificativas.

Peço a V. Ex^a que, se for regimentalmente possível, antecipe a Ordem do Dia de amanhã para as 15 horas, a fim de que esgotemos a pauta, votando tudo que está comprometido pelas Lideranças para ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está superada a questão da votação, pelo que entendi. No entanto, eu gostaria de fazer uma ponderação da mais alta significação.

V. Ex^a, como os demais Senadores, deve lembrar-se muito bem de que o jornalista que estava a bordo do Legacy e que, logo em seguida, nos Estados Unidos, comentou o acidente ocorrido com o avião da Gol, fez duras críticas ao sistema de tráfego aéreo brasileiro.

V. Ex^a sabe muito bem que esse assunto tem repercussões no exterior.

Hoje, a imagem do Brasil está sendo colocada em dúvida pelas notícias sobre a crise que está afetando o tráfego aéreo brasileiro.

É preciso que o Governo entenda que a incompetência não pode ser uma mercadoria vendida lá fora e que está na hora de tomar uma medida enérgica para preservar a imagem do Brasil, hoje afetada por essa crise que parece nunca ter fim. Quando se pensa que se chegou ao fundo do poço, descobre-se que ele é falso.

Assim, é preciso que o Senado Federal tome uma atitude, a fim de induzir o Governo a tomar uma posição séria, porque a imagem do Brasil pode estar sendo associada a essa crise que parece não ter fim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Diante das evidentes manifestações do Plenário, vou encerrar a sessão, convocando sessão ordinária para amanhã, cuja Ordem do Dia iniciar-se-á às 15 horas, como sugerido pelo Senador José Agripino.

São os seguintes os itens:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 22, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 316, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 316, de 2006), que altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991 e 9.796, de 5 de maio de 1999, aumenta o valor dos benefícios da previdência social; revoga a Medida Provisória nº 316, de 11 de agosto de 2006; dispositivos das Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.444, de 20 de julho de 1992 e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e da Lei nº 10.699, de 9 de julho de 2003.

Relator revisor:

Prazo final: 8.12.2006 (sexta-feira)

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 317, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 317, de 2006), que altera dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação

de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, e dá outras providências.

Relator revisor:

Prazo final: 14.12.2006 (quinta-feira)

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 318, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 318, de 2006, que abre crédito extraordinário no valor global de oitocentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Educação, da Justiça, das Relações Exteriores, da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 20.12.2006 (quarta-feira)

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 319, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 319, de 2006), que institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

Relator revisor:

Prazo final: 22.12.2006 (sexta-feira)

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 25, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 320, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 320, de 2006), que

dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira; alterando as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.019, de 30 de março de 1995, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.716, de 26 de novembro de 1988, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 10.893, de 13 de julho de 2004, e os Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, 1.455, de 7 de abril de 1976, e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revogando dispositivos dos Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, e 2.472, de 1º de setembro de 1988, e das Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, e 10.893, de 13 de julho de 2004; e dá outras providências.

Relator revisor:

Prazo final: 22.12.2006 (sexta-feira)

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 26, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 321, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 321, de 2006), que *acresce art. 18-A à Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências.*

Relator revisor:

Prazo final: 20.2.2007

7

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 322, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 322, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, no valor global de vinte e quatro milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 22.2.2007

8

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 323, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 323, de 2006, que *autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde – OMS, destinada a apoiar a viabilização da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose – Cicom/Unitaid, no valor de até treze milhões e duzentos mil reais.*

Relator revisor:

Prazo final: 22.2.2007

9

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 324, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 324, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, da Justiça, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, da Defesa, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Cidades, no valor global de um bilhão, quinhentos e quatro milhões, trezentos e vinte e quatro mil e quinhentos e setenta e quatro reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 14.3.2007

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 435, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.211, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.

11

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do

Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 30, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 66, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras*.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

29, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que *altera os arts. 14 e 82 da Constituição Federal, para aumentar o prazo do mandato do Presidente da República e proibir a reeleição*.

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que *dá nova redação ao § 5º do artigo 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para Prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos*.

Pareceres sob nºs 611, de 1999; e 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, — 1º pronunciamento: (somente sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Agnelo Alves, Edison Lobão, José Alencar, Lúcio Alcântara, Romeu Tuma e Sérgio Machado e, abstenção do Senador Antônio Carlos Valadares; e — 2º pronunciamento: Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que *dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos e fixa em cinco anos a duração de seus mandatos*.

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 70, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que *dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos*.

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 97, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 70, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que dá

nova redação ao § 5º do art. 14 e ao inciso II do art. 29 da Constituição Federal, vedando a reeleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos, e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos, a partir de 2006.

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 41, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais*.

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005 (nº 3.605/2004, na Casa de origem), que *modifica o art. 520 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, conferindo efeito devolutivo à apelação, e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 197 e 1.035, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: (sobre o Projeto) Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Sibá Machado, favorável.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que *autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias*.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que *altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências”* (torna obrigatória a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas).

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito* (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle*.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público e dá outras providências*.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2006 – COMPLEMENTAR

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006 – Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar*.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, que *dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, e dá outras providências*.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que *altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de*

7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho processório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.

31**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

32**REQUERIMENTO Nº 1.163, DE 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.163, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.215, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino), solicitando que sejam apresentados votos de solidariedade para com todos os que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante e para com os valores democráticos e liberdades defendidos pelos pais fundadores da nação estadunidense, que podem estar ameaçados por medidas arbitrárias sob a égide das necessidades de segurança.

**MATÉRIAS A SEREM DECLARADAS
PREJUDICADAS:**

33**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, DE 2005**

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho; e*

34**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2006**

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal.*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Arthur Virgílio e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Wagner faz apologia da mentira”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 25 de outubro do corrente.

A matéria destaca que o candidato tucano à Presidência da República, Geraldo Alckmin, reagiu a declarações do coordenador da campanha do presidente Lula de que envolvidos no escândalo do dossiê Vedoin tem o direito de mentir.

Sr. Presidente requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A10 | NACIONAL | QUINTA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2006
O ESTADO DE S. PAULO

Eleições 2006

CPI só ouvirá petistas após eleição

Decisão de Biscoia de marcar depoimentos a partir do dia 31 é alvo de protestos de integrantes da comissão

Eugênia Lopes
BRASÍLIA

Integrantes da CPI dos Sanguesugos protestaram ontem contra a decisão do presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscoia (PT-RJ), de marcar os depoimentos dos petistas envolvidos no escândalo do dossiê Vedoin para depois do segundo turno das eleições.

Biscoia agendou para dia 31 a ida à CPI de Jorge Lorenzetti, ex-chefe de inteligência da campanha de Lula; Gedimar Passos, ex-agente da Polícia Federal, e o empresário Valdebran Padilha — os dois últimos presos com o R\$ 1,75 milhão destinado à compra do dossiê, que serviria para tentar ligar tucanos à máfia de venda superfaturada de ambulâncias a prefeituras, com recursos de emendas parlamentares ao orçamento.

"Estranhamente, não vamos ter reunião da CPI na semana que vem", criticou o deputado Júlio Delgado (PSB-MG). "Não sei a razão. Algumas pessoas poderiam ser ouvidas agora", disse o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP). "Do ponto de vista político, era interessante marcar os depoimentos o mais rápido possível. Mas do ponto de vista da investigação creio que não é possível a CPI chegar à frente da PF", ponderou o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ).

Anteontem a CPI decidiu con-

vocar 8 petistas envolvidos com o dossiê. Aprovou também convite a depor, no caso das ambulâncias, para quatro ex-ministros da Saúde: os tucanos José Serra e Barjas Negri, Humberto Costa, do PT, e Saraiva Felipe, do PMDB. Todos os depoimentos serão depois da eleição.

CÓPIA

O vice-presidente da CPI, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), passou o dia analisando o inquérito aberto em Mato Grosso sobre o dossiê. Ele e Sampaio devem ir hoje a Cuiabá obter cópia do relatório do delegado Diógenes Curado. "É possível que o relatório apresente indícios veementemente da origem do dinheiro.

FRASES

Júlio Delgado
Deputado (PSB-MG)

"Estranhamente não vamos ter reunião da CPI semana que vem"

Carlos Sampaio
Deputado (PSDB-SP)

"Algumas pessoas poderiam ser ouvidas agora"

Pode até caracterizar ação partidária, ou seja, que o PT fez um movimento que é criminoso sob o enfoque eleitoral", disse Sampaio. Depois de ler o inquérito, o tucano confirmou que o dinheiro para o dossiê veio do PT. "Agora, aonde o PT foi buscar o

dinheiro é que não se tem. E a expectativa é de que o delegado diga isso em seu relatório."

No pedido de quebra de sigilo telefônico de Valdebran e Gedimar, Curado diz que "há provas nos autos de que o dinheiro teria vindo do PT, porém os verdadeiros financiadores do dossiê não se apresentaram até o momento". O texto, ao qual o Estado teve acesso, afirma: "Os fatos estão cobertos sob um manto de dúvidas e mentiras, sendo necessários esforços no sentido de se descobrir a verdadeira origem do dinheiro, posto que, se fosse lícita, o proprietário já teria se apresentado."

Segundo Jungmann, o juiz da 2ª Vara Federal de Cuiabá Jefferson Scheinmeyer, responsável pelo inquérito, disse que "os criminosos que fizeram o traslado e a retirada do dinheiro para a compra dos documentos são profissionais". "É coisa de criminoso, bandido profissional e competente."

Ele reclamou que a PF demora em enviar à CPI a quebra do sigilo telefônico de Hamilton Lacerda, ex-assessor da campanha do petista Aloizio Mercadante ao governo paulista. Também cobrou o rastreamento feito pela PF dos dólares apreendidos com Gedimar e Valdebran. "O juiz já autorizou o envio desses dados à CPI, mas até agora a PF não encaminhou nada."

COLABOROU SÔNIA FILGUEIRAS

Heloísa compara PT a facção criminosa por elo com dossiê

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM GOIÂNIA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A candidata do PSOL à Presidência Heloísa Helena classificou o PT como “organização criminosa” ao comentar, ontem, a participação de membros do partido na compra de dossiê contra tucanos.

“Sei que existem militantes, dirigentes e parlamentares do PT que são honestos, mas infelizmente a cúpula palaciana do partido, em conluio com o governo Lula, está virando uma organização criminosa capaz de qualquer coisa.”

Em Brasília, Heloísa disse estar triste por ver o partido onde militou na juventude envolvido

em irregularidades, mas disse não estar surpresa. Antes, em Goiânia, dissera que o “dinheiro sem origem” de escândalos envolvendo o PT pode ter relação com “narcotráfico e o crime organizado”. E atacou Lula.

“Se o presidente não estivesse envolvido diretamente em toda essa bandalheira (...), teria investigado primeiro os dólares nas peças íntimas do vestuário masculino de um dirigente petista”, disse ela, em alusão à prisão de assessor do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão de José Genoíno. Questionada se acusava Lula de ter elo com o crime organizado, respondeu: “É preciso investigar. Se não, fica sob suspeita”.

O SR ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Voto pela democracia”, de autoria do ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 1º de outubro do corrente.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu artigo, tece comentários sobre a eleição deste primeiro de outubro e afirma que “A democracia precisa consolidar-se como sistema em que as escolhas se baseiam em informações, na deliberação e não na

manipulação das massas, no controle de uma burocracia partidária ou na idolatria de um líder”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, solicito que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Voto pela democracia

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Sociólogo, foi presidente da República

Hoje, cerca de 100 milhões de brasileiros vão às urnas. Sabemos das distorções de nossa democracia. Apesar disso, se fizermos a reforma eleitoral e introduzirmos o voto distrital, se o Congresso não anular a cláusula de barreira e assegurar na legislação a fidelidade partidária, teremos dado passos importantes. Faltá, entretanto, o principal: que os partidos tenham um significado mais claro para o povo e que o mundo político não continue tão afastado da sociedade. O resto dependerá da consolidação da democracia em sentido amplo, com maior acesso à informação, melhor sistema educacional e maior disponibilidade de canais para a participação de segmentos crescentes da sociedade no processo deliberativo e não apenas no processo eleitoral.

Estamos longe desse ideal. Nem por isso o significado do voto deve ser diminuído. Ganhe quem ganhar (e eu luto para que Geraldo Alckmin seja eleito), a voz das urnas será acatada e seu significado precisará ser decifrado. Depois da avalanche de escândalos e da desfaçatez do presidente em se livrar de qualquer responsabilidade pelas muitas arbitrariedades e falcaturas que seus mais íntimos colaboradores e os líderes de seu partido orquestraram, seria de pasmar que ele ganhasse no primeiro turno. Entretanto, mesmo que a votação em Alckmin e nos demais candidatos de oposição nos leve ao segundo turno, como acho desejável e possível, uma enxurrada de votos será despejada no novo taumaturgo, o homem que se cre

a encarnação viva de nossa história e dos destinos do país e que, só por esquecimento, não proclamou a independência no último sete de setembro.

Entende-se que milhões de votos que o sufragarão venham do povo mais pobre e também dos beneficiários do setor financeiro e de alguns setores das atividades econômicas ou da burocracia pública. Há razões concretas para isso. Afinal, dada a conjuntura econômica mundial favorável, dada a continuidade da “herança maldita” com seus desdobramentos nas políticas públicas, houve melhoria das condições de vida e na economia. Nesse caso, o voto encontra apoio em interesses concretos e legítimos. Mas não é só isso que está em causa.

Até passado recente, milhões de brasileiros tinham confiança quase ilimitada em Lula. Ele se notabilizara como líder sindical que expressava um momento novo da sociedade e era autêntico. Recusava epítetos ideológicos e, quando perguntavam se era de esquerda ou socialista, respondia que era operário mecânico. Tosco, mas vigoroso e verdadeiro. Conheci-o de perto nessa época e o respeitava como pessoa e como símbolo. Esse respeito se manteve nas campanhas em que lutamos juntos, nas em que fomos adversários e naquela em que ele foi vencedor. Sempre o achei mais símbolo do que líder, e digo isso não para diminuí-lo, posto que líderes há muitos e símbolos são poucos.

Entristece-me vê-lo agora despedaçando seu significado e se transformando em um político banal, esperto, que diz uma coisa hoje, outra amanhã, que beija a mão em que cuspiu e outra coisa

não faz com o prato no qual está comendo, a “herança maldita”, como a qualifica. Tenta desfigurar o enorme esforço feito pelo país, com o Plano Real, a reconstrução do Estado, a renovação das políticas públicas, a rede de proteção social, a consolidação da democracia e a luta por um Brasil mais decente.

Que ele se pense pai dos pobres e mãe dos ricos, que creia ser alguém que não erra nem dá o braço a torcer, que nada tem a ver com os desvios de conduta de seus ministros, dos dirigentes políticos que escolheu ou de auxiliares próximos, tanto melhor para seu conforto. O grave é quando seus partidários o acompanham nesse sentimento: a reação do presidente do PT, acusado pelo presidente de responsável pela montagem do grupo que urdiu o infame dossiê Cuiabá, “se Lula falou, está falando”, é a demonstração cabal do aviltamento do que outrora se considerava e era um partido de esquerda. Um partido que nasceu para ampliar a participação popular transformou-se em máquina burocrática que a sufoca.

Um partido que nasceu reformador na esquerda e um líder que veio para renovar caíram na armadilha do clientelismo e do patrimonialismo, vestindo-os com os trajes “modernos” da sociedade em redes: se encastelaram no Estado, formaram novos anéis burocráticos, se articularam com os interesses da grande empresa. Dispondo das técnicas de espionagem e de “expropriação” herdadas do romantismo revolucionário, ampliaram de muito a capacidade de se informar e de utilizar as brechas do controle social para

obter recursos ilegítimos.

O que está em jogo é, portanto, muito mais do que discutir até que ponto houve avanços sociais ou econômicos no governo Lula e compará-los com o governo passado. Quantos ditadores ou populistas justificaram seus arbítrios e aumentaram sua popularidade alegando ganhos materiais, reais ou imaginários, para o povo? Não estou falando de chavismo ou coisa que o valha. Lula é bastante conservador e nada tem de antiamericano ou de antiglobalização para arriscar-se a tais propósitos. Falo de algo mais essencial: o abastardamento da função pública, o fomento à arapongagem particular ou partidária, o avanço do PT e seus aliados no controle da máquina pública e das empresas do Estado, transformando-as em instrumentos vis a serviço da sordidez, como se viu na quebra de sigilo da Caixa Econômica ou agora no envolvimento de um diretor do Banco do Brasil em operação de chantagem. Em suma, o desvirtuamento da democracia.

A democracia precisa consolidar-se como sistema em que as escolhas se baseiam em informações, na deliberação e não na manipulação das massas, no controle de uma burocracia partidária ou na idolatria de um líder. Quem mina o ideal democrático com essas práticas não pode receber o apoio dos democratas. Além das qualidades intrínsecas que Geraldo Alckmin possui para receber o voto, há, portanto, uma questão de princípio envolvida na decisão eleitoral. Os eleitores têm motivos suficientes, portanto, para barrar o descabro das instituições e a desmoralização das práticas democráticas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo do jornalista Clóvis Rossi, intitulado “Pior que república bananeira”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 21 de setembro do corrente.

Segundo o artigo só em um país de seriedade zero, como o Brasil, o presidente da República pode continuar a pretender ser inocente quando os seus mais graduados assessores têm contas a prestar à polícia e à Justiça.

Sr Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Pior que república bananeira

SÃO PAULO - Só em um país de seriedade zero, como o Brasil, o presidente da República pode continuar a pretender ser inocente quando os seus mais graduados assessores têm contas a prestar à polícia e à Justiça.

Com a queda de Ricardo Berzoini, presidente do PT, do cargo de coordenador de campanha, tem-se o seguinte: todos os dois homens que exerceram papel idêntico ou similar nas duas campanhas de Lula caíram por algum tipo de trambique. Antonio Palocci, coordenador do programa de governo na campanha de 2002, por abuso de poder, ao determinar a violação do sigilo bancário de um caseiro.

Agora, cai Berzoini, que mentiu uma e outra vez sobre sua participação no ato (“abominável”, segundo o presidente) de negociar o dossiê contra os tucanos.

Nem Lula, sempre disposto a afaçar os seus, mesmo aqueles que cometem crimes, agüentou o tranco e, mais uma vez, livrou-se do inconveniente para tentar não ser mais pre-

judicado.

A queda de Berzoini atinge o terceiro presidente consecutivo do PT, depois de José Dirceu e José Genoino, todos também baleados pela onda de escândalos em que se especializou o lulo-petismo.

Fora a cúpula, há todos os demais envolvidos menos notórios, mas não menos próximos do presidente da República (churrasqueiro, segurança, o homem do BB).

Depois tem petista que reclama quando o procurador-geral batiza a cúpula do PT de “organização criminosa”. É pouco, conforme se vê dia após dia.

Como se não bastasse, cai também um assessor de Aloizio Mercadante (que, não surpreendentemente, diz que de nada sabia). Prova definitiva e cabal que meter a mão em matéria fecal tornou-se hábito disseminado por todos os cantos e correntes do PT. Nem em república bananeira se vê mais uma história tão sórdida, tão baixa.

crossi@uol.com.br

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Grampos no tribunal”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, de 20 de setembro do corrente.

A matéria destaca que a espionagem contra ministros da corte eleitoral é um ataque grave às instituições e não pode ficar sem punição.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Grampos no tribunal

Espionagem contra ministros da corte eleitoral é ataque grave às instituições e não pode ficar sem punição

CLIPSADO pelo chamado escândalo do dossiê, o episódio dos grampos telefônicos no Tribunal Superior Eleitoral não inspira menos preocupação do que a maldada tentativa de compra de informações contra os candidatos José Serra e Geraldo Alckmin por parte de integrantes do PT.

Numa inspeção de rotina nos aparelhos instalados na corte, nas residências dos ministros e em telefones celulares, foram identificadas escutas irregulares destinadas a registrar as conversas de algumas das principais autoridades judiciais do país. O presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, o vice, Cezar Peluso, e o juiz Marcelo Ribeiro, ministro responsável pela análise da propaganda eleitoral de candidatos à Presidência da República, tiveram seus telefones grampeados.

A espionagem, infelizmente, parece um negócio em franca expansão no Brasil. Gravações telefônicas, filmagens e outras bisbilhotices ilegais proliferam de modo indiscriminado e instauram um ambiente de insegurança e ameaça constante.

Descobertos nos últimos dias da campanha eleitoral, os grampos envolvem nítidos interesses partidários. O ministro Marcelo Ribeiro, o terceiro alvo da escuta clandestina, tem sido um dos mais severos magistrados na punição a irregularidades na propaganda dos candidatos.

Desde o início da campanha, por determinação do TSE, a can-

didatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição já perdeu mais de 10 minutos em programas e inserções. Seu principal adversário, Geraldo Alckmin, foi proibido de reapresentar mensagem considerada ofensiva ao petista. Representações em análise no tribunal ameaçam cortes ainda maiores na propaganda situacionista. Caso todas as queixas sejam acatadas, o presidente poderá perder 12 minutos em inserções e 37 minutos nos programas.

Agrava a situação o fato de a espionagem não se restringir, potencialmente, ao âmbito eleitoral. Além de ministros da corte eleitoral, Marco Aurélio Mello e Cezar Peluso também ocupam cadeiras no Supremo Tribunal Federal, a mais alta instância do Judiciário nacional. Está sob ameaça, portanto, a integridade da principal corte do país.

A Polícia Federal anunciou a abertura de inquérito para investigar a origem das escutas. A mais leve suspeita de que possa haver envolvimento de agentes públicos basta para que o caso seja tratado como prioridade e envolva também o Ministério Público. Infelizmente, a própria natureza do delito praticado dificulta a obtenção de esclarecimentos e a reunião de provas.

Essa intensa atividade de “arapongagem” é em parte seqüela dos serviços de segurança do período militar, quando, sob os auspícios do Serviço Nacional de Informações (SNI), foi desenvolvido um extenso e ameaçador dispositivo de espionagem. Como a democracia não pode aceitar nenhuma herança autoritária, assegurar punição exemplar aos que patrocinaram os grampos ilegais na corte eleitoral é a melhor maneira de impedir o re-
crudescimento dessa chaga.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais do que aviões de carreira no ar, agora sujeitos a atrasos monumentais, há cenas muito além das manifestações “alopradas” e elas não nos permitem acreditar no retorno do PT à sonhada condição de partido exemplar, como pretendem alguns de seus membros que pensam mais seriamente.

Uma delas ocorreu no recente encontro do PT em São Paulo: o protagonista do quebra-quebra na Câmara, Bruno Maranhão, revelou-se estrela ascendente.

Está ele de volta à direção nacional petista, dizendo, com todas as letras da sem-cerimônia, que foi um dos cabos eleitorais de Lula.

Não contente em proclamar seu triunfal regresso, teve a graça de proclamar que o episódio de vandalismo que ele comandou no Anexo II da Câmara está superado.

E ainda, com a face mais limpa do mundo afirmou que “o Governo não precisa se preocupar com novos ataques. Esta é uma nova época, de pacificação.”

Em poucas palavras, aprontou e delinqüiu, para depois se auto-inocentar.

Não admite punição para seus exageros, como se a balbúrdia que liderou na Câmara fosse a coisa mais natural do mundo.

Pobre Brasil!

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o segundo assunto é para pedir à Mesa que conste dos Anais, o texto da entrevista que o presidente da Radiobrás, jornalista Eugênio Bucci, concedeu à jornalista Vera Magalhães e foi publicada na edição do dia 29 de novembro último da **Folha de S.Paulo**.

Nessa entrevista, Eugênio Bucci dá verdadeira lição a respeito do papel da comunicação social num governo democrático. Diz não caber ao Governo usar verbas de publicidade para dar incentivo a meios de comunicação. E assinala:

“O Governo, quando compra espaço publicitário, deve seguir critérios técnicos.”

Outro ponto importante é a defesa que ele faz da linha que imprimiu à Radiobrás e que tem causado descontentamento em áreas do Governo e do PT. Eugênio Bucci ressalta que, sendo empresa estatal, ela é do Estado e não do Governo. Portanto, deve noticiar tudo, agrade ou não ao Governo, tendo apenas o cuidado de não fazer

críticas, análises, interpretações ou reproduzir declarações ou informações sem identificar a procedência. É com isso que alguns setores petistas não se conformam. Queriam ver a Radiobrás partidarizada, noticiando somente o que fosse de interesse do Governo.

O presidente da Radiobrás contestou também o conselho de petistas, segundo o qual a imprensa deveria fazer auto-reflexão da cobertura do Governo Lula. Disse ele:

“Quem tem de discutir a imprensa não é o governo. A imprensa tem de discutir o Governo, mas não o contrário.”

Pela sua importância e atualização, as declarações do jornalista Eugênio Bucci merecem figurar nos Anais desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

São Paulo, quarta-feira, 29 de novembro de 2006 FOLHA DE S.PAULO **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

À frente da Radiobrás, Bucci critica PT

Presidente da estatal discorda do conceito defendido pela sigla de incentivar veículos de comunicação "independentes"

"A imprensa tem de discutir o governo, não o contrário", afirma o jornalista, que não teve ainda uma definição sobre permanência no cargo

VERA MAGALHÃES

DO PAINEL, EM BRASÍLIA

O presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, diz que não cabe ao governo usar verbas de publicidade para dar incentivo a meios de comunicação, discorda do conceito defendido pelo PT de "veículos independentes" e avalia que não cabe ao governo fazer análise de mídia. Para Bucci, não cabe à Radiobrás ser "porta-voz" nem fazer "propaganda" do governo. Ele defende a gestão da empresa, marcada pelo planejamento estratégico e pela "impessoalidade no trato da informação". Bucci entregou o cargo a Lula após a eleição, mas ainda não conversou com ele a respeito.

FOLHA - Bernardo Kucinski escreveu artigo em que critica a condução da Radiobrás no governo Lula, dizendo que ela teve "vergonha" de ser estatal. Como responde a isso?

EUGÊNIO BUCCI - A Radiobrás e seus funcionários jamais tiveram vergonha de ser integrantes de um sistema estatal. A Radiobrás é uma estatal e, portanto, tudo que ela não pode ser é partidária. Sendo uma estatal, ela não pode se arvorar a ser porta-voz da causas que supostamente sejam abraçadas pelos integrantes do governo federal. Não pode fazer assessoria de imprensa, atuar como porta-voz do governo ou fazer propaganda de governo. Essas funções são da administração direta. O vício do governismo é uma face do partidarismo. As falas das autoridades do governo entram nas reportagens da Radiobrás entre aspas, são falas de fontes que nós ouvimos, não são parte de um programa, de uma plataforma expressa da Radiobrás. Ela não existe para assumir a defesa de autoridades, ela existe para bem informar o cidadão.

FOLHA - Como o sr. responde à crítica de que a Radiobrás deixou de construir uma "narrativa própria" do governo Lula?

BUCCI - O que significa "narrativa própria" de governo? Eu não consigo entender o significado dessa expressão. Quem teria essa incumbência é quem tem a voz do governo. Portanto, quem ocupa postos na administração direta, que é o governo por excelência. Evidentemente que não pode ser o reportariado da Radiobrás o incumbido de estabelecer tal categoria política cujos contornos eu desconheço.

FOLHA - Na crise política a Radiobrás discutiu como cobriria denúncias como o mensalão?

BUCCI - Com os escândalos de corrupção ou com a cobertura das políticas públicas, o procedimento é o mesmo. Há traços distintivos entre a cobertura geral da mídia e a da Radiobrás. A gente nunca usa uma informação em "off", seja uma declaração, seja um extrato de um documento ou uma imagem. Tudo o que nós publicamos tem origem declarada e tem crédito. Nós não fazemos interpretação, não fazemos opinião, análise, crítica. Damos os fatos, as declarações, os contextos para que o cidadão componha a sua narrativa. Isso é fundamental para entender como nós cobrimos o mensalão: com normalidade, buscando informações oficiais em vários lugares onde isso estava sendo apurado, nas estatais, no Ministério Público ou no Congresso.

FOLHA - Houve alguma ingerência do Palácio do Planalto na Radiobrás?

BUCCI - Não. Não houve. É importantíssimo que fique claro.

FOLHA - Na eleição, o PT chegou a discutir uma proposta de incentivo a veículos de mídia "independentes". Como o sr. vê essa discussão?

BUCCI - Acho que deve ser feito um reparo

não ao PT, mas ao linguajar que essa discussão acabou consagrando, que é a expressão veículos independentes. Por definição, um veículo jornalístico independente é aquele que extrai os recursos para seu sustento diretamente da sua atividade principal. Um jornal independente é aquele cuja receita de vendas, assinaturas e de publicidade é suficiente para custear sua operação. É independente porque não depende nem de verbas públicas nem da participação privilegiada de um anunciante em particular. Eu acho engraçado porque, nessa discussão, quando se refere a veículos independentes está-se falando justamente de veículos dependentes. Verba de publicidade de governo não pode ser usada para estabelecimento de política de estímulo a veículos de comunicação. O governo, quando compra espaço publicitário, deve seguir critérios técnicos.

FOLHA - Outra idéia no PT é a de que a imprensa deve fazer uma auto-reflexão da cobertura do governo Lula e das eleições. O sr. concorda?

BUCCI - Quem tem de discutir a imprensa não é o governo. A imprensa tem de discutir o governo, mas não o contrário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de receber uma interessante brochura editada da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF comemorativa do décimo aniversário de sua fundação. O documento relata as conquistas da entidade ao longo desse período, destacando os investimentos das concessionárias do transporte ferroviário, as inovações tecnológicas, o incremento da competitividade e, como corolário de todos esses fatores, o aumento da participação dessa modalidade na matriz de transporte de carga no Brasil.

A divulgação das conquistas da entidade nesses dez anos praticamente coincide com o anúncio feito pela Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, de que o Governo Federal aplicará 55 bilhões e 700 milhões de reais no plano de investimentos para o setor de transportes nos próximos quatro anos. É gratificante, Sr. Presidente, perceber neste momento uma sintonia entre as autoridades federais e os transportadores ferroviários quanto à necessidade de aprimorar a infra-estrutura logística e eliminar os entraves que ainda persistem no setor, apesar de que muitos melhoramentos já foram implementados.

Antes de abordar a publicação da ANTF, quero destacar rapidamente algumas informações do anúncio feito pela Ministra Dilma Rousseff, dada a importância do setor de transportes para minimizar os desperdícios, reduzir o custo Brasil e aumentar as exportações.

Segundo relatam os meios de comunicação, as prioridades governamentais para os próximos anos serão as rodovias, os portos e as ferrovias. O setor ferroviário terá dois bilhões de reais para manutenção e construção de cinco integrações, no município catarinense de São Francisco do Sul, no Recôncavo Baiano, nos trechos Triângulo Mineiro-Belo Horizonte e Ipiranga-Guarapuava, no Paraná, e no ferroanel de São Paulo. A verba destinada à expansão das ferrovias está estimada em nada menos que 12 bilhões de reais e possibilitará a construção de novos trechos e prolongamentos na Ferrovia Norte-Sul e na Transnordestina, além da construção da ferrovia Bahia-Oeste, entre outros.

Essa determinação do Governo Federal, acredito, deve corresponder em boa parte à expectativa das concessionárias das ferrovias – uma modalidade que se destaca pela alta competitividade no deslocamento de grandes volumes e em grandes distâncias.

Com essas características, aliadas às condições de segurança e economia, e em função dos investimentos realizados pelas concessionárias, não é de surpreender que a participação das ferrovias na matriz do transporte de carga em nosso País tenha saltado de 20%, no início do processo de desestatização, para

26% em 2005. O total de toneladas transportadas no ano passado pelas empresas do setor, nos 28.143 quilômetros de malha ferroviária, foi 62% maior do que o montante movimentado em 1997.

“O Governo Federal deixou de acumular um déficit que chegava a 2 bilhões e 200 milhões em 1997 e, desde então, arrecadou mais de 5 bilhões e 600 milhões de reais em impostos, CIDE, concessões e arrendamentos”, diz o documento da ANTF, acrescentando: “Quem também saiu ganhando foram os trabalhadores, com a geração de mais de 30 mil empregos diretos e indiretos em função do aquecimento desse mercado nas áreas industriais, de consultoria e logística”.

A brochura da ANTF informa que a Associação, para que esse crescimento tenha continuidade, dedica-se agora a contribuir com a eliminação de entraves ainda não eliminados no setor. Esse aspecto, por sinal, foi enfatizado em recente artigo do presidente da MRS Logística, Júlio Fontana Neto, que frisou serem os 28 mil quilômetros da malha ferroviária brasileira cortados por nada menos que 12.500 passagens de nível. “Destas – continua Fontana –, 2.503 foram classificadas como críticas, considerando fatores como risco para pedestres e motoristas e interferência no tráfego”.

Para corrigir essa situação, é necessário implementar um programa de obras nesses cruzamentos, de forma a garantir a segurança e reduzir os transtornos para a comunidade; e, também, para permitir o aumento da velocidade média das composições, melhorando o desempenho do transporte de carga. Parte das verbas anunciadas pelo Governo Federal, aliás, destina-se exatamente a eliminar esses gargalos, como já vimos, o que abre boas perspectivas para o transporte ferroviário.

A Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários lista, na citada publicação, numerosos melhoramentos logrados pelas empresas associadas na última década. Para não ficar enfadonho, citarei apenas alguns, começando pela retomada das obras da Ferronorte, em 1997, pela Brasil Ferrovias; a aquisição das ferrovias argentinas Meso e BAP, em 1999, pela América Latina Logística, que passa a tornar-se uma multinacional brasileira; a marca de 1 milhão de toneladas transportadas pela Ferropar, no mesmo ano; a criação da Universidade Corporativa da ALL, em 2000; a inauguração do Centro de Pesquisa e Treinamento Ferroviário, um dos mais modernos do País, pela Companhia Vale do Rio Doce, em 2001; o teste, com sucesso, do trem de 412 vagões da EFC, em 2002, e o início da operação do trem de 320 vagões, com quase três quilômetros de extensão, pela EFVM, no mesmo ano; o investimento de 1 bilhão e 900 milhões de reais da EFVM, que se consolidou como a principal operadora logística do País; o início do funcionamento

da Academia MRS, em 2004, voltada para qualificação, treinamento e desenvolvimento; a diversificação da carga transportada pela Teresa Cristina, com o início do transporte de produtos cerâmicos, naquele mesmo ano; o investimento da CFN para se tornar líder de logística no Nordeste, em 2005; ainda em 2005, a criação da Escola de Tecnologia Ferroviária da Academia MRS, em parceria com o Instituto Militar de Engenharia.

Neste ano, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a América Latina Logística, ao adquirir o controle da Brasil Ferrovias e da Novoeste Brasil, consolidou-se como a maior empresa latino-americana de logística, com quase 22 mil quilômetros de linhas; a EFC ganhou o Prêmio Melhor Operadora de Cargas; e a EFVM iniciou o uso experimental de biodiesel em locomotivas.

São apenas algumas das conquistas dessas operadoras nos últimos dez anos, visto que, como expliquei, não poderia citar todos os êxitos logrados. Para o futuro, a ANTF já está organizando uma Agenda Estratégica que deverá nortear os investimentos e projetos do setor nos próximos dez anos, incluindo-se, entre as prioridades, a eliminação de gargalos, a expansão da malha e o aprimoramento da interligação com outras modalidades de transporte.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação que registro o recebimento dessa publicação da ANTF, especialmente no momento em que o Brasil se prepara para iniciar um novo estágio no seu processo de desenvolvimento. O trabalho dessa Associação, aliado à competência e à determinação das empresas transportadoras, dá-nos a certeza de que o setor ferroviário não só aumentará sua participação na nossa matriz de transporte de cargas, mas também continuará contribuindo decisivamente para incrementar e melhorar a competitividade da economia brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Às 15:00 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 22, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 316, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Conversão nº 22, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 316, de 2006), que *altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991 e 9.796, de 5 de maio de 1999, aumenta o valor dos be-*

nefícios da previdência social; revoga a Medida Provisória nº 316, de 11 de agosto de 2006; dispositivos das Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.444, de 20 de julho de 1992 e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e da Lei nº 10.699, de 9 de julho de 2003.

Relator revisor:

Prazo final: 8-12-2006 (sexta-feira)

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 23, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 317, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 317, de 2006), que *altera dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e dá outras providências.*

Relator revisor:

Prazo final: 14-12-2006 (quinta-feira)

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 318, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 318, de 2006), que *abre crédito extraordinário no valor global de oitocentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Educação, da Justiça, das Relações Exteriores, da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 20-12-2006 (quarta-feira)

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 24, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 319, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 319, de 2006), que *institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria,*

no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

5**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 25, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 320, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 320, de 2006), que dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira; alterando as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.019, de 30 de março de 1995, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.716, de 26 de novembro de 1988, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 10.893, de 13 de julho de 2004, e os Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, 1.455, de 7 de abril de 1976, e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revogando dispositivos dos Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, e 2.472, de 1º de setembro de 1988, e das Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, e 10.893, de 13 de julho de 2004; e dá outras providências.

6**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 26, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 321, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 321, de 2006), que acresce art. 18-A à Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências.

7**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 322, DE 2006**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 322, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, no valor global de vinte e quatro milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.

8**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 323, DE 2006**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 323, de 2006, que autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde - OMS, destinada a apoiar a viabilização da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose - Cicom/Unitaid, no valor de até treze milhões e duzentos mil reais.

9**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 324, DE 2006**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 324, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, da Justiça, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, da Defesa, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Cidades, no valor global de um bilhão, quinhentos e quatro milhões, trezentos e vinte e quatro mil e quinhentos e setenta e quatro reais, para os fins que especifica.

10**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 324, DE 2006**

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.211, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.

11**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substituto à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta

parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 30, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 66, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social).*

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relato: Senador Tasso Jereissati.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 41, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que *altera os arts. 14 e 82 da Constituição Federal, para aumentar o prazo do mandato do Presidente da República e proibir a reeleição.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 10, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que *dá nova redação ao § 5º do artigo 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para Prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos.*

Pareceres sob nºs 611, de 1999; e 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, - 1º pronunciamento: (somente sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Agnelo Alves, Edison Lobão, José Alencar, Lúcio Alcântara, Romeu Tuma e Sérgio Machado e, abstenção do Senador Antônio Carlos Valadares; e - 2º pronunciamento: Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que *dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos e fixa em cinco anos a duração de seus mandatos.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 70, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que *dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 97, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 70, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que *dá nova redação ao § 5º do art. 14 e ao inciso II do art. 29 da Constituição Federal, vedando a reeleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos, e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos, a partir de 2006.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 41, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2005 (nº 3.605/2004, na Casa de origem), que *modifica o art. 520 da*

Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, conferindo efeito devolutivo à apelação, e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 197 e 1.035, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: (sobre o Projeto) Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Sibá Machado, favorável.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que *autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias*.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que *altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências”* (torna obrigatória a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas).

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito* (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle*.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público e dá outras providências*.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2006 - COMPLEMENTAR

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006 - Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar*.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, que *dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, e dá outras providências*.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que *altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho processório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências*.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997*.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

32

REQUERIMENTO Nº 1.163, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.163, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.215, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino), solicitando que sejam apresentados votos de solidariedade para com todos os que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante e para com os valores democráticos e liberdades defendidos pelos pais fundadores da nação estadunidense, que podem estar ameaçados por medidas arbitrárias sob a égide das necessidades de segurança.

**MATÉRIAS A SEREM DECLARADAS
PREJUDICADAS**

33

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho; e*

34

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 46 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

05/12/2006

terça-feira

-
- 10:30** - **Cerimônia de entrega da Medalha Mérito Mauá, pelo Ministro Paulo Sérgio Passos, Ministro de Estado dos Transportes**
Clube do Exército - SCES - Quadra 2
- 12:30** - **Assinatura do Ato Conjunto entre o Senado Federal, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União para realização do 2º Curso de Pós-Graduação em Orçamento Público e Controle Externo, com participação de servidores dos três órgãos**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 13:00** - **Professor Timothy Martin Mulholland, Magnífico Reitor da Universidade de Brasília**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 15:00** - **Membros da Diretoria da Confederação Nacional de Municípios-CNM**
Prefeito Elir Domingo Girardi, Prefeito Municipal de Igrejinha- RS
Prefeito Ivo Scheidt Filho, Prefeito Municipal de Leoberto Leal-SC
Prefeito Paulo Rogério Bagatini Portella, Prefeito Municipal de Ibirapuitã- RS
Prefeito Erivelto Sinval Velho, Prefeito Municipal São José dos Ausentes-RS
Prefeito Flávio Luiz Lammel, Prefeito Municipal de Victor Graeff- RS
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 15:45** - **Senador eleito João Claudino (PTB/PI)**
Sala de Audiência da Presidência do Senado Federal
- 16:00** - **Reunião de Líderes de partidos no Senado**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 16:00** - **Ordem do dia - Sessão Deliberativa**
Plenário do Senado Federal
- 16:30** - **Prefeito André Puccinelli, Governador eleito do Estado do Mato Grosso do Sul**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 18:30** - **Sessão solene de posse do escritor Humberto Gomes de Barros na Academia Brasileira de Letras, na cadeira nº. VIII, cujo patrono é José Lins do Rego, em sucessão do acadêmico Oscar Dias Corrêa**
Auditório da OAB - Seção do DF - SEPN 516, Bloco B, lote 7

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Shlessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Valter Pereira **

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotônio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho ³ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁵	MG	2244	1. Leomar Quintanilha ⁴ (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Gilvam Borges ⁸	AP	1712	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ⁶		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁷	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.12.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Eleito na Sessão do SF de 5.9.2006, indicado por meio do OF. GLPMDB nº 318/2006, e Ofício nº 269/2006, em vaga cedida pelo PMDB.

⁵ Eleito na Sessão do SF de 5.9.2006, indicado por meio do Of. GLPMDB nº 319/2006.

⁶ O Senador Geovani Borges deixou o exercício do cargo em virtude da reassunção do titular em 25.11.2006.

⁷ Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

⁸ Eleito na Sessão do SF de 30.11.2006, indicado por meio do Ofício GLPMDB n.º 411/2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando ³ (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 29-11-2006

Notas:

¹ Vaga do Senador Ramez Tebet, falecido em 17-11-2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 186/2005, da indicação do Senador Amir Lando e do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT)¹¹ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN ¹ (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE ¹ (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO ² (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA ¹ (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA ¹ (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO ⁴ (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON ¹ (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL ¹ (PMDB/RJ)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁵⁻¹⁰ (PMDB/AC)	2. LEOMAR QUINTANILHA ¹ (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI ¹ (PTB/RS)	1. SERYS SLHESSARENKO ¹² (PT/MT)
EDUARDO SUPLICY ¹ (PT/SP)	2. (Vago)
PDT	
(Vago)	1. (Vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA ³ (PT/PR)	1. MANINHA ³ (PSOL/DF)
MAURO PASSOS ³ (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN ³ (PT/RS)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO ³ (PMDB/PR)	1. (Vago)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA ³ (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO ⁶ (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER ³ (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES ³ (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI ³ (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO ³ (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES ⁷ (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ ³ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO ⁸ (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA ⁹ (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO ³ (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO ³ (PPS/SP)

(Atualizada em 28.11.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Leitura das indicações das Lideranças feita no Plenário do SF na sessão de 28.3.2005

² Substituiu o Senador Rodolpho Tourinho, de acordo com OF. nº 030/05-GLPFL, de 30.3.2005

³ Ofício SGM/P 468/05, de 22.4.2005, com indicações da Câmara dos Deputados e comunicado ao Plenário do SF na sessão de 25.4.2005

⁴ Substituiu o Senador Leonel Pavan, de acordo com OF nº 040/2005, de 28.4.2005

⁵ Substituiu o Senador Ramez Tebet, de acordo com o OF/GLPMDB nº 392/2006, de 08.11.2006

⁶ Indicado de acordo com Ofício nº 0326-L-PFL/05, de 7.6.2005, comunicado ao Plenário do SF na sessão de 7.6.2005

⁷ Indicado de acordo com Ofício nº 843/2005, de 21.9.2005

⁸ Indicado de acordo com Of. nº 178/06-LPL, de 9.3.2006, em substituição ao Deputado Federal Wellington Fagundes. Leitura feita no Plenário do SF em 14.3.2006.

⁹ Indicado de acordo com Of. nº 178/06-LPL, de 9.3.2006, em substituição ao Deputado Federal Oliveira Filho. Leitura feita no Plenário do SF em 14.3.2006.

¹⁰ Passou a integrar a bancada do PMDB de acordo com comunicado de 13.3.2006, publicado no DSF em 14.3.2006.

¹¹ Foi eleito Presidente da Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional em sua reunião de 29.3.2006.

¹² Indicado de acordo com Ofício nº 44/2006, de 23.10.2006.

¹³ Indicado de acordo com o OF/GAB/I/ nº 858/2006, de 28.11.2006, lido no Plenário do SF na sessão de 28.11.2006.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.12.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



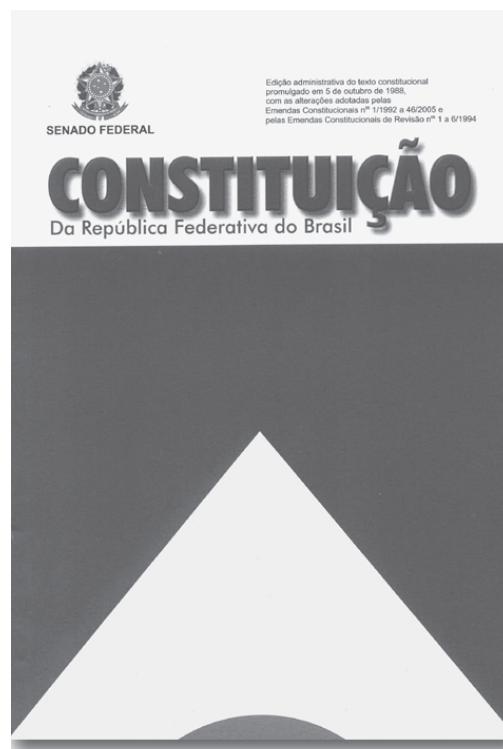
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo livro)

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988, o texto integral das Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e das demais emendas constitucionais e índice temático.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS